

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE**

IGOR RODRIGUES DE SANT'ANNA

**EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS SÓCIO-
EDUCATIVAS NO PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ,
SALVADOR-BA**

SALVADOR-BA

2011

IGOR RODRIGUES DE SANT'ANNA

**EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS SÓCIO-
EDUCATIVAS NO PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ,
SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

SALVADOR-BA

2011

S231

**Sant'Anna Igor Rodrigues de
Educação, Território e Estratégias de Desenvolvimento
Local Sustentável: Práticas Sócio Educativas no Parque
Metropolitano de Pirajá/ Igor Rodrigues de Sant'Anna –Salva-
dor-Ba**

156 f.:

Orientador Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

**Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação
e Contemporaneidade.**

**1.Educação 2.Desenvolvimento Sustentável 3. Praticas
Sócio Educativas 4. Parque Metropolitano de Pirajá.Titulo.**

CDD 370

TERMO DE APROVAÇÃO

IGOR RODRIGUES DE SANT' ANNA

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
PRÁTICAS SÓCIOEDUCATIVAS NO PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade, Área de Concentração: Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Eduardo José Fernandes
Nunes _____
Doutor em Análise Geográfica Regional, Universidade de Barcelona, ES
Professor da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação

Jorge Luis Zegarra Tarqui
Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
Professor da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação

Hilda Maria de Carvalho Braga
Doutora em Geografia Humana, Universidade de Barcelona, ES

SALVADOR, 2011

Dedico essa dissertação a meu filho Luan Sant' Anna, que para além de meu filho que tanto amo, representa minha esperança na educação em favor de uma sociedade utópica e de todos aqueles que lutaram e lutam pela liberdade, que nunca desistem alçando vôo para além das dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a consolidação deste trabalho. Agradeço às forças cósmicas universais e seu poder de positividade; ao meu orientador, Eduardo Nunes, pela sua paciência, perseverança e doação de tempo pessoal para contribuir com este trabalho; à FAPESB por conceder uma bolsa de mestrado, à banca que reconheceu minhas potencialidades e necessidades para usufruir dessa bolsa; ao Colega Dário Tavares por grandiosa contribuição nos contatos para meu trabalho de campo; à professora Nice, Jerry, Raimilton, Nívia, Gláuber, Eder (Mestre Gordo), Isabel, por terem me recebido bem; aos meus amigos Onildo, Rosialine e Karlinha, por todo o apoio no momento de crise. A Genilda e André Santana; à minha esposa e companheira Carla de Miranda e meu filho Luan pela paciência em relação aos momentos de ausência na família; à minha mãe, Sônia Rodrigues pelo seu apoio de mãe; ao meu pai José Pires, por um dia ter me ensinado o gosto pelos livros e; ao palhaço Caxambó, a dilatação da minha própria consciência, por ter me concedido a oportunidade de relaxar no prazer de estar presente e a vivência verdadeira da educação dentro das forças cósmicas universais.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo das práticas sócio-educativas desenvolvidas no território do Parque Metropolitano de Pirajá, Salvador-Ba, e como elas funcionam enquanto estratégias de desenvolvimento local sustentável. Apesar de sua importância ambiental e histórica oficialmente reconhecida, as condições de abandono são visíveis e podemos considerar o risco de uma completa descaracterização desta área de Mata Atlântica. São utilizados mapas e análises cartográficas para observar a dinâmica sócio-espacial em diferentes escalas, da realidade regional à local. Foram realizadas abordagens quantitativas e qualitativas para estudar as práticas sócio-educativas desenvolvidas pela Sociedade Primeiro de Maio, Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela e o Instituto Oyá que atuam no entorno do parque, nos bairros de São João do Cabrito (Novos Alagados), Ilha Amarela e Pirajá. Tais experiências existem num contexto em que os conflitos contemporâneos (Alier, 2007) englobam desde a concepção atual de modernidade, bem como as consequências de suas incertezas na vivência cotidiana do território. As práticas socieducativas têm um papel fundamental no processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2009) das comunidades que habitam a periferia da cidade, sendo essencial para o desenvolvimento local sustentável sua existência no Parque Metropolitano de Pirajá organizados em rede, por uma forte mobilização cívica reivindicando políticas públicas para uma gestão justa e participativa das cidades.

Palavras-chave: Educação; Território; Parques Urbanos

ABSTRACT

This paper aims to study the social-educative practices developed in the territory of the Metropolitan Park of Pirajá, in Salvador, Bahia, and how they work as strategies for sustainable local development. Despite its environmental and historical importance that is officially recognized, the conditions of negligence are visible and we can consider the risk of a complete mischaracterization of the Atlantic Forest. This research is outlined by actions aimed at engaging the researcher which involves the concepts of action research discussed by Barbier (1985, 2002) and Dionne (2007). Maps and cartographic analysis were used to observe the socio-spatial dynamics at different scales, from local to regional reality. We performed quantitative and qualitative approaches to study the socio-educational practices developed by the Primeiro de Maio Society, a Popular Cultural Movement from the Suburb area, Nova Esperança Neighborhood Association from Ilha Amarela, and the Oya Institute that work around the park in the neighborhoods of Santo Antonio dos Cabritos (in Novos Alagados), Ilha Amarela and Pirajá. Such experiences exist in a context in which contemporary conflicts (Alier, 2007) range from the current conception of modernity as well as the consequences of their uncertainties in the daily life of the territory. The social-educative practices have a key role in the process of re-territorialization (HAESBAERT, 2009) of the communities that are living in the periphery of the city, being also essential for the sustainable local development, therefore the existence of these social-educative practices in the Metropolitan Park of Pirajá organized through a network, claims for a strong civic mobilization for public policies for a just and participatory management of cities.

Keywords: Education, Planning, Urban Parks

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Evolução urbana de Salvador: área ocupada – 1940; 1976;1998.....	53
FIGURA 2 – Sistema de áreas verdes do Município de Salvador.....	58
FIGURA 3 - Localização do Parque Metropolitano de Pirajá.....	60
FIGURA 4–Delimitação da Bacia Hidrográfica do Cobre.....	62
FIGURA 5 – Igreja de São Bartolomeu e Mausoléu de Geovanil Pedro Labatut.....	6
4	
FIGURA 6 – Bairro de São João do Cabrito – Georeferenciamento.....	75
FIGURA 7 – Bairro de Ilha Amarela – Georeferenciamento	108
FIGURA 8 –Conjunto Pirajá I – Georeferenciamento.....	124
FIGURA 9: Escola Popular Novos Alagados.....	157
FIGURA 10: Centro Profissionalizante Primeiro de Maio	157
FIGURA 11: CLUBERÊ.....	157
FIGURA 12: Creche São José Operário.....	157
FIGURA 13: Escola Comunitária do Boiadeiro.....	157
FIGURA 14: Escola Comunitária 1° de Novembro.....	157
FIGURA 15 – Movimento de Cultura Popular do Subúrbio	158
FIGURA 16 – Sala de Inclusão Digital do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio	158
FIGURA 17 – Biblioteca Parque São Bartolomeu	159
FIGURA 18 – Centro de Cidadania Digital.....	159
FIGURA 19 – Espaço Sócio-Educativo.....	160
FIGURA 20 – Espetáculo com temática Parque São Bartolomeu.....	160

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População e densidade populacional bruta segundo Regiões Administrativas 2000/2015.....	54
TABELA 2 – Relação de Orixás do Candomblé com os lugares no Parque São Bartolomeu.....	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMNEIA - Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela
AVSI - Associação de Voluntários para o Serviço Internacional
BPSB – Biblioteca Parque São Bartolomeu
CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CDC – Centro Digital de Cidadania
CEPRIMA – Centro Profissionalizante Primeiro de Maio
CESE - Centro Ecumênico de Serviço Social
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano e Regional
CSJO – Creche São José Operário ECB
- Escola Comunitária do Boiadeiro EPN -
Escola Primeiro de Novembro EPNA –
Escola Popular Novos Alagados
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
Federação de Entidades do Subúrbio - FES
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICA – Instituto C&A
IO – Instituto Oyá
MCPS – Movimento de Cultura Popular do Subúrbio
PIS COBRE - Integrado de Desenvolvimento Social da Bacia do Cobre
PLDC – Plano Local de Desenvolvimento Comunitário
SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SPM – Sociedade Primeiro de Maio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Aspectos Científicos e Metodológicos da Pesquisa	17
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA	21
1.1 Modernidades ou pós-modernidades? Uma dúvida contemporânea.....	22
1.2 Desenvolvimento Sustentável: uma questão ambiental na Contemporaneidade	27
1.3 Educação, território e parques urbanos: políticas públicas para espaços públicos.....	32
1.3.1 Espaços públicos	32
1.3.2 Parques urbanos e políticas públicas.....	34
1.3.3 Construção de uma pedagogia urbana como prática educativa.....	40
CAPÍTULO II - SALVADOR: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL EM PERIGO	45
2.1 A Cidade de Salvador, seus graves e profundos problemas sociais, ambientais e urbanos.....	47
2.2 Parques urbanos, a Política de Meio Ambiente e o Sistema de Áreas Verdes da cidade de Salvador.....	52
CAPÍTULO III - FLORESTAS, CULTURAS E UMA PULSANTE REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS: POR UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO	57
3.1 História do parque e da Bacia do Rio do Cobre e a difícil arte de planejar.....	59

3.2 Aldeias, quilombos e favelas: formação de um parque socioambiental.... 62

3.2.1 A floresta e a aldeia.....	62
3.2.2 A floresta sagrada e o quilombo.....	63
3.2.3 A favela e a insustentabilidade da ação estatal.....	66

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS SÓCIO-EDUCATIVAS NO PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ: DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL, IDENTIDADES E MILITÂNCIA AMBIENTAL..... 69

4.1 O bairro de São João do Cabrito, o parque e duas importantes práticas sócio-educativas.....	70
---	----

4.1.1 A Sociedade Primeiro de Maio: uma experiência de desenvolvimento social.....	75
--	----

4.1.2 Movimento de Cultura Popular do Subúrbio: uma rede de empoderamento sociocultural do território	90
---	----

4.2 O bairro de Ilha Amarela, o parque e Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela: uma experiência de militância socioambiental...102	
---	--

4.3 O bairro de Pirajá, o parque e o Instituto Oyá: uma experiência de afirmação da identidade étnica.....	118
--	-----

CONCLUSÕES	139
-------------------------	------------

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	145
--------------------------------------	------------

APÊNDICES	150
------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Sabe-se hoje que a educação não se limita aos muros da escola. As práticas educativas socioambientais estão no cotidiano de dinâmicas sociais locais desenvolvidas por uma rede de associativismo local, como as associações de moradores, terreiros de candomblé, organizações não-governamentais ou até em escolas públicas. As práticas sócio-educativas estão envolvidas na cultura cotidiana, o que define sua localização num tempo e num espaço próprio em contraponto ao espaço/tempo hegemônico.

Este trabalho tem como objetivo o estudo das práticas sócio-educativas voltadas para o desenvolvimento local sustentável implementadas por organizações não-governamentais nos territórios do entorno do Parque Metropolitano de Pirajá (PMP). Embora exista uma extensa rede de organizações, associações e entidades no território do entorno do PMP, a escolha das instituições estudadas foi em decorrência do meu interesse em discutir práticas educativas sócio-ambientais em função de meu engajamento em outros projetos¹. Por isso selecionei 4 que considero significativas na região do parque. Através dessa dissertação procurei compreender e tipificar (no sentido weberiano, “tipos ideais”) as práticas realizadas pela Sociedade 1º de Maio e o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, ambos no São João do Cabrito, a Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela, em Ilha Amarela e o Instituto Oyá, em Pirajá. As instituições estudadas possuem o seu valor histórico e social em suas comunidades, embora não sejam tão visíveis quanto outras práticas educativas na cidade como o Olodum, Circo Picolino, Liceu de Artes e Ofício e Centro de Referência Integral ao Adolescente².

O estudo das práticas sócio-educativas dessas instituições podem contribuir como reflexão para futuras outras estratégias de desenvolvimento local sustentável, cujas ações e atividades são contínuas, formais e/ou informais, e carregam uma memória do território. O PMP, um patrimônio socioambiental, é de suma importância para o desenvolvimento local. As práticas estudadas são de contribuição fundamental para sua preservação e sustentabilidade.

¹Participação nos projetos que realizavam práticas educativas AMATAQUEDÁ, Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais e Agenda 21 nos bairros de Mata Escura, Estrada das Barreiras e Engomadeira.

²Conforme CASTRO; ABRAMOVAY, Cultivando Vidas e Desarmando Violências, UNESCO, 2001.

Consideramos por prática educativa um “fazer algo”, relacionado a um determinado contexto social, formal ou informal, que desencadeia um processo de aprendizagem destinado a estimular a mente e o espírito dos educandos para a busca de novos conhecimentos e experiências, preparando - os para a vida (ESCOBAR, 2007, p. 35). Por outro lado a vida também exerce uma influência sobre as práticas educativas e estas devem estar comprometidas com sua realidade social, provocando nas pessoas o ímpeto da libertação, autonomia, cooperação e autogestão, conforme as idéias da filosofia política da educação de Paulo Freire (2005), Francisco Ferrer Guardia (2009), e mais contemporaneamente Marcelo Lopes de Souza (2006) e Joan Martínez Alier (2007), dentre outros.

A presente pesquisa está baseada na idéia de que a educação é essencial para o desenvolvimento do território. As práticas sócio-educativas (SOUZA, 2006; ESCOBAR, 2007) têm seu lugar num território específico, estão envolvidas numa realidade local antes de tudo e, contribuem cada uma à sua maneira, para alterar a dinâmica sócio-espacial local. A educação, nesse caso, é essencial para o desenvolvimento, na medida em que contribui para o despertar cultural na construção da autonomia (SACHS, 2004), e por trazer mudanças sociais positivas cujo conteúdo esteja em consonância com os desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas.

Este trabalho se relaciona com as particularidades histórico-geográficas encontradas em parques urbanos considerando-os enquanto uma possibilidade cívica de mobilização de uma gestão pública justa e participativa nas cidades. Considera-se que os parques urbanos são espaços públicos que sofrem com a cultura privatizante das políticas neoliberais. Pretendemos então estimular o debate sobre a potencialidade desses espaços para a consolidação da sustentabilidade no território.

Segundo Capel (2002, p. 223), o desejo de incorporar a natureza à cidade é antigo, por exemplo, “os Jardins da Babilônia considerados como um das sete maravilhas do mundo antigo” mantiveram-se famosos desde a antiguidade, até a idade moderna. De acordo com o autor, os jardins das primeiras culturas históricas como a existência de bosques sagrados em Susa (3000 a.C.), no atual Iran, dentre

outras descobertas das escavações arqueológicas, funcionaram como um paraíso privado, fechado para muitos e um jardim aberto para poucos, contudo, desde o século XVII foram sendo gradualmente transformados em parques abertos à visitação pública.

Os parques urbanos são espaços com dotes especiais para a implementação de políticas públicas de educação ambiental aplicada à vivência na natureza, envolvendo questões sociais como o lazer e a cultura. Porém, hoje assistimos uma realidade contrária à conservação e utilização desses espaços para a melhoria geral do bem estar social e a respectiva sustentabilidade do território. O abandono dos parques urbanos à degradação social e ambiental, entregues à violência, poluição e desmatamento, como é o caso do PMP em Salvador, não consegue impedir o surgimento de algumas práticas sócio-educativas transformadoras. Neste sentido, como ponto de partida para esta hipótese, pergunta-se: como são as práticas sócio-educativas inovadoras na região do PMP? Quais suas contribuições para o desenvolvimento local sustentável?

A degradação do meio-ambiente é um dos principais problemas enfrentados pelo modo de vida urbano nas grandes cidades. Salvador com seus 2,6 milhões de habitantes (IBGE, 2010) tem problemas socioambientais gravíssimos que vêm atingindo as áreas verdes que ainda resistem na periferia. A área do PMP é uma dessas áreas de suma importância ambiental e histórica. Como parte do PMP o Parque São Bartolomeu está hoje em situação de abandono pelos poderes públicos com alto estado de degradação socioambiental. Criado em 1978, através do Plano Geral das Áreas da Represa do Rio do Cobre, do Parque de São Bartolomeu e Sítio Histórico de Pirajá³ o PMP tem 1.550 hectares de florestas, cachoeiras e rios, em grande parte já alterados pela depredação da mata e pela poluição dos mananciais.

O sítio histórico, no qual se inclui o Parque São Bartolomeu, está inserido na micro-bacia hidrográfica do rio do Cobre, com uma área de aproximadamente 2.660 ha⁴ entre a Avenida Suburbana e os bairros de Pirajá e Valéria. Apesar de sua importância oficial reconhecida pelo decreto n°5363 de 20 de abril de 1978 as

³ Cd Room Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Salvador, 2004.

⁴ Fonte: SANTOS, Elizabete *et al.* (orgs). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes.** Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

condições de abandono são visíveis seja na ocupação pelo crime organizado, nas condições de pobreza das populações que habitam o seu entorno bem como pelos crimes ambientais realizados por estabelecimentos privados e projetos do governo.

Considerando o desmatamento e a poluição ambiental em função da expansão urbana especulativa e das atividades comerciais e industriais resultantes de um quadro de ocupação urbana desordenada, podemos considerar o risco de uma completa descaracterização desta área de Mata Atlântica de tamanha importância social, ambiental e histórica. Quais as razões para o descaso do poder público em permitir a destruição de uma área ambiental, cultural e social importante localizada nas bordas do município de Salvador? Será que é porque essa área foi ocupada por afro-descendentes pobres? O que esses afro-descendentes pobres têm feito para preservá-la?

As instituições estudadas, a Sociedade 1° de Maio, o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, a Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela e o Instituto Oyá, exercem um papel de mobilização das comunidades que habitam o entorno do PMP e foram essenciais para a realização desse trabalho. A pesquisa realizou o levantamento e o estudo dessas experiências no intuito de identificar suas potencialidades e dificuldades e, assim, muni-las de instrumentos necessários para o fortalecimento de sua ação. Partimos dos pressupostos colocados por Alier (2007) ao afirmar que os movimentos sociais que se opõem às injustiças sociais urbanas podem ajudar a efetivar mudanças em prol da sustentabilidade, e que as lutas urbanas por espaços verdes são ações para melhorar as condições ambientais de vida ou para conseguir acesso aos espaços ambientais recreativos em contextos urbanos. Além disso, é do encontro entre a educação e os movimentos sociais que surge uma construção da cidadania (Gohn, 2005).

O objetivo deste trabalho passa por analisar as práticas sócio-educativas no PMP e as correspondentes estratégias de desenvolvimento local sustentável no território. Foi realizado estudo do desenvolvimento de experiências inovadoras de educação para a sustentabilidade no entorno do PMP em Salvador-Ba onde foram identificadas as contribuições das entidades locais enquanto gestoras de estratégias de desenvolvimento local na luta para a preservação do parque.

A dissertação está estruturada em 4 capítulos. No capítulo 1, aborda-se a relação existente entre a educação e o território para a construção do desenvolvimento local num contexto chamado de Contemporaneidade. Consideramos autores que discutem o conceito de Modernidade para delinear o contexto em que se trava um debate sobre o desenvolvimento sustentável como uma questão ambiental contemporânea. A discussão sobre território realizada neste capítulo trata da relação territorialização, desterritorialização e reterritorialização que a área foi sofrendo no processo de ocupação. Por último, analisa também as práticas de educação como forma de mobilização social e desenvolvimento local, sua relação com os espaços públicos e exemplos de parques urbanos no Brasil.

O capítulo 2 contextualiza o PMP, na Cidade de Salvador e seu sistema de áreas verdes. O PMP está inserido na Micro-Bacia do Cobre e engloba o Parque São Bartolomeu, o Parque do entorno da Barragem do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá e passa por graves e profundos problemas socioambientais herdados pelo modelo de ocupação capitalista do território.

O capítulo 3 aborda a importância ambiental, histórica e cultural do PMP. A existência de uma floresta, como a do parque estudado neste trabalho, está relacionada a pulsantes movimentos da sociedade suas culturas e identidades históricas. São recursos naturais que sofreram ação do estado e também dos povos negros e indígenas que habitaram e ainda habitam seu território.

No entorno do parque, fazendo frente às práticas comuns de degradação sócio-ambiental estão localizadas as experiências de educação que trazem para a realidade local cotidiana alguma contribuição para a sustentabilidade do território. O capítulo 4 discute as práticas de cada instituição pesquisada procurando tipificar o seu tipo de ação e relação com o território. Abordaremos movimentos e entidades que foram identificados na memória da mobilização em defesa do PMP.

Desde a década de 80 já se constroem movimentos atentos à questão da sustentabilidade do parque. Hoje as entidades locais estão no cotidiano do território do Parque. A Sociedade 1º de Maio e o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, ambos no bairro de São João do Cabrito, A associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela, no bairro de Ilha Amarela e o Instituto Oyá, no bairro de

Pirajá, são organizações que ocupam área de preservação construindo estratégias cotidianas para a sustentabilidade do território através do desenvolvimento de práticas sócio-educativas.

Aspectos Científicos e metodológicos da Pesquisa

A confiança na razão como o parâmetro do iluminismo gera nas Ciências Sociais, enquanto sistema de explicação lógica científica do mundo, tanto o positivismo quanto um movimento anti-positivista, o pensamento crítico. Ambos colocam a realidade como algo a ser iluminada pela ciência, compõem duas grandes narrativas. Porém, para Bruyne (1977), as Ciências Sociais têm uma unidade sempre problemática e constituem um campo muito mais de heterogeneidade “excessivamente vasto para ser englobado ou reduzido a uma única disciplina; assim, de saída, esse campo é *pluridisciplinar*” (BRUYNE, 1977, p. 26).

Para Veiga- Neto (1996) as origens da racionalidade das Ciências Humanas está na articulação e na tomada de empréstimo do tipo de racionalidade sistematizada pelos fundadores da Nova Ciência, desenvolvida pelas Ciências Naturais e ramificada “em variadas epistemologias que têm em comum a crença numa realidade exterior à qual se poderia acessar racionalmente, ou seja, pelo uso correto da razão” (VEIGA-NETO, 1996, p.22).

Boaventura de Souza Santos aborda os aspectos que foram sendo assumidos pela ciência no decorrer da história, desde o seu surgimento até sua crise de paradigmas que gerou outra maneira de se fazer ciência. Para além da ciência moderna, cujo conhecimento avança pela especialização, há um paradigma emergente, pós-moderno, no qual o conhecimento é total e local ao mesmo tempo sem ser nem determinístico e nem descritivista, mas relativamente imetódico por constituir-se a partir de uma pluralidade metodológica (SANTOS, 1990).

Assim sendo, *Pluralidade metodológica e Campo pluridisciplinar* caracterizam este trabalho já que se utiliza de diversos modelos para a interpretação e análise da realidade sócio-espacial do território onde está situado o PMP. Para Minayo (2007, p.25) as abordagens quantitativas e qualitativas devem ser vistas em oposição

complementar a fim de preservar a singularidade dos objetos de pesquisa e assim, dentro da complexidade de cada estudo, haja uma boa contextualização.

A primeira contextualização específica do estudo se dá através da avaliação de indicadores econômicos e sociais (IBGE, SEI, SEC) e com a análise do georeferenciamento das associações, escolas e demais institutos sociais no território do entorno do PMP. Foram realizadas visitas aos locais de estudo com um mapa de campo, numa escala aproximada de 1: 2000.

Nas visitas a campo, foram localizadas no mapa as organizações governamentais e não – governamentais. Buscou-se compreender bem como se distribuem nos bairros de São João do Cabrito, Ilha Amarela e Pirajá as edificações que sediam as atividades coletivas e atendimento das demandas sociais locais. Foi realizada a observação direta das condições urbanísticas, de habitação e infraestrutura no intuito somente de contextualizar sócio-espacialmente as organizações estudadas.

As práticas sócio-educativas foram pesquisadas a partir de entrevistas semi-estruturadas com os educadores. A pesquisa procurou conhecer sua relação histórica com o PMP e com a instituição da qual faz parte. Foram abordadas questões sobre os conceitos de *desenvolvimento local* e *sustentabilidade* para delinear a representação social coletiva (MOSCOVICI, 2003) dos entrevistados sobre o *desenvolvimento local sustentável*. Foram abordadas também, a partir dessas entrevistas, a percepção dos educadores em relação aos problemas, soluções e perspectivas de sustentabilidade do parque bem como a necessidade de uma gestão social.

No sentido de aprofundar o conhecimento sobre as instituições e contextualizar os relatos dos educadores foram realizadas entrevistas com 6 gestores das práticas educativas, com o objetivo de saber informações específicas sobre a instituição como data de fundação, tipo de organização, origem de recursos, áreas de atuação, objetivos da instituição, público-alvo, histórico, recursos humanos, programas e projetos em curso, metodologia, participação em redes de multiplicação, parcerias e problemas específicos da experiência.

A pesquisa qualitativa visou aprofundar o conhecimento preenchendo lacunas não reconhecíveis pelos números e indicadores, no sentido colocado por Minayo (2007). Deste modo nossa pesquisa enfoca uma abordagem qualitativa que caracteriza uma maior aproximação ao objeto de estudo e uma inevitável implicação do pesquisador no objeto estudado.

Para uma reflexão direcionada a tal situação vale considerar ainda dentro do contexto de análise da ciência toda a problemática de separação entre sujeito e objeto. Santos (1990, p.50) afirma que foi na confirmação da Ciência moderna que se construiu uma distinção dicotômica entre sujeito/objeto onde não se tolerava interferências de valores humanos ou religiosos na construção de um conhecimento objetivo e científico. A partir daí moldou-se a distância empírica entre sujeito/objeto de acordo com a situação.

Os exemplos citados por Santos (1990) levam em consideração a diferença entre o que aconteceu com os métodos da antropologia e da sociologia. Na primeira aceitou-se que a distância fosse relativamente encurtada dada a distância entre o pesquisador europeu e os povos primitivos e na segunda que fosse aumentada dado que eram cientistas europeus estudando seus concidadãos. Em um caso ou outro vale salientar que predominou com o passar do tempo a busca por outra forma de conhecimento diferente do da Ciência moderna, “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 1990, p. 53).

A implicação do pesquisador em relação ao objeto estudado é de fato consolidada a partir da escolha do objeto de estudo pelo pesquisador enquanto sujeito e todo o decorrer da pesquisa tem ao mínimo a presença da subjetividade deste sujeito. Demo (1981) propõe a substituição do conceito de objetividade pelo de objetivação, já que considera que o objeto nas Ciências Sociais é um objeto construído a partir da diversidade de possíveis relações entre sujeito e objeto. Neste caso o contexto apontado pelo autor citado é o conceito da ciência como apenas um dos modos possíveis de ver a realidade, mas incapaz de dar conta da complexidade abundante que a representa.

O esforço pela objetivação da pesquisa tornará então, segundo Demo, esta pesquisa mais ou menos próxima de seu caráter científico. Todo esse esforço se dará durante o processo da pesquisa considerando a identidade inevitável entre sujeito e objeto muito comum nas Ciências Sociais, como ressalta Minayo (2007).

Barbier (1985, p.115) afirma que há uma implicação histórico-existencial entre o sujeito pesquisador e o objeto estudado, considerando, pois que o pesquisador é um ser social, questionador, e que através da práxis está sempre numa relação dialética com o objeto questionado. As considerações de Barbier sobre a implicação histórico-existencial do pesquisador levam à reflexão de que a pesquisa acontece dentro da história e que as interrogações, a problematização e todo o processo de construção do projeto de pesquisa partem da história.

Sendo assim a própria pesquisa acontece na história e volta para a história. De uma maneira ou de outra a pesquisa acaba por contribuir na história. Segundo nossa reflexão é impossível não pensar que toda pesquisa implica uma ação mesmo que se advogue de neutralidade axiológica. A simples presença do pesquisador do campo de estudo já gera um impacto substancial no cotidiano e, por outro lado, os próprios procedimentos de pesquisa já constituem uma práxis.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA

Com a ampliação dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos uma crise de participação aparece como principal problema relacionado ao modo como a humanidade dirigiu suas idéias e práticas de desenvolvimento. Para discutir a questão do desenvolvimento na atualidade não podemos nos deter em simples explicações economicistas, por isso abordaremos neste capítulo, mesmo que indiretamente, a questão da participação na sua relação com a crise do espaço público, como contexto das práticas educativas e do desenvolvimento do território.

A modernidade foi um projeto iluminista criado como ideal e representou um *boom* de transformações para século XVIII. Porém ela iniciou um processo que estava longe de ser controlável. Seus ideais foram absorvidos por práticas relacionadas aos domínios de classe e ao desenvolvimento do capitalismo, o que gerou inúmeras transformações desde então, até os dias de hoje.

Os problemas ambientais atuais se constituem como uma criação da modernidade. Toda a concepção de desenvolvimento gerado pela modernidade seja na vertente capitalista, como na socialista, gerou um problema de convivência nessa nossa grande casa que chamamos planeta Terra. Porém tanto o Socialismo como o Capitalismo podem ser hoje considerados como os projetos inacabados, ou melhor, os projetos do iluminismo que não deram certo.

Demorou muito tempo para que ordenação global proposta pelo princípio universalista começasse a tomar as decisões globais quanto ao meio-ambiente. Somente a partir de 1992 veio a se difundir a idéia de desenvolvimento sustentável com a segunda Conferência da ONU convocada especialmente para a discussão de problemas ambientais. As discussões anteriores de caráter global traziam questões pontuais e foram convocadas por uma nação ao invés de uma organização de nações que a ONU representa.

O que devemos questionar-nos hoje é que não só a discussão global importa. As lutas urbanas e os novos movimentos sociais reivindicam qualidade de vida em

seu ambiente. A luta ambientalista outrora especificamente global ganha novas roupagens de lutas locais, lutas para um desenvolvimento local, participativo.

Na contemporaneidade a questão ambiental está em voga, assim como a problemática que ronda os espaços públicos. Torna-se então importante a discussão sobre a questão dos Parques Urbanos por dois motivos: São espaços de resistência ambiental que guardam uma importância social intrínseca e; são os parques umas das últimas esperanças de espaços públicos num contexto em que os espaços privados se proliferam e aumentam a segregação sócio-espacial das cidades, quando as praças públicas são cercadas e asseguradas por empresas privadas.

O Parque Metropolitano de Pirajá está situado na periferia da cidade de Salvador, na Bahia, e guarda uma enorme riqueza ambiental e cultural. Mas talvez por estar situado em meio a bairros com a predominância da população negra e pobre, esteja esquecido, abandonado, poluído, devastado. Porém entidades locais travam suas resistências e práticas. O objetivo deste trabalho é procurar compreender quem são elas e quais as suas estratégias.

O objetivo deste capítulo é construir um corpo teórico capaz de elaborar uma visão crítica da realidade do Parque Metropolitano de Pirajá num contexto de dúvidas filosóficas sobre a contemporaneidade, em que há uma reestruturação da relação espaço público-espaço privado, e o surgimento da problemática ambiental no planeta a partir de uma nova perspectiva de desenvolvimento.

1.1 Modernidades ou pós-modernidades? Uma dúvida contemporânea

Berman (1986) considera que a modernidade iniciou-se no início do século XVI estendendo-se até o fim do século XVIII. Para ele esta era a primeira fase da modernidade, um momento em que as pessoas não tinham idéia ainda do que estava atingindo-as. Porém, uma segunda fase:

[...] começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política (BERMAN, 1986, p. 25-6).

Para Rouanet (1994), foi em meados do século XVIII que o Ocidente propôs um gigantesco programa de transformação social do mundo. Os filósofos chamavam de Iluminismo o que hoje chamamos de modernização. Um movimento heterogêneo cujos elementos centrais eram: o Universalismo, o Personalismo e Individualismo e um plano de Emancipação no tríptico eixo do Pensamento, da Política e da Economia.

Hall (2002) aborda a questão da construção do sujeito do iluminismo com a identidade baseada na essência do núcleo interior do eu, ligadas às transformações associadas à modernidade que libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis das tradições e nas estruturas que impediam qualquer idéia de indivíduo soberano. Os acontecimentos históricos citados por Hall pertinentes a tais transformações são a Reforma Protestante, o Humanismo Renascentista, as Revoluções Científicas e o Iluminismo.

Para Hobsbawn (1995) isso foi parte de uma estratégia da nova sociedade capitalista que operou por uma destruição do que herdara da velha sociedade voltada para uma adaptação seletiva da herança do passado para uso próprio. Segundo Rouanet (1994) são os elementos centrais do Iluminismo, já citados anteriormente, que proclamavam a existência de uma “natureza humana” universal com uma razão invariável, de uma moralidade constante com uma distinção entre o “reino da natureza” e o “reino do costume”.

Podemos enxergar essa distinção claramente na voz de Jean-Jacques Rousseau que, segundo Berman (1986, p.26) foi uma voz arquetípica de sua época, a primeira “a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão”. Rousseau, na parte introdutória de seu “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens” distingue a desigualdade natural ou física da desigualdade moral e política, o que confirma, de alguma maneira, essa

distinção reconhecida no movimento iluminista por Rouanet entre “reino da natureza” e “reino do costume”.

Rousseau discutia um tema proposto pela Academia Dijon em 1753 (qual a origem da desigualdade entre os homens e será ela permitida pela lei natural?). Se analisarmos o tema, mesmo sem nos aprofundarmos nas idéias do discurso de Rousseau, perceberemos a tendência da época para um reconhecimento público das desigualdades sociais fora de toda justificação da religiosidade da Igreja na Idade Média. Se formos mais adiante nesta linha de reflexão, reconheceremos um esforço pela emancipação através da crítica à religião como grande ideologia que mantinha um poder sobre a consciência das pessoas.

Segundo Rouanet (1994) no século XVIII abominava-se a tirania, Liberal (sistema de garantias contra o poder estatal) ou democraticamente (tipo de poder em que os próprios cidadãos seriam senhores de si mesmos), e buscava-se a emancipação no plano econômico. Havia a preocupação básica de libertar o homem das incertezas, das contingências da natureza. Poder de criar condições para uma sobrevivência material e para liberdade das injustiças sociais de que era vítima numa sociedade organizada hierarquicamente. Mas aí é que perguntamos: liberdade para quem? A liberdade seria universalizada para todos os povos? Quais eram esses princípios de liberdade e estavam baseados em que pressupostos definidos por qual cultura?

Essas características da época estavam todas associadas ao princípio de Modernidade que, segundo Chauí (1992), incluía as idéias de um universo infinito e de indivíduos livres sem idéia de suas virtudes próprias. É a mesma concepção de Rouanet (1994) quando aborda o *Personalismo ou Individualismo* como um dos elementos centrais do iluminismo onde o individuo era o destinatário principal da visada razão iluminista que se beneficiaria do projeto de modernização, ao invés das entidades coletivas, os grupos, e as tribos.

Porém Chauí aborda essa questão a partir da existência de uma problemática entre a idéia de indivíduo livre e a idéia respectiva de valores éticos universais. Para ela atualmente vive-se uma crise de valores morais baseada na presença simultânea de 3 aspectos da Filosofia contemporânea sobre a ética: niilismo,

universalismo-racionalista e a pragmática. Em outras palavras a concepção da modernidade herdou a idéia dos antigos (ética baseada no pertencimento do ser humano a uma ordem natural universal e racional), que, por sua vez, foi herdada pelo Cristianismo que desloca a idéia de liberdade do político para o interior de cada humano (ética e virtude como submissão da vontade humana a uma vontade transcendente) com uma clara redução da liberdade a um arbítrio de escolha entre fins já estabelecidos por Deus (CHAUÍ, 1992).

A crise do valores morais abordada por Chauí parece equivaler ao que Berman (1986, p. 26) considera como uma profunda dicotomia relacionada a um sensação de viver em dois mundos simultaneamente, um mundo moderno, que vive o modernismo, e um mundo em modernização. Berman afirma que na terceira e última fase da história da modernidade:

[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais [...]. Em conseqüência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade (BERMAN, 1986, p.26).

Chauí aponta como as idéias construídas ao longo do tempo não foram deixadas completamente para trás, mas simultaneamente novas propostas foram sendo absorvidas pelos pensamentos correntes de cada época e de acordo com determinados interesses, próprios de cada situação. A crise viria então das contradições decorrentes das diversas misturas de pensamentos.

Berman, por sua vez, aborda a modernidade a partir de um ponto de vista que considera uma efervescência de mudanças que se iniciou no início de seu projeto (o da modernidade) e não parou mais, gerando um eterno devir de transformações que mexeram com os valores, as concepções e, poderíamos dizer, também com as identidades.

Hall (2002) fala-nos que existe um conflito entre as velhas identidades e as novas identidades que leva à fragmentação do indivíduo moderno antes unificado, ou seja, à construção de identidades modernas “descentradas”. Uma mudança estrutural da sociedade no século XX e mudanças na identidade cultural e pessoal resultaram em identidades contraditórias atuando tanto na sociedade (grupos políticos) como no indivíduo. Impera-se assim a inexistência de uma identidade mestra única e abrangente e a impossibilidade da classe como uma categoria mobilizadora. Para Hobsbawn (1995) existem diferenças qualitativas do mundo do final do Século XX ao mundo do seu início como a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, quebra dos elos entre gerações, entre passado e presente e um conseqüente individualismo associal absoluto.

Eis a questão: o que houve com o projeto iluminista? Os ideais de emancipação pareceram tornar-se um problema no decorrer do tempo. Aquilo que havia sido firmado enquanto modernidade entrou no rolo compressor de transformações impostas pela própria modernidade, ou será que esses planos já poderiam ser previstos pela autoridade da ciência que nascia?

Como disse Berman (1986, p.49) “Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã”. Berman trata da mesma coisa que Rouanet (1993, p. 18-19) quando diz que acha haver um terceiro caminho que nos livraria da condenação de seguir entre os únicos herdeiros do Iluminismo (o Liberal-capitalismo ou o Contra-Iluminismo), é “uma crença forte das virtudes do Iluminismo, do Iluminismo *original* como uma matriz da qual se possa extrair linhas de ação”.

Fica a pergunta: as virtudes originais do iluminismo já guardavam a potencialidade de considerar a questão ambiental tal como vista e debatida hoje? Ou será que o resgate e a releitura desses princípios poderiam nos trazer novas “luzes” sobre essa problemática global e ameaçante? Eis que na esteira da história da modernidade surge o conceito de desenvolvimento sustentável, mas até que ponto esse conceito é capaz de atender às demandas geradas pela crise ambiental global?

1.2 Desenvolvimento Sustentável: uma questão ambiental na contemporaneidade

Antes que surgisse na humanidade a idéia de desenvolvimento sustentável a questão ambiental já atravessava as discussões fundadas nas relações humanas com a construção da própria civilidade e na sua relação com a natureza. Em 1754, Rousseau, em seu Discurso sobre a origem das Desigualdades entre os Homens, já falava dos vícios e virtudes da humanidade, na passagem do homem natural para um ser social, cultural, vivendo em sociedades complexas e do perigo crescente do afastamento das “leis naturais”, em direção a um modelo de organização autodestrutivo.

Já em 1929-30, Freud, considerado por Rouanet (1993) como modelo de utopia iluminista, teve idéias convergentes, em *O Mal-estar na Civilização*, com as de Rousseau quando abordou a ‘Civilização’ como um conjunto de realizações e regulamentos que geram desenvolvimento cultural, força sobre a natureza e possibilidade real de autodestruição. É certo que Freud afirmava a existir um eterno conflito do homem com seu próprio instinto e natureza, o que leva a um conflito entre seus desejos e sua autopreservação, enquanto Rosseau classificou como qualitativo o homem selvagem em harmonia com sua natureza. Apesar das contradições existentes entre eles, ambos apresentaram o conflito existente entre o ser humano, a construção da sociedade e a natureza como um reflexo do conflito do ser humano com o próprio ser humano.

As discussões ambientais e a construção de um conceito de desenvolvimento que levasse em consideração a relação das ações humanas e da natureza só veio a ter uma grande difusão internacional nas discussões promovidas pelas conferências da Organização das Nações Unidas ocorridas em 1972 (Estolcomo- Suécia) e 1992 (Rio de Janeiro- Brasil). A Conferência sobre Meio Ambiente Humano foi a primeira grande Conferência da ONU, convocada especialmente para a discussão de problemas ambientais (RIBEIRO, 2001, p.74). Nesta conferência vinha a público o relatório *Meadows*, do Clube de Roma, que denunciava problemas do crescimento e defendiam o crescimento ZERO (BECKER, 1999, p.55). Pelo seu nome nota-se a

preocupação crescente em se discutir o meio ambiente e a humanidade, através de medidas extremas em relação sobre a ação do ser humano no meio, considerando a relação íntima entre a ação econômica humana sobre o planeta e as catástrofes ambientais conseqüentes.

Após muitas divergências e polêmicas terminou-se a Conferência de Estocolmo sem nenhum consenso de ação para remediar a situação prevista. A idéia de Desenvolvimento Sustentável foi uma solução de equilíbrio entre os extremos (crescimento zero *versus* crescimento a qualquer custo), trazida para a comunidade internacional pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento a partir do relatório *Bruntland* publicado em 1987 (RIBEIRO, 2001, P.111). Conhecido no Brasil como “**Nosso Futuro Comum**”, foi utilizado como texto preparatório à Eco-92 (ALMEIDA, 1999, p.21), a segunda grande reunião das Nações Unidas sobre o ambiente, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIBEIRO, 2001, p.107).

Após o colapso das propostas socialistas e capitalistas e suas conseqüências sociais, culturais e ecológicas potencialmente catastróficas (HOBSBAWN,2000), em 1945 foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas). As imagens dos horrores praticados durante a Segunda Guerra mundial (1939-1945) abalaram a opinião pública internacional. Era preciso estabelecer mecanismos que evitassem a repetição daquelas cenas e contemplassem as aspirações das duas superpotências emergentes do conflito – EUA e URSS (RIBEIRO, 2001).

O século XX viveu a ocorrência de fatos que apontam para um futuro incerto e imprevisível como: o fracasso da URSS e da democracia liberal; o enfraquecimento do Estado Nação; o declínio das religiões tradicionais; o alargamento do abismo entre ricos e pobres; os problemas demográficos e ecológicos; a imigração em massa (HOBSBAWN, 2000). Por outro lado, outra grande questão que atingiu o planeta foi a possibilidade de aniquilação atômica, juntamente com as possibilidades de destruição ecológica. São fenômenos que ultrapassam as fronteiras e impõem à humanidade um desafio planetário muito sério que requer respostas como as propostas pelas virtudes do iluminismo original (ROUANET, 1994).

As forças geradas pela economia tecnocientífica mostram-se agora suficientemente grandes para destruir o meio-ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana (HOBBSAWN, 2000). Mas recordando os exemplos negativos que marcaram a história, como a bomba de Hiroxima e Nagasaki (só para citar um exemplo marcante) pode-se encarar as possibilidades reais de autodestruição causada pelas tecnologias.

Somente a educação acompanhada da participação (e sua interação dialética e recíproca) podem gerar mecanismos regulatórios para combater os problemas ambientais do uso inadequado de tecnologias (NUNES, 2007) dentro de uma concepção de tecnologia e sustentabilidade que considere a interação da cultura com o ambiente visando a perpetuidade e qualidade de vida de determinado grupo social, e o respectivo papel fundamental da educação para regular e dar sentido a essa interação (FERRARO JÚNIOR, 2002, p.285).

O problema ambiental como sabemos está na relação que o Ser humano assumiu com o seu *Grande Habitat*. Talvez esteja relacionado com os grandes problemas do ser humano com sua própria natureza abordados por Freud, porém sabemos que é uma determinada idéia de “desenvolvimento” enquanto projeto de vida coletiva no Planeta que nos trouxe conseqüências para toda coletividade humana.

Durante muito tempo foi acreditado ser o fator econômico o único determinante da idéia de “desenvolvimento”, sabendo-se hoje que diversas são as dimensões que o determinam e o condicionam. Diferente da cultura de crescimento uma cultura dita “de desenvolvimento” ocorre mediante ambiente favorável que está, por sua vez, em função do Capital Social e do Capital Humano. Estas guardam uma capacidade ímpar de se articular em rede e envolver uma cultura empreendedora, uma cultura de cooperatividade sistêmica e uma cultura democratizante (FRANCO, 2001).

Nos anos 90 a temática do desenvolvimento local despertou grande interesse: diversos estudos consideram o local como o espaço de mobilização e articulação de atores sociais na busca do desenvolvimento (FRANÇA, VAZ, SILVA, 2002). Para tal foi fundamental a preocupação dos movimentos populares com a questão ambiental:

A questão ambiental, até a Eco 92, estava localizada muito nos *movimentos ambientalistas*. Passou a ser uma preocupação dos movimentos populares de bairro. Isso foi um salto qualitativo muito grande, porque nas demandas e reivindicações dos anos 70/80, a questão ambiental não era tão presente como é, hoje, nos movimentos populares propriamente ditos. Estou me referindo aos movimentos mais de bairros periféricos, com córregos a céu aberto, ausência ou coleta irregular do lixo, focos de infecções várias. (GOHN, 2003, p.28)

Sabemos que a discussão sobre um desenvolvimento inteligente, harmonioso com o ecossistema planetário tem muito a amadurecer. O ser humano transformou a sua luta pela sobrevivência em uma luta contra a natureza e lhe faltou a sabedoria necessária para conceber que este grande planeta é a sua casa e o único responsável imediato pela vida como a conhecemos.

A idéia de modernidade e industrialização se propôs a construir uma cultura de nacionalidade, de nação. Isso foi realizado como resultado da transferência gradual da lealdade e identificação à tribo, ao povo, à religião e à região (HALL, 2002). Destituíram-se as comunidades de suas vivências locais aproveitando-se de um discurso dicotômico de emancipação individual e universalização criando-se uma prática perversa chamada globalização:

Este caráter, insuperável da imagem da globalização, coloca-a radicalmente à parte de outra idéia que aparentemente substituiu, a da “universalização”, outrora constitutiva do discurso moderno sobre as questões mundiais mas agora caída em desuso e raramente mencionada, talvez mesmo no geral esquecida, exceto pelos filósofos.

Assim como os conceitos de “civilização”, “desenvolvimento”, “convergência”, “consenso” e muitos outros termos chaves do pensamento moderno inicial e clássico, a idéia de “universalização” transmitia esperança, a intenção e a determinação de se produzir a ordem; além do que os outros termos afins assinalavam, ela indicava uma ordem universal - produção da ordem numa escala universal, verdadeiramente global (BAUMAN, 1999, p. 67).

No que tange às questões ambientais desde as primeiras tentativas de se estabelecer tratados internacionais que regulassem a ação humana sobre o

ambiente que remontam a **1900** quando a Coroa inglesa realizou uma reunião internacional com o objetivo de discutir a caça indiscriminada nas colônias africanas, a **Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África** (RIBEIRO, 2001, p.54). Logo depois uma continuidade na tentativa dessa ordenação global com o segundo encontro internacional visando ao controle de seres vivos, a **Convenção para a Proteção dos Pássaros Úteis à Agricultura** (RIBEIRO, 2001, p.51) completando até o ano de 1994 aproximadamente 94 tratados internacionais incluindo Convenções sobre preservação / conservação da Flora e Fauna, Convenções sobre o mar, Convenções sobre resíduos perigosos e substâncias tóxicas, convenções sobre controle de qualidade do ar e outras convenções. Porém sabemos que a crise ecológica global não se submete a tratados e está condicionada à taxa de crescimento econômico, o que sugere a exclusão de soluções de mercado para uma política ecológica radical e realista de equilíbrio sustentável (HOBSBAWN, 2000).

Lembremos que a racionalidade criada pelo ideal moral universalista do iluminismo foi transformada da sua idealização inicial até tornar-se o cerne da racionalidade moderna como a conhecemos: o mercado como centro organizador e o utilitarismo (CHAUÍ, 1992). Eis o grande problema entre o ser humano e o meio-ambiente. O objetivo do desenvolvimento não é a sustentabilidade e sim o mercado, a ganância, o autoritarismo disfarçado, oras de liberalismo, oras de socialismo, de acordo com a conviência e a utilidade que isso possa ter no momento.

Como alternativa uma proposta de desenvolvimento humano, local e sustentável associa-se à democracia, e à criação de espaços de participação que contribuam para a superação da hegemonia da economia e da racionalidade instrumental (FERRARO JÚNIOR, 2002, p.285). É o desenvolvimento local como resultado de um conjunto de respostas e conflitos das forças sociais e produtivas de um dado território, que emergem para fazer frente aos processos de exclusão e de injustiça social criadas pelas ações e políticas multinacionais (BOCAYUVA, 2007).

A resistência nunca morre. A revolução pode mostrar-se na história como o lobo na pele do cordeiro, porém os movimentos populares vão se insurgindo, seja em movimentos sindicalistas, seja em movimentos de bairros. Adaptam-se para sobreviver a essa modernidade que se adapta ao tempo. Se antes as lutas se

centravam nas classes e no ambiente de trabalho hoje vemos a presença de um projeto político policlassista dos movimentos populares urbanos com temas globais na Agenda dos movimentos locais (GOHN, 2003). É um contexto onde o afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional cede ao aumento da importância das identidades locais, regionais e comunitárias (HALL, 2002). Isso pode soar negativo também dependendo da situação e do contexto, mas o interessante é que de acordo com Gohn os movimentos populares, heterogêneos em suas demandas, unificados pelo universo das carências socioeconômicas, criaram e desenvolveram redes com outros sujeitos sociais em:

(...) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais) (GOHN,2003, p.31).

Resta-nos saber qual o papel essencial desses movimentos enquanto uma resistência real para a recriação de espaços públicos, numa pós-modernidade neoliberal, segundo as palavras de Chauí (1992), que caminha para o estreitamento dos espaços públicos. Até que ponto esse movimentos particularistas, centrados no ambiente, mas distanciados às vezes daquelas causas universalistas de outrora podem gerar frutos para a construção de novas utopias?

1.3 Educação, Território e Parques Urbanos: Políticas Públicas para Espaços Públicos

1.3.1 Espaços Públicos

Chauí (1992) aborda a dicotomia da política de espaços públicos *versus* direito e vontade privados (ética individualista) como parte de uma crise de valores morais pertinentes à contemporaneidade. Esta crise ocorre devido ao conflito da convivência entre dois modos de pensamento muito comuns e contraditórios que vestem roupagens diversas, mas sempre indicando uma mesma dicotomia como: a

ética protestante *versus* o pensamento liberal; política do bem comum (Ordem Cósmica hierárquica divina) *versus* noção moderna de indivíduo; política da ética comunitária e interesse geral *versus* competição, propriedade privada, classes, lucro, exploração e desigualdades; ética da frugalidade e do asceticismo *versus* lógica de mercado e acumulação de capital.

Segundo Rodgers (2004, p.241) o fortalecimento dos espaços públicos, considerados como patrimônios que constituem a alma cidadina, tem importância fundamental para a construção de estratégias de revitalização da economia de uma cidade, a estabilização dos bairros e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos. Considerando que a análise social do território se faz a partir da análise de seu uso, ou seja, dos objetos e das ações (SANTOS, 1998), a dinâmica espacial da segregação é um processo relativo à existência da reprodução das classes sociais (CORRÊA, 1993) e o desenvolvimento sócio-espacial só pode ser percebido na medida em que se constata o aumento da qualidade de vida e da justiça social distribuídos no território (SOUZA, 2006a).

Poderíamos afirmar então que a qualidade de vida e a cidadania se constroem a partir da constituição da cidadania coletiva como responsável pelo surgimento de novos sujeitos históricos, ou seja, a cidadania coletiva constrói-se no cotidiano a partir do processo de identidade político-cultural gerada pelas lutas cotidianas (Gohn, 2005, p.16). O espaço de construção da cidadania é o espaço público que foi ampliado na modernidade e vem sendo cada vez mais encolhido na pós-modernidade (CHAUÍ, 1992). Podemos então afirmar que a projeção de espaços públicos constitui-se em estratégias para a consolidação da cidadania e uma conseqüente diminuição das desigualdades e segregações sócio-espaciais? De acordo com Serpa (2007):

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. (...) É visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais cotidianos (SERPA, 2007, p.9).

Para citar um exemplo internacional, de um país que guarda uma determinada tradição na mobilização da sociedade civil, podemos falar da cidade de Nova Iorque, que herdou um sistema de espaços públicos singular no mundo com seus 106,71 Km² de áreas verdes municipais (13% da área total da cidade) e que projetou os seus 479 parques com dois milhões de árvores como estratégia de mobilização contra intensificação e o avanço da segregação social:

Os espaços públicos da cidade foram projetados como exercício de democracia, oportunidades para a interação cívica entre todas as classes, como um atenuante para a situação de pobreza; e como uma alternativa saudável à contravenção e criminalidade (RODGERS, 2004, p.237).

1.3.2 Parques urbanos e políticas públicas

Mas como se deram a construção dos espaços públicos no Brasil? Será que houve uma política de constituição da cidadania e da participação através de estratégias de criação de espaços públicos nacionais? No final do século XVIII os parques públicos urbanos no Brasil tinham uma forma de “passeios” iluministas criados por fidalgos portugueses e ligava-se esteticamente ao jardim francês de feições neoclássicas, presentes nas iniciativas dos “passeios públicos” do Rio de Janeiro (1783) e Salvador (1813).

O passeio Público do Rio de Janeiro foi o primeiro parque público das Américas, construído no século XVIII entre 1779 e 1783 e projetado em estilo francês, com alamedas retas que se cruzavam ortogonalmente e outras formando diagonais. Já o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 13 de junho de 1808, por D. João para aclimatar as especiarias, inicialmente denominado, Jardim de Aclimação, em 11 de outubro passou a ser Horto Real sendo aberto à visitação pública somente a partir de 1822 (MARQUES JÚNIOR, 2006).

Tudo indica que esses espaços eram espaços públicos burgueses relacionados ao despotismo comum da época e que nada tinham haver com a delimitação de espaços de participação social e expressão da cidadania. Lembremos que apesar da influência francesa nessa época os parques tinham forte

influência inglesa das cascatas artificiais que imitavam a natureza, criando espaços internos isolados da sociedade escravista: “Neles a burguesia européia nascente podia encontrar seus pares em um ambiente que negava o caos da cidade industrial e seus operários” (MARQUES JÚNIOR, 2006, p.2).

Para citar outro exemplo, e considerando que a realidade nacional brasileira guarda enormes diferenças territoriais e culturais, falemos das primeiras praças de Porto Alegre que também datam da segunda metade do Século XVIII. Eram grandes largos utilizados para festas religiosas e populares, além de local de comércio. Porém com a metropolização da cidade, na segunda metade do século XX, foi necessária, para compor uma gestão ambiental pública, a construção de uma educação ambiental integrada na disseminação de conhecimento sobre os sistemas natural e construído do município e a utilização de uma unidade de gestão ambiental baseada na bacia hidrográfica:

Além das funções tradicionais, as praças e parques amenizam os efeitos adversos da densificação urbana e podem funcionar como corredores ecológicos, abrigando a fauna. Porém, o crescimento urbano traz consigo a degradação dos espaços públicos, principalmente áreas verdes. Atualmente, dois programas procuram envolver a cidadania na gestão das áreas verdes: a) a adoção de praças e parques, onde a instituição parceira compromete-se a manter e efetuar os serviços de jardinagem da área adotada; b) o conselho da Praça, que reúne cidadãos, instituições, entidades e empresas interessados em ajudar a definir as diretrizes de uso do espaço e da manutenção paisagística dessas áreas verdes. Os conselhos de todas as praças reúnem-se periodicamente. (MENEGAT; ALMEIDA; 2004, p.219)

Essa política baseou-se em concepções onde os parques urbanos guardam funções primordiais nos nossos tempos em que a valorização dos espaços privados, em detrimento dos espaços públicos, ganha força na realidade urbana. Lefebvre ao abordar os males da industrialização ao processo de urbanização na história expõe como as centralidades são abandonadas aos pobres e tornam-se guetos quando o espaço não é considerado útil, porém “às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris)” (LEFEBVRE, 1991, p.11).

Rodgers (2004) diz que houve um movimento por grandes parques públicos na cidade de Nova Iorque que ganhou peso em 1880 quando um grupo privado

propôs um projeto de instalação de uma série de Parques que representava um acréscimo de 1.618,75 ha, quatro vezes a área dos parques existentes. “Os defensores do movimento afirmavam que a criação de áreas verdes faria aumentar o valor dos terrenos adjacentes” (RODGERS, 2004, p.238). Concidadãos e líderes da cidade saíram convencidos que “somente grandes parques poderiam fazer frente à opressão e sujeira e adensamento habitacional da cidade” (RODGERS, 2004, p.238)

Os parques urbanos reúnem qualidades físico-ambientais para existirem na contemporaneidade enquanto uma possibilidade cívica de mobilização de uma gestão pública justa e participativa das cidades voltada para o desenvolvimento local. Por caracterizarem-se enquanto espaços públicos e ambientais, os parques urbanos hoje guardam, a princípio, uma possibilidade real de encampar políticas públicas para uma educação ambiental de empoderamento⁵ coletivo do território. Para contemplar tais considerações, é necessária uma aproximação de conceitos que relacionem as políticas públicas e a educação no território.

Como imaginar as políticas públicas no Brasil como fonte de empoderamento popular do território se, de acordo com Nagel (2001), historicamente, nas décadas de 1970, 80 e 90 o Estado e a sociedade brasileira foram sendo cooptados por políticas públicas de orientação ideológica neoliberal? Se usando discursos de democracia pós-ditadura o neoliberalismo avançou estrategicamente no Brasil como consequência de seu revigoramento mundial?

O conceito de políticas públicas envolve a questão do contexto social e dos movimentos sociais, desde que se entenda o Estado enquanto uma arena de luta política, um meio público que apresenta possibilidades de ação para todos os extratos da sociedade. Palmeira coloca as políticas públicas como expressão de interesses de setores populares da sociedade:

Como já observamos, políticas públicas não são apenas políticas que nascem como propostas do setor governamental. São, também, a expressão do esforço dos setores populares da sociedade em subordinar os

⁵ Empoderamento segundo <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php> significa “a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes”.

interesses de outros grupos às suas necessidades de melhorias, exercendo sua influência sobre o poder do Estado. [...] No contexto da democracia (onde a sociedade intervém no poder do Estado), a política social é uma busca de consenso, por parte do Estado, entre os diversos interesses, e não a transferência desse poder para outras áreas (PALMEIRA, 1996, p.166).

Acompanhando este raciocínio de Palmeira entende-se que o Estado, num contexto democrático, apresenta-se enquanto uma entidade mitigadora da democracia, e distribuidor de poder. O problema fundamental a ser discutido é justamente se tudo o que **chamam** de democracia é realmente democracia, a ponto de haver intervenções da sociedade no poder do Estado. À primeira vista esta abordagem parece ingênua, porém Palmeira, mais adiante, na mesma obra, nos incita a não considerar o Estado como uma entidade unívoca, mas como um espaço em que há potencialidade de atuação dos diferentes setores, algo extremamente saudável para os movimentos sociais e suas diversas possibilidades de atuação:

A compreensão do elemento político como o espaço público para a defesa do interesse geral pode fazer das políticas públicas uma estratégia privilegiadora, na construção dessa nova ética. Para tanto, é essencial conceber as políticas públicas num contexto que considere os princípios democráticos, sem o que os esquemas classificatórios, simplistas, e o raciocínio, por dualidades que não respondem à riqueza da vida social e seus paradoxos, não poderão ser superados (PALMEIRA, 1996, p.169).

Porém, é importante considerar que a estratégia liberal passa pelo enfraquecimento do espaço público, ou melhor, uma adequação deste à atuação privada. Essas questões consideradas nos levam a entender que o Estado enquanto espaço público representa uma arena para as conquistas na construção das políticas públicas só que condicionadas por regras, digamos assim, privatizantes. Boneti entende que determinadas características da contemporaneidade como a globalização da produção econômica, do consumo e da cultura influenciam as políticas públicas. Para entendermos melhor observemos o que Boneti entende por política pública:

A partir da organização social, política e econômica das últimas décadas, é possível entender como **política pública** a ação que **nasce do contexto**

social, mas que **passa pela esfera estatal** como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa. [...] Entende-se por política pública o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil (BONETI, 2006,p.73).

No jogo da democracia as políticas públicas são resultados de uma luta de interesses travada com muito suor dos setores populares da sociedade contra os interesses da burguesia. Porém a burguesia transnacional, como acontece no capitalismo em tempos de globalização, detém uma posição estrategicamente vantajosa. Palmeira (1996) aborda essa questão a partir da perspectiva das modificações na função do próprio Estado. Se as utopias da igualdade, liberdade e justiça herdadas do século das luzes um dia impulsionou a conquista de direitos sociais, com o *Welfare State*, o mesmo discurso motiva na contemporaneidade a sua derrubada.

Boneti (2006, p.63) diz que “grandes reflexos ainda do racionalismo iluminista, oferecem às políticas públicas um sentido racionalista, capitalista e, portanto, contemporâneo”. Nesse sentido, para Nagel (2001), falar sobre educação e políticas educacionais é considerar as distintas formas de acumulação e de trabalho objetivadas nas relações sociais equivalentes à reorganização do sistema produtivo capitalista. Em outras palavras, a reorganização do sistema produtivo como fator estruturante da sociedade condiciona o tipo de educação e das políticas educacionais.

Silva (1992; 2003) nos traz uma reflexão muito esclarecedora sobre a necessidade de estudar e analisar cuidadosamente o processo de desresponsabilização do Estado com o setor educacional que leva ao sucateamento da escola pública a partir da idéia de mercantilização da educação das propostas neoliberais. Antunes (2007) aborda a questão da precarização global do trabalho (desemprego estrutural, intensificação e aumento da jornada de trabalho), enquanto Oliveira (2009) revela como essa precarização é agravada pela construção do discurso do Capital Humano que responsabiliza o trabalhador pela conquista competitiva ao desvincular a problemática do desemprego da estrutura política e econômica existente.

Assim, a precarização do mundo do trabalho gera impactos na esfera da educação e se relaciona com a questão da precarização do território. São criadas ilusões na mente do povo e essas ilusões tentam moldar a realidade local de acordo com a excludente globalização neoliberal, essa é a perspectiva hegemônica. As estratégias locais de desenvolvimento sustentável surgem como práticas que procuram se contrapor a esta precarização, esta é a posição contra-hegemônica.

O que pretendemos compreender é justamente como são as conseqüências dessa relação de poder estabelecida por uma Ordem Internacional Capitalista espreada sobre o território e em que ponto podemos achar o papel da educação nisso tudo. Se a constituição do território se faz a partir de seu uso, como nos diz Milton Santos, nosso pressuposto é que as práticas educativas são, no mínimo, um ponto estratégico para a manutenção ou transgressão do poder no território.

Apesar do conceito de território abordado por Milton Santos (2001) basear-se no trabalho e na constituição do meio técnico-científico-informacional, as bases materiais são apenas condições para as ações reais sobre as configurações territoriais:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas (SANTOS, 2001, p. 248).

A formação da cidade obedece a uma ordem lógica planejada (ou intencionalmente não planejada, mas ainda assim há uma lógica!) e formal da cultura do capital que procura estruturar todo o território de acordo com os interesses hegemônicos. Porém existem as práticas de espaço, cotidianas e ordinárias, que compõem uma verdadeira bricolagem de realidades locais que não necessariamente intencionam contrapor-se a uma estruturação do poder panóptico, mas refazem uma idéia hegemonicamente construída de cidade, a cidade - panorama, imprimindo tácticas pelo território como uma contra-hegemonia à tentativa de construção de uma identidade global (CERTEAU, 1994).

O que pretendemos neste momento é conferir às práticas de espaço referidas por Certeau o seu aspecto de práticas educativas. Certeau propõe em sua obra que há necessidade de se estudar essas práticas de espaço tornadas esquecidas e desconhecidas pelo simulacro teórico-visual da cidade-panorama. Focar em práticas educativas que trabalham uma identidade local de ação (ou ao menos de leitura) sobre o território, fortalece os aspectos de práticas espaciais ligadas a uma possibilidade de desenvolvimento local sustentável. Essa tese corrobora com as idéias de Haesbaert (2009) sobre a construção da multiterritorialidade como consequência da interação no tempo e no espaço de processos diversos de des-territorialização re-territorialização.

Ações estratégicas, segundo o conceito de Certeau, buscam constituírem-se como práticas únicas no território e toda a prática no território permeia uma prática educativa mesmo que informal. As regras estatais sobre as escolas formais e as “verdades” dos meios de comunicação de massa que caracterizam a cidade-panorama procuram impor determinados tipos de prática sobre o espaço e, conseqüentemente, condicionam práticas educativas sobre o território. Por outro lado movimentos sociais cotidianos acontecem localmente, imprimindo suas práticas próprias, se re-territorializando e, usando um termo de Certeau, “bricolando” outras verdades na realidade da constituição do território.

1.3.3 Construção de uma pedagogia urbana como prática educativa

O próprio processo de construção da cidadania coletiva presente nos movimentos sociais tem a educação como lugar central (GOHN, 2005). Todo o processo de lutas locais leva a um movimento educativo cotidiano, de identidade político-cultural. Segundo a autora, esse movimento educativo relaciona-se muito com o desenvolvimento da consciência da cidadania nas manifestações, grupais ou individuais, de apropriação dos espaços públicos. Ou seja, a educação está presente da mesma maneira que as relações sociais estão acontecendo no território. Se as relações são individualistas, a configuração territorial será bem diferente de relações sociais participativas. Uma prática educativa sendo ou individualista ou coletivista, levará a diferentes ações sociais sobre o espaço territorial.

Para o desenvolvimento do território, é necessária uma prática educativa voltada para a participação. Para a valorização dos espaços públicos somente uma sociedade radicalmente participativa pode contrapor-se aos contextos privatizantes criados pelos avanços das políticas neoliberais. Marcelo Lopes de Souza fala de uma pedagogia urbana, como uma maneira de se pensar o planejamento e a gestão social do território através da população que o habita:

A “pedagogia urbana” advogada pelo autor pode compreender diversas atividades e frentes de ação. O objetivo central é, sempre, o de ajudar a organizar e preparar a sociedade para uma participação lúcida e com conhecimento de causa, informando e colaborando para ampliar a consciência de direitos, das crianças e adolescentes aos adultos (SOUZA, 2006b, p.267).

As frentes de ação abordadas por Souza (2006b) envolvem a socialização das informações e a facilitação da comunicação como partes de uma função educadora do planejador profissional. Neste caso a informação deve chegar numa linguagem acessível, de entendimento da população e discutida por ela, ou seja, as políticas públicas e os documentos legais devem ser traduzidos para uma linguagem acessível, dentro de uma perspectiva de educação libertadora, no sentido “Freiriano”, em que o técnico-educador deve saber escutar e respeitar os conhecimentos locais para assim poder estabelecer uma discussão horizontal com a comunidade.

Dessa maneira para haver sustentabilidade nos espaços públicos, estes devem ser concebidos por uma gestão construída a partir da identidade da população local. Se apoderar das políticas públicas não é tarefa fácil para a população. Esta deve estar bem preparada e educada para enfrentar os trâmites burocráticos na reivindicação de seus direitos. Faz-se necessária a construção de práticas educativas que preparem para a autonomia e liberdade.

Escobar (2007) observa que os contextos escolares formais têm além dos aspectos explícitos (planos de aula, manuais de conduta, programas, calendários, organização das classes, reuniões de pais e mestre etc.) também aspectos implícitos (gestos, advertências irônicas, formas de saudações e despedidas, as

supostas normas de cortesia etc.). Paulo Freire ressalta a importância das experiências informais e da pedagogicidade na materialidade do espaço:

[...] nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação (FREIRE, 1996, p.44).

Coadunando com esta perspectiva, Souza (2006b) observa que o planejamento e a gestão do território vêm quase sempre desempenhando a produção de uma “cidade-prisão” e propõe contra isso a produção da popularização e desmistificação do planejamento e da gestão através de uma pedagogia urbana. Para ele a relação da educação com o território está presente na vivência cotidiana das pessoas com seu espaço:

Não só a escola ou, antes mesmo disso, na família, se forma o caráter e se cultiva o espírito, se transmitem e se aprendem valores; a cidade, em si mesma (ou por outra, a *vivência da cidade*), educa e forma o caráter. Para o bem e para o mal. A “cidade-prisão”, os muros, as cercas eletrificadas e os aparelhos de vigilância, o medo, a segregação, a auto-segregação e suas “bolhas de proteção”: tudo isso colabora para gerar um tipo de criança, depois de adolescente e finalmente de cidadão, muito diferente daquele socializado em um espaço onde as formas espaciais, os territórios e as imagens espaciais e símbolos escritos na paisagem traduzam liberdade e estimulem solidariedade (SOUZA, 2006b, p. 263).

A prática da “pedagogia urbana” proposta por Souza encontra na periferia da cidade de Salvador, Bahia, experiência similar. O Projeto de Pesquisa e Extensão *Agenda 21 em Mata Escura e Estrada das Barreiras* desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no período de 2005-2006, experimentou uma prática de pedagogia comunitária voltada à participação, conectada a um projeto de fortalecimento de espaços de sociabilidades no entorno de uma área verde, a da Represa do Prata, visando a formação de uma gestão popular participativa e consolidação de um

Parque Socioambiental já reconhecido pela lei (NUNES; SOUZA; SANT'ANNA, 2007).

Segundo Nunes (2010), a construção da Agenda 21 local no entorno da Represa do Prata, conhecido pela população que habita os bairros do entorno como horto do Cabula, iniciou-se a partir de ações que vinham se desenvolvendo desde o ano 2000, no Colégio Estadual Márcia Meccia, em Mata Escura. Após ganhar o prêmio da UNESCO de Escola Inovadora no combate à violência, em 2003, iniciou-se o projeto AMATAQUEDÁ, em 2004, que envolveu estudantes do colégio, familiares e moradores do bairro em um programa de desenvolvimento social, através de oficinas profissionalizantes, e de desenvolvimento urbano socioambiental mobilizando os moradores do bairro pela preservação da área verde no entorno da Represa do Prata.

O Projeto de Agenda 21 desenvolvido tinha relação com a proposta de criação de espaços de sociabilidades que envolvem práticas educativas relacionadas à cultura e ao lazer e mobilização da participação social no território e na preservação das áreas verdes:

O que são espaços de sociabilidade? A discussão sobre esse tema ocuparia muito mais espaço. Mas, em linhas gerais, podemos dizer que há uma nítida constatação do aumento de áreas privadas de lazer com um esquema de segurança privado em face do medo à violência generalizada da população, sobretudo, nas metrópoles. As áreas públicas destinadas ao lazer são cada vez mais escassas, as pessoas se trancam em seus condomínios ou em suas casas, pois têm medo de ir a um parque, ao cinema ou simplesmente transitar pelas ruas.

A situação torna-se mais agressiva nos bairros mais pobres, onde praticamente inexistem áreas de lazer, tanto privadas quanto públicas. Desse modo, nosso trabalho direciona suas ações para a criação de espaços de sociabilidade, áreas de recreação, espaços culturais acessíveis a esses bairros. Através do trabalho junto com as associações de moradores realizamos campanhas e ações para a criação de parques públicos, a exemplo, do horto do Cabula ou do parque São Bartolomeu, áreas históricas, patrimônio ambiental e cultural que estão sendo dilapidadas ano após ano (NUNES, 2010, p. 100-101).

A experiência do projeto AMATAQUEDÁ visava justamente consolidar a integração da escola ao bairro, da educação com o território, através de ações de desenvolvimento social a exemplo de outras experiências bem sucedidas em

Salvador, Bahia, que envolvem práticas educativas. Segundo estudo da UNESCO (CASTRO et alii, 2001, p. 91) foram identificadas 5 experiências educativas inovadoras no Estado da Bahia: Grupo Cultural Olodum (Escola Criativa), Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Fundação Cidade Mãe, Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) e Associação Picolino de Artes e Circo.

O estudo sobre essas experiências fizeram parte de um estudo maior, de caráter nacional, onde foram pesquisadas no total 30 experiências de educação nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. As experiências estudadas são promovidas por organizações não-governamentais e entidades do setor público junto a jovens em situação de pobreza, que residem áreas periféricas carentes de equipamentos e espaços públicos. Considera-se que a sociabilidade desempenha um papel fundamental entre os jovens para internalização de valores e que as experiências de educação tornam-se espaços de sociabilidades, sublinham lacunas deixadas pelas políticas públicas e constroem uma cultura da paz em contra-ponto à cultura da violência, redefinindo territórios de poder e de responsabilidades (CASTRO et alii, 2001).

Da mesma maneira, no Parque Metropolitano de Pirajá, um espaço público importante para a cidade, com um valor ambiental e cultural intrínseco, é necessário estudar as práticas educativas para compreender em que medida essas práticas configuram-se como práticas contra-hegemônicas, formulando assim um conhecimento do território e um reconhecimento da população local sobre os problemas socioambientais locais.

Em que medida um espaço público de tamanhas proporções, que no passado recente serviu de espaços de sociabilidades não só para a população local, pode ter seu território requalificado a partir das práticas educativas que resistem cotidianamente criando educação, cidadania, cultura e lazer? Como pensar a possibilidade de políticas públicas para a consolidação e o fortalecimento da sustentabilidade do território a partir dessas experiências?

CAPÍTULO II - SALVADOR: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL EM PERIGO

Salvador com seus 2.676.606 habitantes (IBGE, 2010) possui atualmente cerca de 160 bairros “distribuídos em 12 bacias hidrográficas e 9 bacias de drenagem” (SANTOS, 2010). Dividida em 18 Regiões Administrativas (PDDU, Lei Municipal nº 7.400/2008) a cidade conta com 5 parques (Parque Metropolitano de Pirajá, Parque do Abaeté, Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque Joventino Silva, Parque Zoobotânico de Ondina).

O crescimento da cidade de Salvador carrega em sua história a ocupação desordenada e estratificada do seu espaço, sem a efetivação de nenhum tipo de política de controle de ocupação e zelo para com a sustentabilidade e o patrimônio público. Após passar por uma estagnação econômica, as políticas desenvolvimentistas do Estado, buscando entrar na lógica competitiva capitalista vigente na nação implantaram um sistema de produção industrial sotopolitano sem medir as conseqüências sociais e ambientais (GORDILHO, 2008).

O resultado é que somente na década de 1960 e 70 é que se inicia um planejamento para a cidade e suas áreas verdes, apenas o passeio público completamente integrado ao centro de Salvador, salva-se na conservação, provavelmente por estar situado atrás de um dos palácios do governo do Estado da Bahia, ao lado disso, houve um crescimento desordenado da cidade, sem obedecer a nenhum planejamento, por causa da intensa migração rural-urbana nesse período (CARVALHO, 2001).

As teorias do planejamento começam a ganhar importância no espaço governamental, influenciados pelas teorias desenvolvimentistas da época como as idéias de Rômulo Galvão, Anibal Pinto, entre outros. No planejamento público começaram a desenvolver planos urbanísticos bem elaborados, mas com pouca efetividade para as áreas “menos nobres” da cidade, ou seja, conjuntos habitacionais populares, insuficientes, pequenos para as famílias extensas da época e sem dotação de saneamento ambiental adequado, alguns deles voltados para áreas de reservas e de futuros parques urbanos sem nenhuma preocupação em

integrar ao ambiente, com deficiências também no atendimento à educação, saúde e cultura.

Pontos críticos da urbanização na Bahia envolvendo um exagerada concentração espacial do crescimento na Região Metropolitana de Salvador e um desnível nas atividades econômicas e no padrão de vida das cidades médias e pequenas com relação à RMS (SILVA, 1989), foram os responsáveis iniciais por um processo de crescimento urbano desigual e anti-ecológico em Salvador.

O abandono prático do Parque Metropolitano de Pirajá pelos poderes públicos, sem nenhuma política de implementação das leis que o protegem chegam a sugerir um clima de perplexidade e impotência diante de uma situação gritante. O Parque Metropolitano de Pirajá é um Patrimônio público reconhecido que envolve valores ambientais, culturais e históricos. Durante o II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural Nacional, promovido pelo IPHAN se propôs a criação do “Parque Histórico da Independência da Bahia” presente na legislação municipal como veremos neste capítulo. Além disso, a legislação estadual concebe a área como de Proteção Ambiental com a transformação do Vale do Cobre em reserva biológica, consubstanciada no Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu (AZEVEDO, 1998, p.126).

Com tal importância, inclusive reconhecida legalmente, só nos resta apontar ou sugerir como hipótese mais provável a existência do Racismo Ambiental⁶ como causa principal do abandono e estágio avançado de deterioração em que se encontra o parque e seu entorno, pela falta de sensibilidade e de responsabilidade legal dos poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal), já que é através do abandono de uma área ocupada pelos herdeiros da cultura negra e indígena como o Parque Metropolitano de Pirajá, que se oprime institucionalmente. O desprezo pelo que a população local tem como mais sagrado, e a degradação que se encontra, levam à tentativa de destruição de culturas e memórias.

⁶ SRH. Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental – Série Textos, Água e Ambiente. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008.

Além disso, em vez de se incentivar e estimular as políticas sociais locais, desde as iniciativas individuais, aos pequenos grupos e círculos de amizade, sociais, esportivas, civismo e solidariedade, os recursos acabam por se esgotar na máquina burocrática pública e o que vem efetivamente, em geral, é a ação das políticas assistencialistas e impositivas aos grupos locais.

Acontece que essa população local continua sua resistência, que se atravessa no tempo, com suas práticas cotidianas. O objetivo deste capítulo é contextualizar as práticas educativas que envolvem potencialidades e propostas de sustentabilidade no território do Parque. O estudo deste contexto do Parque, sua importância ambiental, histórica e cultural só nos servirá para elencar instrumentos de fortalecimento dessas práticas.

2.1 A Cidade de Salvador, seus graves e profundos problemas sociais, ambientais e urbanos

Historicamente, o município de Salvador apresenta uma estrutura econômica terciária. Segundo estudos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador (2006) com dados do IBGE, em 2002, aproximadamente 76,6% do Produto Interno Bruto – PIB municipal era gerado pelas atividades comerciais e de prestação de serviços, tendo a atividade industrial uma participação de 23,2%. Essa estrutura produtiva situa o PIB municipal em 15º lugar no cenário nacional, estando Salvador em uma posição inferior a São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife.

Por conta de uma crise aguda da economia agro-exportadora no período de 1920/40 a economia ficou estagnada não havendo grandes intervenções espaciais. No período de 1940/1960 acontece a transição resultante de mudanças na estrutura produtiva e na organização espacial da cidade e marcada pela intensificação da concentração urbana face ao novo patamar de concentração de capital/trabalho em Salvador e sua área de influência (CONDER/SEPLAM, 1985, p. 13).

Este período foi marcado por intenso crescimento demográfico de Salvador decorrente da desorganização da produção agrícola do Recôncavo e da ausência de cidades médias e pequenas capazes de atrair e fixar populações cujo setor agrícola não pôde reter no campo. Desemprego, sub-emprego, baixas condições de vida e habitação e deficiências dos serviços e equipamentos urbanos, foram indicadores da incapacidade da economia urbana em absorver produtivamente os fluxos migratórios e grande parcela da própria população urbana (MATTEDI; BRITO; BARRETO, 1975, p. 354).

Este foi o resultado do que se convencionou chamar de “enigma baiano”, um ciclo de estagnação por todo o início do século XX, até 1950 quando Salvador experimentou uma letargia econômica enquanto a economia nacional, fortalecida pela industrialização de São Paulo, já experimentava um novo ciclo de modernização industrial. A população passou de 290 mil, em 1940, para 417 mil, em 1950, mostrando o crescimento lento da cidade portuária, que ia adquirindo cada vez mais, características de cidade terciária em que o capital financeiro implantado e desenvolvido passava a ser meramente circulatório (SAMPAIO, 1999, p. 78-9).

Pode-se dizer que os esforços de planejamento sistemáticos do Estado da Bahia começaram na década de 1950 com o objetivo de engajar a Bahia na atividade moderna da industrialização. A construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a implantação da Unidade de Refino da Petrobrás foram os investimentos básicos que vieram a tirar a Bahia da estagnação econômica secular (CARVALHO, 2001).

A partir da segunda metade da década de 1960, segundo Kraychete (1994), a Região Metropolitana de Salvador (RMS) experimenta um intenso processo de crescimento e modernização das atividades econômicas. A política de incentivo fiscais do Estado, nesse período, proporciona a implantação do Centro Industrial de Aratu, em 1966, e do Complexo Petroquímico de Camaçari, em 1972. Estimula desse modo um processo de urbanização e metropolização nos quais os diferentes agentes produtores do espaço urbano passam a interagir sob a lógica predominante de valorização do capital e do solo urbano.

Desde então, inicia-se, segundo Carvalho (2001, p.226-7) as ocupações indevidas em glebas protegidas por leis, sem haver compromisso com a preservação do patrimônio público obedecendo à lógica da especulação imobiliária trazendo alterações nos rios, lagoas, mangues, dunas, vales dos rios, praias, encostas, transformando a paisagem natural em paisagem estereotipada para consumo turístico ou da pequena burguesia.

Por outro lado a falta de infra-estrutura habitacional aliada a uma cada vez maior concentração de populações atraídas pelos investimentos industriais criou uma pressão cada vez maior sobre a Cidade de Salvador com aumento da população que chega a mais de um milhão de habitantes que vão procurando alternativas para resolver sua questão de moradia, “Encostas, áreas arborizadas, várzeas de rios e alagadiços, mangues e até praias (...)”. (CARVALHO, 2001, p. 226)

Salvador em apenas três décadas obteve um crescimento significativo, duplicando sua população entre os anos 1970 e 2000. De acordo com Caldas e Nunes (2002), a cidade chega ao século XXI com graves problemas socioambientais na maioria dos seus bairros periféricos, apesar do curto tempo de consolidação. Segundo esses autores, nos últimos 20 anos de ocupação urbana, ocorreu uma melhoria nas edificações dessas áreas, apesar de ter proliferado as autoconstruções que degradaram, de forma implacável, vastas áreas verdes do município e ameaçam outras que ainda subsistem.

Em 1970 a população de Salvador que era de 1.007.195 habitantes, passou para 1.505.013 em 1980. O censo demográfico de 2000 (IBGE) aponta que a população de Salvador atingiu o número de 2.457.000 habitantes com uma estimativa para se atingir uma população de quase 3 milhões de habitantes em 2015. Ocorreu, portanto, nas duas últimas décadas uma taxa de crescimento anual elevada, apresentando na década de 70/80 uma taxa de 4,0% aa e na década de 80/90, uma taxa de 2,9% aa.



Figura 1: Evolução Urbana de Salvador: área ocupada – 1940; 1976; 1998.
 Fonte: PDDU Salvador 2000. PLANDURB. Evolução Demográfica (1940-2000)

A questão urbana em Salvador, na atualidade, vem sentindo os efeitos da falta de políticas habitacionais (SOUZA, 2000) incapazes de conter o fenômeno da favelização no município. Quanto à demanda habitacional e déficits quantitativo e qualitativo uma pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Labhabitar/FAUFBA, 2002) mostra que em termos quantitativos seriam necessárias 91 mil novas unidades, sendo 82.000 para população de renda até 03 salários mínimos. Quanto ao déficit qualitativo que compreende a necessidade por melhorias de infra-estrutura e do domicílio, regularização ou legalização fundiária e/ou do domicílio, há uma carência em torno de 460 mil domicílios o que equivale 60% da população de Salvador.

O município de Salvador está dividido em 18 Regiões Administrativas (RA's) com dinâmicas sócio-espaciais bem diversas. De acordo com PDDU (2008) as RA's mais populosas são as do Subúrbio Ferroviário – XVII, com 245.217 mil habitantes, São Caetano – III, com 211.580 mil e Pau da Lima – XIII, com 204.383 mil habitantes, sendo as áreas situadas nos principais vetores de expansão da cidade (Subúrbios e “Miolo”) (Tabela 1).

TABELA 01 - POPULAÇÃO E DENSIDADE POPULACIONAL BRUTA SEGUNDO REGIÕES ADMINISTRATIVAS – 2000/ 2015

REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SALVADOR	ÁREA* (HA)	POPULAÇÃO (HAB)		DENSIDADE POPULACIONAL BRUTA (HAB/HA)	
		IBGE 2000**	Cenário 2015***	IBGE 2000**	Cenário 2015***
RA I – Centro	698	85.544	76.762	123	110
RA II – Itapagipe	733	159.542	157.553	218	215
RA III - São Caetano	954	212.235	219.361	223	230
RA IV - Liberdade	720	188.027	187.267	261	260
RA V – Brotas	1.115	191.604	223.088	172	200
RA VI – Barra	584	83.834	84.729	143	145
RA VII - Rio Vermelho	608	155.123	157.977	255	260
RA VIII - Pituba/ Costa Azul	1.123	105.105	140.407	94	125
RA IX - Boca do Rio/ Patamares	1.970	83.075	108.341	42	55
RA X – Itapuã	4.513	175.562	225.666	39	50
RA XI – Cabula	1.012	137.764	172.113	136	170
RA XII – Tancredo Neves	1.536	189.028	253.493	123	165
RA XIII - Pau da Lima	2.135	205.017	298.926	96	140
RA XIV - Cajazeiras	1.392	118.563	153.133	85	110
RA XV – Ipitanga	3.991	36.730	51.889	9	13
RA XVI – Valéria	2.158	63.640	97.120	29	45
RA XVII - Subúrbios Ferroviários	2.684	245.977	308.623	92	115
RA XVIII – Ilhas	3.028	6.738	9.994	2	3
TOTAL SALVADOR	30.956	2.443.107	2.926.442	79	95

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, 2008

Segundo Espinheira (1998) os espaços da Cidade foram ressignificados radicalmente no processo de crescimento que levou à Salvador dos anos 70. Enquanto o Subúrbio Ferroviário era um lugar inacessível pela massa da classe popular a elite vivia ali sossegada aproveitando as belezas naturais das praias e convivendo com as pequenas comunidades suburbanas e as colônias de pescadores. Com o processo de industrialização essa elite simplesmente abandona o lugar que é deixado às más conseqüências da industrialização e, por ter sido

abandonado pela elite, é esquecido também pelos investimentos e melhoramentos dos poderes públicos:

Era no tempo do ideal bucólico em que os grupos de alta renda se avizinham – e não mais que isso – de colônias de pescadores e de pequenas comunidades suburbanas e viviam o sossego da paisagem da Baía de Todos os Santos e do distanciamento respeitoso e estratégicos das comunidades próximas. Eram assim as praias do Subúrbio Ferroviário; eram assim as localidades de Plataforma, Escada, Paripe, Periperi e tantas outras, antes que se fizesse o Centro Industrial de Aratu, o Pólo Petroquímico de Camaçari e antes do que decorreu dessa industrialização, sobretudo a urbanização da pobreza, por conta e risco dos pobres, esse caráter perverso que parece ser a componente básica do caráter de metrópole em oposição ao de província. (ESPINHEIRA, 1998, p.26-7)

Por sua vez parte dessa população representa segmentos étnicos que se apropriam desses recursos tradicionalmente, dentro de uma cultura intrinsecamente preservacionista utilizando seus recursos naturais, e se vêem prejudicados em sua sobrevivência econômica e cultural. É necessário reconhecer as formas no passado e no presente de uso dos recursos ambientais por vários segmentos étnico-sociais dentro das cidades e questionar o que tem sido feito pelo poder público para resolver tais questões. A seguir analisaremos o sistema de Áreas Verdes e a Política de Meio-Ambiente da Cidade de Salvador a partir de uma perspectiva da história do planejamento.

2.2 Parques urbanos, a Política de Meio Ambiente e o Sistema de Áreas Verdes da cidade de Salvador

Salvador possui características especiais em seu ecossistema devido ao seu relevo bastante ondulado com vales e rios cobrindo todo o seu território e ainda contar com variadas formas do ecossistema marítimo, como dunas, estuários, mangues, restingas e praias, por isso, uma presença enorme de olhos d'água, nascentes e fontes que foram incorporadas ao longo dos séculos ao sistema de abastecimento de água de Salvador. Algumas poucas fontes ainda subsistem em precárias condições, mas muitas já foram desativadas e muitos rios desapareceram por conta da poluição, como também algumas represas que antes abasteciam parte da cidade como a represa do Prata e da Mata Escura (Caldas; Nunes, 2007).

Um dos grandes responsáveis pelo planejamento do abastecimento de água de Salvador no início do século XX foi o engenheiro Teodoro Sampaio que definiu o uso

do rio do cobre para abastecimento de água e a represa do Prata e a da Mata Escura. Contudo, com a expansão urbana dos anos 1970 e a não conservação dos recursos hídricos locais, foi projetada e implantada a Represa de Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu para o abastecimento de Salvador.

Segundo Carvalho (2001) em 1975, quando foi iniciado o PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador, de caráter municipal, a cidade já contava com uma população de aproximadamente um milhão e meio de habitantes. O Estudo das Áreas Verdes e Espaços Abertos realizado pelo Grupo de Áreas Verdes do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) fazia parte de uma série de estudos especiais e diagnósticos setoriais do PLANDURB e foi responsável pela criação do SAVEA – Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos.

Ainda segundo a mesma autora foi o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador, com a lei 2.403 de 1972 que deu os primeiros passos nesse sentido, referia-se a necessidade de preservação permanente, criava parques municipais, introduzia o conceito de Áreas Não Edificáveis (ANE), de Áreas de Domínio Público (ADP) e Áreas Arborizadas (AA).

Só no ano de 1973, logo após a publicação do Código de Obras foi aprovada a Lei 2549/73 que se referia ao plano de implantação de um sistema de Áreas Verdes do Município. A partir daí foram tombadas, através do Decretos nº4524 de 1º de novembro de 1973, e [4.551](#), de 23 de novembro de 1973 tanto áreas de propriedade particular como do domínio público para fins de incorporação ao Sistema de Áreas Verdes do Município de Salvador. Através do Decreto nº 4756 de 13 de março de 1975, foram delimitadas 40 áreas de propriedade privada declaradas não-edificáveis, 19 áreas de domínio público não – edificáveis e 128 Áreas arborizadas de propriedade particular.

Essa legislação não se efetivou na prática e muitas das áreas consideradas como fundamentais para preservação foram ocupadas indevidamente e seus recursos dilapidados por toda a sociedade, seja por ações desencadeadas pelo próprio Estado, por empresários e populações de todas as classes sociais.

Com a constituição de 1988, nova legislação federal foi criada, dando mais poder aos grupos sociais para sua participação efetiva no processo de desenvolvimento urbano, como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para as cidades com mais de 20.000 habitantes.

Em 2004 foi iniciado o PDDU de Salvador, porém destituído de participação popular. Recursos jurídicos apresentado pelo Ministério Público para não aprovação do Plano não obtiveram êxito e, em 2007, através da Lei nº 7400/2008 foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU). Segundo este a Política Municipal de Meio Ambiente fundamenta-se no direito universal ao ambiente sadio e equilibrado objetivando garantir a qualidade ambiental do município e o fortalecimento da ação dos indivíduos e das comunidades na preservação e conservação ambiental.

São diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente a garantia da sustentabilidade ambiental no território municipal, a proteção aos recursos hídricos, a preservação dos ecossistemas associados ao domínio da Mata Atlântica considerando seu valor ecológico e as ligações com a cultura local, a conservação dos remanescentes de vegetação natural e antropizada que contribuem para a qualidade urbano-ambiental, a incorporação da dimensão ambiental nos projetos de urbanização e a valorização da educação ambiental.

Trata ainda da elaboração e implementação de instrumentos de planejamento e gestão como o Plano Municipal de Meio Ambiente, o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA), o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM), dentre outros que compõe-se de um Subsistema de Unidades de Conservação e de uma Subsistema de Áreas de Valor Urbano-Ambiental.

O Subsistema das Unidades de Conservação contém 6 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) enquanto o Subsistema de Áreas de Valor Urbano-Ambiental contém além das Áreas Arborizadas, 10 Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APRN), 24 áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), 5 Parques Urbanos e 6 Espaços Abertos Urbanizados. As áreas para as quais adota-se a nomenclatura “Parque” são os 5 Parques Urbanos e 4 das Áreas Abertas Urbanizadas, conforme os Artigos 242 e 244 da Lei que dispõe sobre o PDDU Salvador:

I - Parque Zoo-botânico de Ondina; II - Parque Joventino Silva; III - Parque Metropolitano de Pituauçu; IV - Parque da Lagoa da Paixão; V - Parque Socioambiental de Canabrava; VI - Parque do Vale da Mata Escura.

Espaços Abertos de Recreação e Lazer, na subcategoria de Espaços Abertos Urbanizados, EAU: I - Parque do Dique do Tororó. II - Jardim dos Namorados; III - Parque do Costa Azul; IV - Jardim de Allah; V - Parque Solar Boa Vista; VI - Parque Atlântico.

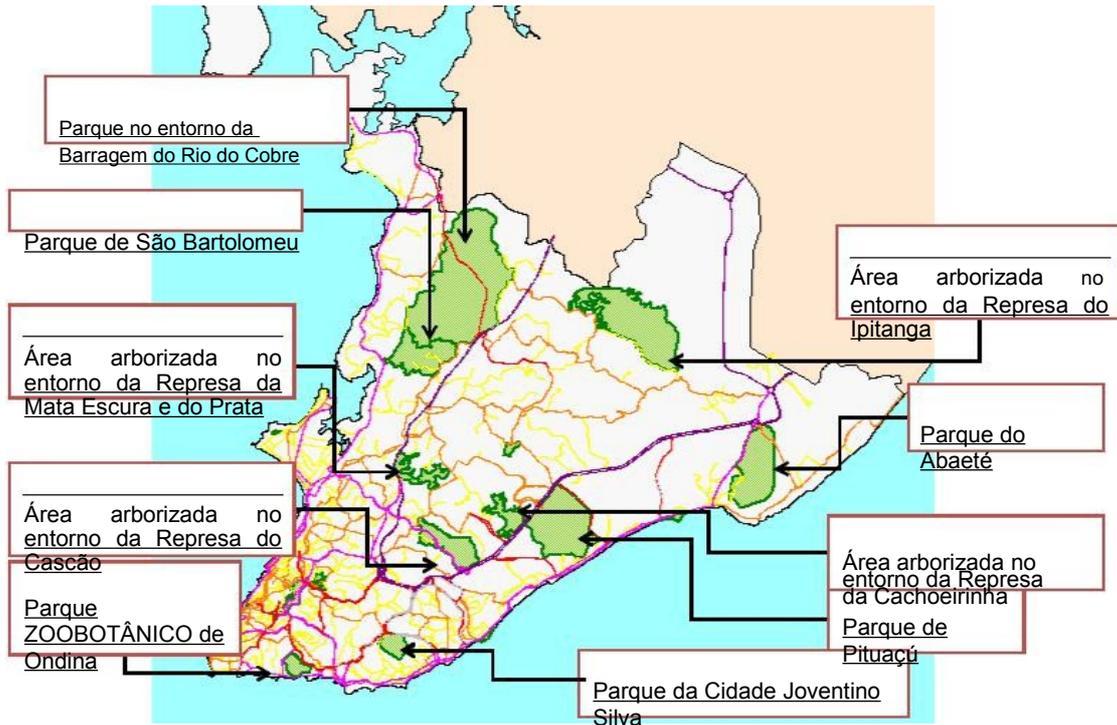


Figura 2: Sistema de Áreas Verdes do Município de Salvador

Fonte: elaboração própria a partir da base cartográfica do Cd-Room LOUOS, Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Sólido de Salvador, 2004.

Dentre as áreas de Domínio Público foram considerados: Área arborizada em torno da represa do Ipitanga; Área arborizada em torno da represa da Cachoeirinha; Área arborizada em torno da represa do Cascão de propriedade da VI Região Militar; Área arborizada em torno da represa da Mata Escura; Área arborizada em torno da Represa do Posto Florestal; Represa do Pituauçu; Sítio Baden Powell (Mata dos Oitis); Parque do Abaeté; Parque em torno da Barragem do Rio do Cobre; Parque ZOOBOTÂNICO de Ondina; Parque da Cidade Joventino Silva; Parque de São Bartolomeu.

É importante salientar aqui que segundo os estudos de Carvalho (2001) o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos teve importância significativa na estruturação do Modelo Físico Territorial do PLANDURB, ou seja, o meio-ambiente

foi protagonista na estruturação do planejamento urbano da Cidade de Salvador. Porém essa série de decretos desencadeou resistências dos proprietários de terrenos urbanos, levando o Grupo de Trabalho sobre Áreas Verdes a traçar uma série de argumentos e estratégias para justificar esse sistema.

Foi realizada toda uma justificativa social para integrar os usos de espaços de recreação com a proteção de recursos naturais como uma estratégia de gestão, segundo Carvalho (2001, p.239), definindo um Sistema de Parques, articulado com a política de preservação de recursos naturais do Município de Salvador.

Na tentativa de dificultar a interferência de interesses particulares como especuladores, incorporadoras e imobiliárias a equipe que elaborou o PLANDURB criou-se três leis: Lei do Processo de Planejamento e Participação Comunitária; depois a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e por fim a Lei de Ordenamento e Uso e Ocupação do Solo, (CARVALHO, 2001, p.246). A LOUOS criou categorias de áreas como: ASRE – Áreas Sujeitas a Regime Específico, APRN – Área de Preservação de Recursos Naturais, APCP – Área de Proteção Cultural e Paisagística (CARVALHO, 2001, p. 246-7)

Contudo, hoje em dia, abandono, desmatamento e comercialização de áreas verdes caminham juntos a uma série de problemas sociais que afligem a cidade. Salvador se encontra nas vias da insustentabilidade de seu sistema socioambiental. Decorrentes da segregação do espaço, do papel dos poderes hegemônicos e do desrespeito neoliberal ao espaço público o Parque Metropolitano de Pirajá, envolvendo a bacia do Cobre e o Parque São Bartolomeu, sofre também com esses problemas.

CAPÍTULO III - FLORESTAS, CULTURAS E UMA PULSANTE REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS: POR UMA COSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO

A Mata Atlântica não significa apenas as espécies de porte mais frondoso, neste caso específico do PMP há uma diversidade de florestas que vão desde os manguezais às florestas ombrófilas densas, por isso intitulamos de “florestas” no plural. Por outro lado a Mata Atlântica no Brasil se viu ocupada por uma diversidade de culturas, desde a pré-história com os Sambaquis (NUNES,1999), até a atualidade que tiveram suas “culturas” entrelaçadas por uma pulsante rede de movimentos sociais, agindo algumas vezes de forma organizada e outras em suas diferentes escalas individuais. O parque possui uma das maiores áreas urbanas de Mata Atlântica do Brasil, conhecer as práticas sócio-educativas deste território é uma estratégia para contribuir no empoderamento das organizações locais.

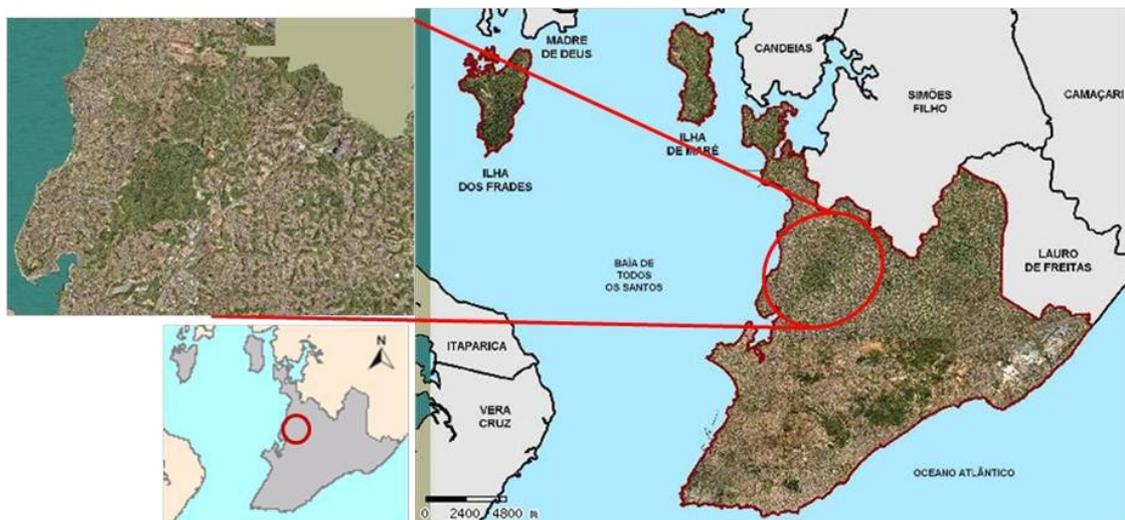


Figura 3 – Localização do Parque Metropolitano de Pirajá

Fonte : Elaboração própria a partir de: <http://www.mapadigital.salvador.ba.gov.br/> Acesso em 21 de maio de 2009; base cartográfica do Cd-Rom LOUOS, Lei de Ordenamento e Uso do Solo de Salvador, 2004.

Dentre os 5 parques de Salvador o único que hoje se encontra em total estado de abandono é o Parque Metropolitano de Pirajá (Figura 3). O Parque Metropolitano de Pirajá possui uma área de 1550 hectares, engloba 3 sítios históricos importantes: o Parque São Bartolomeu, o Parque Florestal da Represa do Cobre e o Parque Histórico de Pirajá. A área abrange duas Regiões Administrativas

de Salvador, a RA XVI (Valéria) e RA XVII (Subúrbio) com predominância de uma faixa da população de baixa renda, vivendo nas encostas dos vales que compõem a bacia, um cenário muito comum na realidade de outros bairros de Salvador e sua Região Metropolitana.

Do ponto de vista ambiental o parque engloba a Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre, desde a Lagoa da Paixão até a Enseada do Cabrito, com uma área de 20,65 Km², quinta maior do Município. Com uma população elevada de 600 mil habitantes no seu entorno, está rodeada por dezenas de localidades⁷, cerca de 48 dessas estão na Região Administrativa dos Subúrbios Ferroviários e 13 na Região Administrativa de Valéria. Neste estudo serão analisados as instituições localizadas nos bairros de São João do Cabrito, Ilha Amarela e Pirajá⁸.

Por isso mesmo sofre uma intensa pressão da ocupação urbana que veio ao longo dos anos tornando-a uma região de ocupação desordenada e, devido à presença do narcotráfico, tornou-se extremamente violenta, desestimulando a visitação pública.

Está localizado na Zona Norte do Município de Salvador. A Oeste do Parque está a Avenida Afrânio Peixoto, também conhecida como Avenida Suburbana (no Subúrbio Ferroviário), a Leste está a BR- 324, ao Sul a Enseada do Cabrito e ao Norte os bairros de Coutos, Boca da Mata e Valéria.

Esta área possui uma importância histórica, ecológica e paisagística, por ser uma das “últimas reservas biológicas situadas na Área Metropolitana de Salvador e cortina verde entre a cidade e o Centro Industrial de Aratu” (AZEVEDO, 1998, p.123).

⁷ Ainda não existe uma delimitação oficial dos bairros da cidade de Salvador. Atualmente foi elaborada uma proposta pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS-EA/UFBA intitulado O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes organizado por Elisabete Santos, José Antonio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer, organizadores, 2010.

⁸ Os principais bairros que circundam o PMP são: Plataforma, Itacaranha, Alto da Terezinha, Ilha Amarela, Praia Grande, Rio Sena, Periperi, Mirantes de Periperi, Nova Constituinte, Fazenda Coutos III, Moradas da Lagoa (Lagoa da Paixão), Boca da Mata de Valéria, Valéria, Pirajá, São João do Cabrito (Novos Alagados), Lobato e São Caetano.

3.1 História do parque e da Bacia do Rio do Cobre e a difícil arte de planejar

Ao criar em 1972 o Parque Histórico de Pirajá, o Decreto Municipal nº 4355 reconheceu o valor histórico e a necessidade de proteção do Poder Público para a área situada no bairro de Pirajá, porém não contava ainda com representação legal para as áreas verdes da Represa do Cobre e do Parque São Bartolomeu. A área do Parque em torno da barragem do rio do Cobre e o Parque São Bartolomeu foram delimitadas e tombadas pelo Decreto Municipal nº 4756 de 13 de março de 1975.

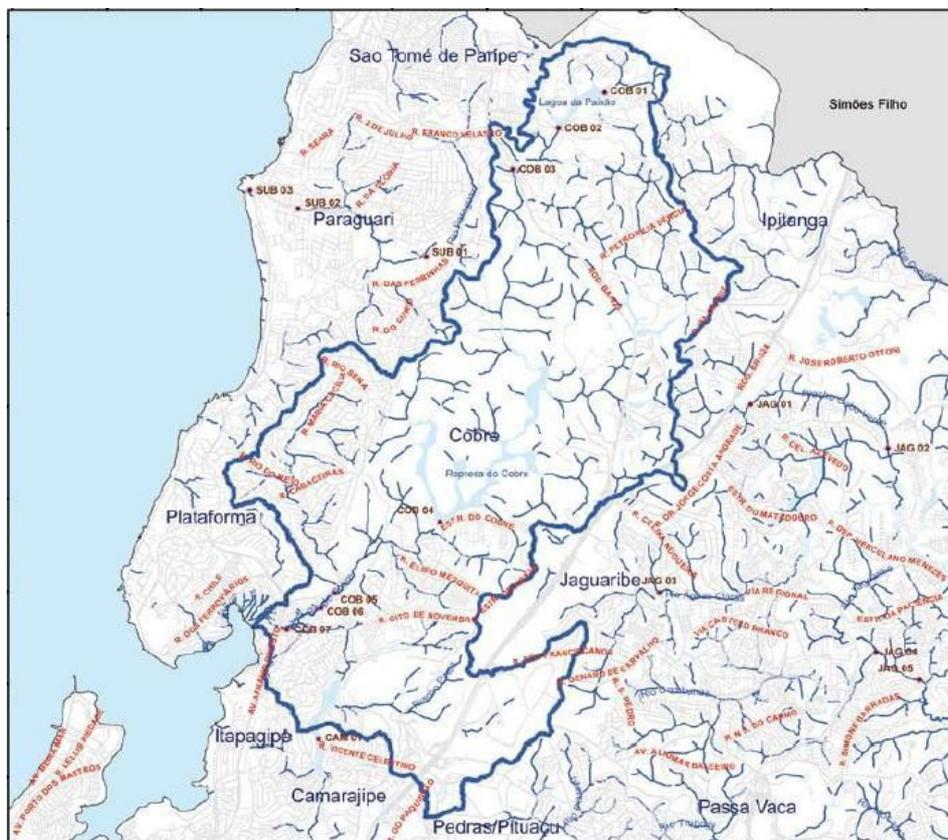


Figura 4: Delimitação da Bacia Hidrográfica do Cobre
 Fonte: CIAGS/UFBA; SEMA. O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes, 2010.

O PMP foi criado em 28 de abril de 1978, através de Decreto Municipal nº5363 que aprovou o Plano Geral das áreas de Represa do Rio do Cobre, do Parque São Bartolomeu e do Sítio Histórico de Pirajá. São áreas distintas especificadas por suas respectivas delimitações, descritas no corpo da lei.

Segundo Azevedo (1998) a Barragem do Cobre foi construída pelo Governo do Estado, em 1929 aproveitando-se das condições geomorfológicas do Vale do Cobre que juntamente com a enseada do Cabrito representa um prolongamento da falha de Salvador.

A Represa do Cobre passou a integrar o primeiro sistema de abastecimento de água soteropolitano, sendo de responsabilidade da Companhia Metropolitana de Água e Esgoto, que protegia a área. Ainda assim o desmatamento e a poluição já aconteciam em sinal de desrespeito às nascentes do rio do Cobre poluídas com a ocupação do Centro Industrial de Aratu.

A Bacia do Cobre é considerada pelo PDDU de 2008 “Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN)”. Institucionalmente compatibilizada com a APA Bacia do Cobre a APRN prevê a preservação da Mata Atlântica em consonância com usos de lazer e contatos sócio-culturais com a natureza, especialmente na área correspondente ao Parque de São Bartolomeu. Porém, o que acontece na realidade está fora da lei, pois nenhum dos poderes públicos assegurou a preservação da natureza e nem evitou a presença da violência na área, o que impede uma utilização sócio-cultural do parque de maneira expressiva pela população do seu entorno, com era antigamente.

Outros acontecimentos tiveram as colinas de Pirajá como palco. A Estrada das Boiadas, mais antiga via de penetração para o interior, e a segurança da enseada do Cabrito para as naus tornaram essa região muito movimentada historicamente. Foi onde aconteceu a reunião de militares para defesa da Cidade contra a invasão holandesa em 1638, Batalha de Independência da Bahia, em 1823, e a derrota da Sabinada em 1838.

Os traços da história marcam o território do Parque Metropolitano de Pirajá. São traços de um antigo cotidiano que se faz presente a cada dia como um patrimônio imaterial, mas também materializado. Hoje se formos ao bairro de Pirajá encontraremos a Igreja de Pirajá que “presenciou acontecimentos decisivos da vida brasileira no Império. Relíquia custosa e rara do passado baiano, conjugada à vida militar e política da Nação” (MATTOS, 1998, p. 132).

A Igreja de São Bartolomeu de Pirajá foi construída no Século XVI na Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá e reconstruída no Século XVIII, como consequência da mobilização do Padre Francisco Batista da Silva e seus paroquianos, que requereu a reconstrução em 1757, ao vice-Rei D. Marcos de Noronha. Ao lado da Igreja de São Bartolomeu encontra-se ainda o Mausoléu do General Pedro Labatut, herói da Independência, que teve seus restos mortais importados da Europa, em 1853, e translados festivamente, em Romaria Cívica, para a Igreja de São Bartolomeu de Pirajá, onde se acham sepultados veteranos da Independência. Em 26 de julho de 1914 foram inaugurados oficialmente o Panteon de Labatut e o busto de Pedro Labatut sobre urna de Mármore retirada da Igreja São Bartolomeu (MATTOS, 1998).



Figura 5: Igreja de São Bartolomeu e Mausoléu do General Pedro Labatut

Fonte: Programa Memorial Pirajá. Coleção Cadernos do Parque. História, Natureza e Cultura :Parque Metropolitano de Pirajá, Editora do Parque ,Salvador, BA, 1998.

As comemorações oficiais do Estado estão na história do Parque Metropolitano de Pirajá, porém a valorização prática do território não segue o mesmo padrão de cuidados pelos poderes públicos. Além do mais, em paralelo à história hegemônica, a resistência dos oprimidos também ecoa na memória das

matas que ainda sobrevivem por lá. Os heróis não lembrados pelas Romarias oficiais ainda pululam na memória das batalhas históricas contra a opressão.

Todas essas questões nos fazem refletir sobre a forte potencialidade para o desenvolvimento de práticas sócio-educativas do Sítio em que se situa o Parque, onde está a Colina de Pirajá e Vale do Rio do Cobre, devido à sua significância ambiental e cultural.

3.2 Aldeias, quilombos e favelas: formação de um parque socioambiental

Palco da história indígena tradicional, lugar da cultura afro-brasileira, e da independência da Bahia, o Parque Metropolitano de Pirajá tem uma importância histórica, ambiental e cultural incomparável e insubstituível por qualquer outro espaço na cidade de Salvador. Esta área apresenta uma importância histórica para a nação além de ecológica e paisagística, por ser uma das “últimas reservas biológicas situadas na Área Metropolitana de Salvador e cortina verde entre a cidade e o Centro Industrial de Aratu” (AZEVEDO, 1998, p.123).

3.2.1 A floresta e a aldeia

Já foi morada de aldeias Tupis, primeiro ponto de colonização dos Jesuítas no Brasil, local de concentração dos guerreiros e de batalhas históricas, abrigou heróis quilombolas, além de ser lugar sagrado tradicional do povo de Santo de Salvador. Ainda no PDDU encontramos a institucionalização do Parque Histórico do Pirajá como uma área de Proteção Cultural e Paisagística, área destinada à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, à pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local.

Os índios Tupinambá foram os primeiros habitantes do território. se estabeleciam em uma grande aldeia e conta-se que tinham planos de atravessar o mar para se livrar de catástrofes do fim do mundo, mito que fazia parte do seu conjunto de crenças. Quando os portugueses chegaram encontraram-nos bem estabelecidos, com raízes fincadas, renunciando à sua vida tradicionalmente

nômade, usufruindo das irresistíveis riquezas naturais oferecidas pelo lugar (SERPA, 1998, p.67).

As áreas como a Baía de Todos os Santos eram preferidas pelos Tupinambás por terem privilégios naturais, o que levava ao estabelecimento de grandes aldeias na costa, com até dez mil pessoas, mostrando uma grande eficácia dos índios ao usufruírem dos recursos dos ecossistemas litorâneos. As Enseadas dos Tainheiros e do Cabrito e o rio Pirajá são citadas como áreas que foram especialmente cobiçadas pelos índios, informação comprovada por fontes históricas (SAMPAIO, 1998).

Os fatos históricos nos rememoram o grande valor ambiental da área que hoje chamamos de Parque Metropolitano de Pirajá, além de representar território marcante para a história do povo e sua identidade local. Assim como as fontes históricas apontam para a vivência dos índios no território do que hoje é considerado parque, também mostram como foi justamente aí que aconteceram umas das primeiras ações da colonização.

Foi na ribeira de Pirajá que “os jesuítas estabeleceram nos primeiros anos de colonização a aldeia de São João de Plataforma, dando início às primeiras experiências de catequese” (AZEVEDO, 1998, p. 123). Segundo Mattos (1998, p.130) foi a Companhia de Jesus que fundou a aldeia de São João. Dispersa em 1560 foi lembrada pelo Padre Anchieta tornando-se famosa no panorama da cultura brasileira. Os primeiros engenhos de açúcar também surgiram ali, nas proximidades da aldeia, como o de El-Rei ou Pirajá e o engenho São João onde o padre Vieira pregou o seu primeiro sermão, em 1633.

3.2.2 A floresta sagrada e o quilombo

Zeferina, um exemplo de heroína negra foi quem chefiou o Quilombo dos Urubus, “no qual 50 negros foram mortos depois da luta pela Independência da Bahia” (SANTOS, 2005, p. 77). O Quilombo do Urubu estava localizado entre as matas de São Bartolomeu, Pirajá e Cajazeiras. Foi seu uso dado às matas pela resistência quilombola que deixou um legado cultural no espaço e está na memória dos moradores mais antigos como um motivo de afirmação da identidade, inclusive

religiosa. Dessa maneira, a floresta foi considerada sagrada pelos terreiros de Candomblé que circundam a área.

Nas relações comunitárias que acontecem cotidianamente na área do parque vemos como as práticas do passado geraram uma continuidade de resistência com as práticas sócio-educativas do presente. Essas práticas registradas na memória dos antigos foram passada para as novas gerações que vivem no Parque São Bartolomeu, através das interações sócio-culturais em rituais de sacralização de espaços específicos, como a Cachoeira de Oxumarê, Angorô ou Bessen, em romarias que aconteciam até a década de 50.

Os problemas ambientais do Parque São Bartolomeu como poluição, sujeira e violência provocam também a repressão à memória do povo de santo. A degradação do território sagrado significa a destruição ecológica, mas também a inviabilização desses costumes que têm a natureza como espaço sagrado. A devastação das matas e dos rios tem levado à quebra da integração ecológica no parque, além de interferir na mudança das práticas rituais do candomblé:

Era comum muitos terreiros levarem à cachoeira os novos iniciados para o primeiro contato com a rua, logo depois do processo interno de iniciação. Este costume durou um longo tempo até que fosse inviabilizado pelo desmatamento e pela insegurança de se estar nas proximidades da cachoeira, além da sujeira que se verifica ali. É bem verdade que alguns ainda se arriscam a reverenciar seus Deuses e a realizar oferendas à beira da cachoeira. No entanto, devido à quase ausência da fauna característica da região, estas oferendas perduram por longos dias apodrecidas, modificando de forma grotesca o ambiente. As oferendas devem ser devoradas pelos animais, onde são depositadas. Portanto, tão importante ou mais que a defesa da flora, dos rios, das águas, é a recomposição e manutenção da fauna (DUARTE, 1998, p.20).

As oferendas e sacrifícios acontecem dentro de uma relação harmônica com a natureza e os elementos naturais que segundo Serpa (1998) são ressignificados no Parque São Bartolomeu como a morada dos Orixás:

Para entender o caráter sagrado do Parque São Bartolomeu é necessário se deter mais nas práticas e nos ritos do candomblé. São esses ritos a expressão de uma cosmologia e visão de mundo precisas: todas as ações dos praticantes do culto no Parque devem ser explicitadas e melhor entendidas, já que exprimem um profundo sentido estético, religioso e, por que não dizer, ecológico. Os sacrifícios e as oferendas aos deuses, as romarias às cachoeiras sagradas e a coleta de plantas rituais na área do

Parque mostram uma ligação bastante forte do candomblé com a natureza [...] (SERPA, 1998, p. 71).

A sacralização do espaço físico fora dos terreiros se dá pela composição do espaço enquanto natureza e a identificação dos atributos ambientais com os aspectos sagrados existentes em cada comunidade da religião afro-brasileira (Tabela 2). Assim é que entendemos o Parque São Bartolomeu enquanto local sagrado (DUARTE, 1998, p. 19). Dessa maneira podemos também compreender os dotes da população local para uma gestão sustentável do parque, a partir de sua cultura e ancestralidade. Desde que o Parque São Bartolomeu era chamada de Floresta do Urubu têm-se práticas de convivência sustentável com a natureza.

TABELA 2 – RELAÇÃO DE ORIXÁS DO CANDOMBLÉ COM OS LUGARES NO PARQUE SÃO BARTOLOMEU

<i>Orixá</i>	<i>Lugar na África</i>	<i>Lugar correspondente em São Bartolomeu, Salvador- Bahia</i>
Oxum	Oxum é a divindade do rio de mesmo nome que corre na Nigéria, em Ijexá e Ijebu.	Primeira cachoeira, nome do largo principal
Nanã	Nana é considerada a mais antiga das divindades das águas, não das ondas turbulentas do mar, como Iemanjá, ou das águas calmas dos rios, domínio de Oxum, mas das águas paradas dos lagos e lamacentas dos pântanos.	Segunda cachoeira e bacia abaixo das duas cachoeiras na entrada do Largo de Oxum.
Oxumaré	...é a serpente arco-íris, suas funções são múltiplas. Diz-se que ele é um servidor de Xangô e que seu trabalho consiste em recolher a água caída sobre a terra, durante a chuva, e levá-la de volta às nuvens...(VERGER, 1991, p.206)	Terceira cachoeira, a que nasce e deságua no Parque, onde as pessoas, ao banharem-se, podem ser circundadas pelo arco-íris.
Omolu	_____	Pedra do Tempo, a pedra que cresce

Fonte: Santos (2005, p. 133)

Não estamos querendo dizer que a convivência de todos os terreiros e da população com a natureza presente no Parque São Bartolomeu está perfeitamente adequada para a construção de um modelo de sustentabilidade. Há em certos casos, por exemplo, oferendas que são levadas em sacos plásticos que são deixados ao relento, contribuindo assim para a poluição. Considera-se que neste caso haja um problema educacional para ser solucionado, e seria resolvido

facilmente caso houvesse uma política pública direcionada aproveitando a contribuição e inserção das práticas sócio-educativas no território.

3.2.3 A favela e a insustentabilidade da ação estatal

A inserção de regimes de insustentabilidade faz parte de um processo histórico de massificação de uma cultura hegemônica. As práticas tradicionais locais estão relacionadas com a sabedoria indígena e negra de relação com o espaço, presentes na convivência de boa parte da população local que tira seu sustento da mata e que guarda um método de educação comunitária antigo. Infelizmente essas práticas estão fadadas a enfrentar forças diversas:

A memória do Parque São Bartolomeu é uma forma de enraizamento histórico-cultural, uma ação no sentido do reforço da cultura popular frente à cultura hegemônica. Por estas razões implica um movimento que aciona forças díspares, antagônicas, no quadro político-administrativo de Salvador, porque este Parque tem um significado que não é o mesmo dos outros de que a Cidade dispõe: do Abaeté, de Pituaçu ou ainda o da Cidade. (ESPINHEIRA, 1998, p.24-5).

A essência do problema de sustentabilidade abordada por Espinheira (1998) envolve toda uma tentativa de folclorizar os lugares significativos para a cultura afro-brasileira, bem como a tentativa de anulação do simbólico. Essas ações ocorrem mediante o esquecimento proposital no sentido administrativo e urbanístico, como um contra-desenvolvimento que obedece somente aos interesses mercadológicos, dentro do contexto de periferização, comum na cidade de Salvador.

Segundo Sampaio (1998, p.29), o que deve ser questionado é como um lugar que historicamente foi central, atraindo populações inteiras, disputado bravamente por diferentes povos indígenas, devido às suas riquezas naturais inerentes, pode ter passado a ser periferia ao longo do processo de formação da cidade de Salvador? Da mesma maneira que é afirmado por Espinheira (1998) sobre o passado recente das tão cobiçadas praias do Subúrbio Ferroviário hoje abandonadas pelos estratos de renda mais elevadas e que sugere um processo de ocupação urbana periférica:

No âmbito do urbanismo – aqui entendido como ação sobre o espaço das relações de produção, em que o próprio espaço é transformado em mercadoria – os investimentos urbanos, públicos e privados, tomaram uma orientação oposta ao espaço do subúrbio, região em que se localiza o Parque São Bartolomeu (ESPINHEIRA, 1998,p.23).

Que tipos de soluções poderíamos pensar para a revitalização de um lugar tão significativo? O Parque São Bartolomeu, e também o Parque Metropolitano de Pirajá, onde está contido, apresentam como pudemos ver uma série de riquezas que não se resumem a causas economicistas. Porém, por mais que se prove, que se grite e que se ponha na lei, o reconhecimento a essas riquezas estarão sendo subjugados por políticas de interesses econômicos.

As conseqüências envolvem o desmatamento, a ação de poluição de grandes indústrias que matam a vida através da degradação das nascentes e bacias, a proliferação de lixo doméstico, e também a ocupação do território por criminosos. A população participa desta destruição ou assistindo sem nada poder fazer, ou simplesmente ignorando os fatos, obliterando da memória o sentido da existência do parque. Aqueles que se mobilizam sofrem com uma determinada impotência de mobilização social.

Por outro lado a resistência não cessa. Há práticas educativas como uma ação mobilizadora da comunidade local propícias para o advento de uma gestão para desenvolvimento sustentável. Essas práticas são pontos de uma rede que pode vir a se fortalecer, caso propalem suas práticas e concebam a união entre as partes rumo a um interesse popular comum.

O fato de o Parque Metropolitano de Pirajá estar inserido em duas Regiões Administrativas da Cidade de Salvador nos pressupõe outra possibilidade de área de influência. Além disso, a sua inserção numa Área de Proteção Ambiental de cunho estadual, que extrapola os limites da cidade, mostra a complexidade que envolve a questão.

A influência sobre a sustentabilidade do parque decorre de inúmeras questões práticas difíceis de serem resumidas por análises conceituais. Realidades econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas exercem diferentes influências que juntas tornam complexa a existência do território e seu processo de des-

reterritorialização. Algumas dessas práticas significativas para a transformação dessa realidade serão tratadas no capítulo a seguir. Foram estudadas no entorno do parque 4 organizações não-governamentais localizadas nos bairros de Pirajá, Ilha Amarela, e duas em São João do Cabrito, a primeira na localidade de Novos Alagados e a segunda na entrada do Parque São Bartolomeu.

A convivência com o PMP se dava desde antes da década de 1970. Com a construção da avenida suburbana e a intensificação de um processo de ocupação urbana foi sendo instaurado outro tipo de convivência, agora insustentável, da sociedade com a natureza. Depois da ocupação do manguezal o bairro se expandiu através de formação de comunidades nas áreas próximas ao parque. A comunidade de São Bartolomeu, por exemplo, está sobre o estuário do Rio Mané Dendê.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS SÓCIO-EDUCATIVAS NO PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ: DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL, IDENTIDADES E MILITÂNCIA AMBIENTAL

Neste capítulo iremos abordar as práticas sócio-educativas das quatro organizações sociais escolhidas por serem organizações preocupadas com a preservação do Parque Metropolitano e envolvidas com histórias de mobilizações pela sua revitalização. Através da realização de seis (06) entrevistas com gestores dessas instituições procurou-se conhecer a história, os tipos de organização, os objetivos, áreas de atuação, origem dos recursos, perfil do público a quem se destinam as ações e das pessoas que trabalham nas organizações, qualificação e remuneração dos educadores, programas e projetos em curso, metodologia geral de ação dos grupos, os principais problemas e dificuldades, a participação em redes de multiplicação e parcerias e a contribuição das instituições para o desenvolvimento local e para a preservação do Parque Metropolitano de Pirajá, seguindo a metodologia utilizada no livro *Cultivando vidas e desarmando violências*.

Também foram realizadas mais 4 entrevistas com educadores no intuito de aprofundar a investigação sobre as práticas sócio-educativas desenvolvidas por eles, a relação com a questão do desenvolvimento local sustentável e o PMP. Para tanto se procurou conhecer a contextualização social, histórica e econômica dos educadores na realidade do respectivo bairro e instituição bem como seu entendimento sobre a importância, problemas e soluções por que passam o PMP. O objetivo dessas entrevistas foi a análise do sentido que os educadores dão às suas práticas sócio-educativas, análise de ideologias, sistemas de valores, representações sociais e de como as estratégias de desenvolvimento local se configuram diante da prática educativa desenvolvida (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.22-29)

Nestas entrevistas, além do perfil do educador, foram pesquisados o tempo de trabalho na instituição/escola/organização, a renda mensal, local de nascimento, local de moradia atual. Procurou-se saber também suas idéias sobre desenvolvimento local sustentável, a relação histórica com o parque, o significado do parque para sua memória enquanto morador local, opinião sobre a importância, os problemas e as soluções para o parque e, principalmente, sobre sua prática sócio-educativa. A respeito da prática sócio-educativa que desenvolviam, a pesquisa procurou saber sobre o conteúdo do que se ensina, a metodologia utilizada, as

atividades de campo e educativas ou de conscientização com os pais e/ou familiares das pessoas atendidas.

Foi utilizado também como metodologia de análise deste capítulo o estudo das características urbanas dos bairros onde estão as organizações estudadas. Foi realizado o georeferenciamento das organizações no território, um diagnóstico sócio-espacial dos bairros e da proximidade territorial com o PMP. Esta pesquisa urbanística foi feita mediante visitas aos locais de estudo, com mapa de campo impresso em uma escala de 1 para 2000 e observações sobre a disposição das instituições no espaço.

A realidade sócio-espacial dos bairros estudados, São João do Cabrito, Ilha Amarela e Pirajá está na história da ocupação urbana do entorno do PMP o que muitas questões sobre a relação entre a sociedade e a natureza. Neste contexto, nasceram práticas sócio-educativas que vieram a contribuir com o desenvolvimento sociocultural, o fortalecimento das identidades e a militância ambientalista em prol de uma sustentabilidade local.

4.1 O bairro de São João do Cabrito, o parque e duas importantes práticas sócio-educativas.

O bairro de São João do Cabrito, onde estão localizadas a Sociedade 1º de Maio e o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, no litoral da Baía de Todos os Santos, contornando a Enseada do Cabrito, ao sul do bairro de Plataforma, e ao norte do bairro de Lobato. Está estruturado sócio-espacialmente em algumas localidades: São João, Araçás, 1º de Novembro, Cabrito de Baixo, Boiadeiro, 19 de Março, Senhor do Bonfim, Matadouro, Conjunto Nova Primavera, Tóster e São Bartolomeu que está na entrada principal do Parque Metropolitano de Pirajá. Com uma população de 22.716 habitantes tem 0,86% dos domicílios de Salvador (IBGE, 2000).

O bairro tem 3 vias principais: 1) a Avenida Afrânio Peixoto, conhecida como Via Suburbana via arterial da Cidade de Salvador; 2) a Rua dos Ferroviários, via coletora que está ligada à essa via principal; 3) a Rua do Jenipapeiro, também uma via coletora liga a Rua dos Ferroviários ao final de linha do bairro de Plataforma.

Além dessas, o bairro conta com mais de 60 vias de acesso local das quais se destacam pela função estruturante a Rua Chile, que dá acesso à localidade de Araçás, a Rua Sá Oliveira e Rua do Litoral, essas duas últimas ligadas entre si, que contornam a Enseada do Cabrito, formando a orla do bairro, chegando juntas a uma extensão de cerca de 1,7 Km.

A paisagem formada pelas casas do São João do Cabrito demonstra seu caráter popular em que é muito comum o processo de autoconstrução. Apesar de perceptível uma organização decorrente de alguns projetos e intervenções do governo, muito pouco do que se vê são casas com telha de cerâmica e com o colorido de casas rebocadas e pintadas. A maioria das casas tem os tijolos expostos e algumas vezes depara-se com casas que têm somente a frente rebocada e pintada e as laterais ainda com tijolos à vista. Estão distribuídas em um sítio geográfico peculiar onde está, ao norte, uma escarpa arborizada no limite com o bairro de Plataforma que chega a 70 metros de altitude e ao sul, uma bonita vista para a Enseada do Cabrito no nível do mar.

Nem sempre foi chamado de São João do Cabrito. No início da ocupação a área pertencia ao bairro de Plataforma e chamava-se Novos Alagados, nome fortemente utilizado ainda hoje para a identificação local, por conta de sua história. Os primeiros sinais de formação do bairro foram na década de 1970, quando foi construída a Avenida Suburbana que expulsou moradores de seus locais de origem, como a área do São Bartolomeu, empurrando-os para cima dos manguezais da Enseada do Cabrito, onde passaram a morar em palafitas. Naquela época, o bairro não tinha água encanada e o abastecimento de água era feita nos mananciais hídricos do PMP.

Na Enseada do Cabrito Segundo Santos (2005) os principais motivos da ocupação e expansão de Novos Alagados são a invasão do mar pela população desapropriada de suas casas na construção da Avenida Suburbana, a explosão demográfica de Salvador, a atração de trabalhadores do interior do Estado da Bahia pelo Pólo Petroquímico e Centro Industrial de Aratu e a expansão de Alagados antigos que está dentre as primeiras ocupações coletivas em Salvador, denominadas de invasões, realizada em 1949, depois da invasão de Corta Braço em em 1946, caso pioneiro no bairro da Liberdade (SOUZA, 2008, p. 108-9).

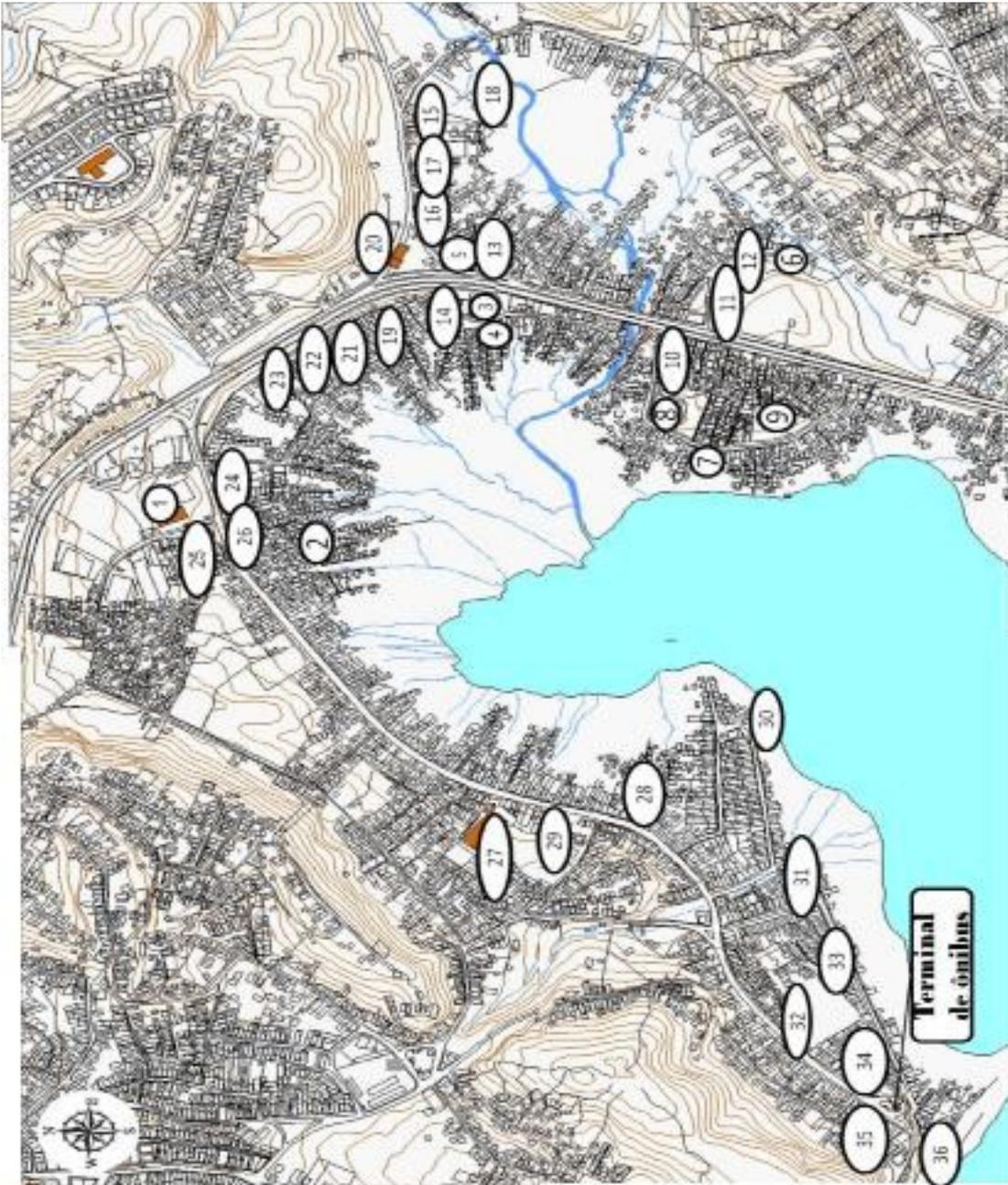


Figura 6 – Bairro de São João do Cabrito – Georeferenciamento⁹

Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do Cd-Room Lei de Ordenamento e Uso do Solo da Cidade de Salvador, 2004.

⁹ 1.CEPRIMA (SPM); 2.Escola Popular Novos Alagados (SPM); 3. Creche São José Operário (SPM); 4.CLUBERÊ (SPM); 5. Centro de Reciclagem Sociedade 1° de Maio; 6. Escola Comunitária Primeiro de Novembro (SPM); 7. Escola Comunitária Boiadeiro (SPM); 8. Centro Desportivo e Profissionalizante do Boiadeiro- Paróquia São Braz; 9. Escola Estadual Ivone Vieira Lima; 10.Escola Municipal Geraldo Bispo dos Santos; 11.Unidade de Saúde na Família Antonio Lazzarotto; 12. Creche João Paulo II; 13. Creche Escola Pingo do Saber; 14. PSF Beira Mangue; 15. MCPS; 16.Cooperconfec; 17. CRAS; 18.Associação Comunitária Desportiva Protetores do Manguezal; 19.Educandário Marival Dantas; 20.Creche-escola Heroínas do Lar; 21. Kilombo Kíoiô; 22.Escola a Floresta das Letras; 23.Educandário Maria Consuelo; 24.Colégio Estadual Professor Aristides Souza de Oliveira; 25.Escola Sininho Encantado; 26.Escola Beatriz Vaz; 27. Colégio Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis; 28. Escola Turma da Mônica; 29. Centro Educacional Maria de Lourdes; 30. Cooperativa de Pescadores Baía de Todos os Santos; 31.Escola Ludmila; 32.Centro César Borges: Esporte, Arte e Cultura; 33. Escola Municipal André Rebouças; 34. Centro de Saúde São João do Cabrito; 35. Escola Machado de Assis; 36.Creche Criança e Família.

Em São João do Cabrito (Figura 6) foram identificadas um total de 12 organizações não-governamentais destacando-se dentre essas 3 associações de moradores, 2 cooperativas, 2 redes de movimentos sócio-culturais, 2 ONGs de caráter local e 2 ONGs de caráter nacional e internacional. O bairro conta com 3 escolas estaduais, 3 municipais, 10 particulares e 11 unidades sócio-educativas incluindo escolas comunitárias, creches e centros profissionalizantes. Além disso conta com 3 unidades de saúde, um Centro de Referência e Assistência Social e um escritório da CONDER/SEDUR. Ao todo são 41 instituições religiosas presentes no bairro que incluem 29 terreiros de candomblé¹⁰ e 12 igrejas católicas e protestantes.

A maioria das igrejas estão na Rua dos Ferroviários, centro do comércio e serviços locais. Destaca-se a quantidade de mercearias e mercadinhos de pequeno e médio porte em edificações de uso misto (residencial e comercial). O Centro Profissionalizante Primeiro de Maio (CEPRIMA) encontra-se também na Rua dos Ferroviários em frente ao Colégio Estadual Professor Aristides Souza de Oliveira (CEPASO). O CEPRIMA é um galpão com cerca de 658 m², onde funciona a sede burocrática da SPM e cursos profissionalizantes.

Seguindo pela Rua dos Ferroviários e entrando na Rua Nova Esperança de Plataforma encontra-se a Escola Popular Novos Alagados. A área onde está é predominantemente residencial a uma distância de aproximadamente 80 metros da Rua dos Ferroviários e 120 metros da Rua Litoral, de onde se vê a praia, barcos ancorados nas margens e algumas vegetações de mangue como um limite entre a rua e o manguezal. Ao andar por essas proximidades depara-se com uma forte vida comunitária, pessoas sentadas conversando nas portas das casas e crianças brincando na rua. Tudo isso acontece numa ambiência humilde, com ruas de paralelepípedo e casas pequenas de tamanho uniforme, organizadas em lotes, o que dá um aspecto de ambiente construído via projeto de habitação, apesar de algumas dessas casas serem utilizadas também como estabelecimentos comerciais e a padronização do projeto urbanístico inicial¹¹ estar comprometida pelas autoconstruções.

10 Fonte: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br>

11 A área de Novos Alagados sofreu intervenção da CONDER no ano de 2006. Foi um projeto de habitação em que foi aterrado a área ocupada por palafitas para a construção de casas. Previa uma manutenção urbanística que envolvia, dentre outras coisas, um trabalho de educação ambiental ao longo do tempo. Segundo declarações de Vera Lazzarotto concedidas em entrevista exploratória

A entrada principal da EPNA é pela 1ª Travessa Nova Esperança, rua que liga a Rua Nova Esperança de Plataforma à Rua do Porto. Nesta encontra-se uma pequena praça rodeada por residências. A área ocupada pela escola inclui a biblioteca comunitária e tem aproximadamente 300 m². Há um acesso interno, por dentro da escola, porém a entrada da biblioteca é independente, pela Rua Nova Esperança de Plataforma, em frente à Casa de Música Antonio Lazarotto, onde funciona a filarmônica da SPM.

Seguindo pela Rua Litoral e entrando na Travessa Misael chega-se à localidade 19 de março, onde estão a Creche São José Operário (CSJO) e o Cluberê, ambos da SPM. A CSJO convive no mesmo quarteirão com o Posto de Saúde na Família Beira Mangue (PSFBM), cuja frente está voltada para a Avenida Suburbana. Porém a CSJO, vizinha do PSF, está em frente ao Cluberê com seu portão frontal voltado para a Rua 19 de Março. O nome da rua tem o mesmo nome da localidade. 19 de março é uma data histórica para a população local. Foi o dia em que o manguezal da Suburbana foi ocupado para garantir o direito à moradia das famílias que moram ali.

A CSJO está em um terreno de aproximadamente 1300 m², onde cerca de 50% da área é arborizada. Conta com um pátio externo amplo de aproximadamente 300m² muito bom para a recreação infantil. O Cluberê também não deixa a desejar. Uma edificação recentemente reformada, com uma área de aproximadamente 600 m² cuja metade é uma quadra de futebol e a outra salas distribuídas no entorno de um pátio interno amplo e arejado.

A localidade 19 de março está em frente à entrada do Parque São Bartolomeu, que fica do outro lado da Avenida Suburbana. Atravessando a avenida encontra-se o Centro de Reciclagem da SPM, logo em frente ao PSF Beira Mangue, um pequeno cômodo onde se acumulam os materiais recicláveis para a venda. Fica do lado do Escritório da CONDER/SEDUR, na entrada da Rua São Bartolomeu, via de acesso à entrada principal do parque. Entrando nesta rua depois da Cooperativa de Confeção da Comunidade de Plataforma (COOPERCONFEC), da sede do

desta pesquisa, nada foi feito em relação a essa manutenção e a SPM foi excluída de algumas reuniões que fizeram porque contestavam o modo como estava sendo feito. Faziam cursos de formação ambiental como que apenas pra dar uma satisfação, mas numa escola que nem era no local e pra jovens que não moravam ali e nem tinham nenhum envolvimento com o território.

Fórum de Entidades do Subúrbio (FES) e do Centro de Referência e Assistência Social São Bartolomeu (CRAS São Bartolomeu) localiza-se o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio(MCPS), em frente a um posto de lava-a-jato onde trabalham jovens da localidade.

O MCPS funciona numa edificação com cerca de 90 m², que tem uma sala de informática, sala de reuniões. Está na Comunidade São Bartolomeu, que foi ocupação do Manguezal de São Bartolomeu na época das ocupações do 1º de Novembro. Mais ao sul, descendo pela Avenida Suburbana em direção ao Lobato, chega-se à localidade do Boiadeiro, onde está a Escola Comunitária Boiadeiro (ECB), na Rua Jaime Vieira Lima. Na mesma rua da ECB estão instalados o Centro Desportivo e Profissionalizante do Boiadeiro, a Escola Estadual Ivone Vieira Lima e a Escola Municipal Geraldo Bispo dos Santos.

Em frente do Boiadeiro está o Posto de Saúde na Família Antônio Lazzarotto, como uma homenagem a um dos fundadores da SPM. Logo atrás do posto está a Creche João Paulo II. Continuando na rua encontra-se a Escola Comunitária Primeiro de Novembro (Apêndice 3).

4.1.1 A Sociedade Primeiro de Maio: uma experiência de desenvolvimento social

A primeira vez que entrei na Sociedade Primeiro de Maio foi com meu amigo colega Dário. Como sabia do meu objeto de estudo articulou uma visita àquela associação que havia trabalhado nos anos 70. Chegamos ao Centro Profissionalizante Primeiro de Maio (CEPRIMA), em março de 2010. Dário entrou procurando Vera Lazzarotto, personagem histórica com quem havia trabalhado na época em que a Sociedade Primeiro de Maio ainda estava em processo de fundação. Fomos recebidos por Del, o Secretário de Finanças, com quem Dário trocou algumas idéias lembrando dos fatos históricos da SPM. Fui apresentado formalmente pela primeira vez a alguém da organização a ser estudada.

Fui novamente à SPM em abril de 2010. Conheci Vera Lazarotto. Expliquei o objetivo da minha ida ao local. Ela, super solícita, me explicou que faziam passeatas com a comunidade desde 1984 em defesa do parque , antes de toda a atenção que está se dando ao tema. Falou ainda que foi da Sociedade 1º de Maio a idéia de

montar um posto avançado dentro do parque com o Memorial da área. Até os anos 80 e 90 faziam passeios com as crianças das escolas para o parque.

No dia primeiro de dezembro de 2010 realizei a entrevista com a educadora escolhida da SPM. Neide tem 47 anos, nasceu na cidade de Conceição da Feira, veio ainda criança para Salvador, morar em Novos Alagados com os pais que estavam em busca de trabalho. Atualmente está cursando o segundo semestre letivo do curso de Pedagogia em uma faculdade particular (FTC). Tem dois filhos, um de 19 e outro de 24 anos. Trabalha na SPM desde que tinha 15 anos e atualmente sua renda mensal é um salário mínimo somente do trabalho que desenvolve na Sociedade Primeiro de Maio, mas está há 9 meses sem receber, por conta de problemas de crises financeiras da prefeitura. Vive da ajuda da família, dos filhos e marido.

Lembra da primeira vez que visitou o parque na época em que passou a morar como o marido, quando sua primeira filha tinha mais ou menos 5 a 6 anos, no ano de 1992. Recorda-se que foi uma visita familiar a um parque que tinha lazer, muito utilizado pela população não somente do bairro. Chegava ônibus e tinha muito movimento de pessoas ao ponto de que “às vezes não tinha nem lugar, espaço direito pra poder você ficar”.

Para ela o significado de desenvolvimento local “tem haver com comércio, com escola, com mercado...”. Existe assim a associação com o crescimento e ampliação da qualidade de vida relacionado diretamente ao acesso cada vez maior aos serviços urbanos:

É como se fosse assim, uma transformação né? O antes e o agora né. O Agora é questão do crescimento, né? Antes era assim, não tinha quase nada e hoje ele cresceu. O desenvolvimento cresceu bastante, em relação ao comércio e à transformação na comunidade. Eu vejo como se fosse uma transformação (Neide).

Já ao se referir ao significado da palavra *sustentabilidade* aparece a Idéia de manutenção e sobrevivência. Ela exemplificou o caso da SPM explicando que esta para se manter precisa alcançar essa sustentabilidade. Juntando a expressão e respondendo a um pedido de resumo destes dois conceitos em um só, o de *Desenvolvimento Local Sustentável*, houve a resposta de que para atingi-lo deve ser “através de busca de recurso para melhorar a comunidade”. Não houve uma fluidez teórica para a resposta, porém percebe-se que há uma consciência prática muito

pertinente ao processo de formação pelos anos de vivência na SPM, nas reuniões do movimento comunitário para a resolução dos problemas locais, da busca pela qualidade de vida.

A entrevistada já visitou muitas vezes o Parque São Bartolomeu. Para ela o parque significa historicamente uma área de lazer muito utilizada para visitas familiares e que ela guarda na memória :

Antigamente era um lazer pra comunidade. Eu mesmo participei, ia bastante porque fim de semana pegava minhas filhas e ficava o dia inteiro lá. Era um lazer que hoje em dia esse lazer acabou, praticamente acabou (Neide).

Neide demonstra tristeza pela situação do parque. Em reunião com outros educadores da SPM ela declarou essa tristeza e refletiu que isso decorre justamente das lembranças do parque da época em que era muito bonito e visitado. Nesta reunião foi consenso das educadoras da SPM da importância do parque e a memória coletiva do uso que faziam da área do parque enquanto moradoras. Disseram que sábado e domingo era dia de lazer no parque, e tinha muito pequenique por lá. Lembraram que iam lavar roupa em grupo e que essa atividade laboriosa era um verdadeiro encontro de lazer.

A entrevistada também compartilha com outras educadoras da SPM a importância do parque para as práticas sócio-educativas. Eram freqüentes as visitas em que os alunos eram levados para fazer visitação ao parque. Havia o barracão de candomblé e quando estava tendo festa no barracão era considerado como uma aula. Sempre no mês de setembro ocorria aulas-passeio com os alunos de todas as escolas da SPM, por conta da primavera e do dia da árvore, porém no ano passado a visita foi fraca pois não se sentiam a vontade e nem seguras para ficarem no local. A concepção corrente é de que não há mais o que ser visto pro estar tudo poluído e degradado. Por conta desses diversos motivos a permanência foi curta no parque, enquanto antigamente as aulas-passeio iniciavam com a chegada ao parque cerca de 7 horas da manhã, em posse de um panelão de feijão para poder ficar o dia todo. Nas palavras de Neide atualmente os problemas de violência vêm afastando a comunidade do parque, impedindo sua utilização e impedindo a continuidade desta prática educativa:

Hoje a escola não participa mais por causa da violência que está tendo lá. Hoje em dia os marginais descem ali por Pirajá e jogam corpo ali, matam ali, como sábado mesmo teve um vizinho daqui da comunidade que mataram

ali em São Bartolomeu. A maioria das mortes acontecem ali em São Bartolomeu, isso faz com que a gente se afaste de São Bartolomeu (Neide).

O parque faz parte da história de vida de Neide e de sua relação com o território vivenciado desde pequena. Em sua opinião o parque é muito importante em todos os quatro aspectos em que foi perguntada (histórico, cultural, ambiental e econômico), porém o que mais destaca é justamente o valor educativo de identidade histórica e cultural. Por outro lado está muito presente em sua memória o quanto se movimentava de economia local, de quanto as famílias tiravam seu sustento do extrativismo (pesca de peixe e camarão) ou do comércio e como o fato da degradação do parque impede tudo isso:

O Parque São Bartolomeu é um local muito importante, até mesmo pras crianças. Porque ali aconteceu várias batalhas, onde a gente levava as crianças da escola pra estar olhando ali a cachoeira, estar explicando as batalhas, onde aconteceram [...] antigamente era um meio de sobrevivência pras pessoas que moravam ali perto, porque as pessoas ali vendiam, que tinham as barracas ali e vendiam. Dali que tiravam o sustento da sua família, e hoje não. Hoje acabou tudo (Neide).

Ao lembrar do movimento, das barracas e muitas vendas de antigamente Neide associa o parque hoje a um deserto, por conta de seu esvaziamento. Segundo ela o problema maior é a questão da segurança. O medo de estar no local é forte. A solução seria achar um político interessado na causa do parque “pra reivindicar pra ele a volta de São Bartolomeu”. O político teria a função de buscar caminhos tanto para a segurança quanto também para a questão da limpeza. Esse foi outro problema apontado por Neide. Ela lembra que havia um senhor que já faleceu, morador da Rua 19 de Março, que era responsável pela limpeza e que hoje não tem nenhum responsável.

Em outro momento a entrevistada expôs que o político é apenas parte da solução. Ao ser questionada sua opinião sobre uma gestão social ideal para o desenvolvimento sustentável do parque ela afirmou que é necessário também a união da comunidade e que esta junto com o político interessado iria melhorar muito a situação do parque. O que aparentava uma possível falta de empoderamento, de passividade diante de uma solução que envolvia a necessidade primordial de um político, agora já muda um pouco de face. Pela primeira vez Neide deixa entrever sua crença no poder de mobilização das práticas sócio-educativas. Ela afirmou que se “ficar todos de braços cruzados não vai pra lugar nenhum. A cada dia [o parque]

vai se acabando mais” e o jeito de a comunidade se unir é “através de organização, de reunião, de palestras. O mostrar o antes e o depois”. Sua crença na mobilização popular é forte, e ela julga que o povo local é muito unido e que só precisa de um trabalho de “conscientização se vale a pena ou não de estar buscando meios de melhorar São Bartolomeu”.

A concepção de que as práticas sócio-educativas desenvolvidas cotidianamente têm o poder de mobilizar a comunidade para um desenvolvimento local sustentável do parque não aparece em primeiro plano nas concepções de Neide, porém seu entendimento de que uma prática de conscientização pode levar à mobilização em defesa do parque parte do conceito de desenvolvimento local sustentável adquirido em sua vivência na história das transformações territoriais de Novos Alagados, que foram frutos de muitas mobilizações sócio-educativas. Essa história está constantemente relacionada com sua função de educadora. Ela compreende que seu papel é alfabetizar dentro da própria realidade dos alunos, através do método Paulo Freire e Freinet, que foram métodos que fizeram parte de sua formação na SPM.

O que seria alfabetizar dentro da realidade São João do Cabrito, Novos Alagados? Significa justamente considerar que estão dentro de um ecossistema de manguezal e que muitas famílias de seus alunos ainda tiram seu sustento da pesca no mangue. Então é sempre abordada a preservação e a utilidade do mangue para as pessoas e para os animais. Fazem parte do próprio processo metodológico as aulas-passeio que são atividades de campo onde os alunos observam a realidade e criam o próprio texto deles. Ao responder a pergunta sobre onde acontecem essas aulas-passeio Neide respondeu sem hesitar que elas acontecem “mais no São Bartolomeu”, porém reafirmando que a última visita foi há 2 anos atrás e que não tem sido feita pela questão da segurança. As aulas-passeio continuam no manguezal de acordo com a temática da aula, sempre que há alguma abordagem que possa ser relacionada. Essas aulas acontecem como verdadeiras mobilizações da comunidade sobre essas questões. Há um dois processos educativos em um em que os alunos aprendem sobre o conteúdo e sobre ser mobilizador social:

Pra eles estarem vendo o que é que está acontecendo com o manguezal. Estar conscientizando, então a gente leva cartazes, leva faixa, de estar conscientizando eles para eles serem multiplicadores, para estar lançando a toda comunidade a importância do manguezal.

Neide citou ainda um exemplo em que se o tema “comunidade” for abordado dentro desse tema vai ser trabalhada a questão local sobre meio-ambiente, problemas com o lixo, por exemplo. Sobre o Parque São Bartolomeu sempre há temas comunitários a serem abordados nessas práticas sócio-educativas e Neide alegou que isso acontece justamente por conta de que há estudantes da SPM morando no parque e existem realidades e problemas locais a serem debatidos com a comunidade. Há uma constante tentativa de envolvimento dos pais que são chamados à escola para participação nas atividades de conscientização. Apesar de não ser todas as vezes eles participam:

Tem a participação dos pais também a questão da entrevista. A gente passa o questionário, a gente sempre tá envolvendo os pais pra tá ajudando pra tá comunicando, o antes o depois. Os pais participam.

O objetivo é conseguir envolver não somente os pais, mas também outras pessoas da comunidade e, em certas ocasiões, outras instituições sociais dentro do bairro. Como exemplo Neide falou em uma caminhada programada para o dia 17 de dezembro que era aberta a todas as pessoas, a caminhada da paz que segundo ela “envolve todas as pessoas da comunidade, independente de religião. Tudo indica porém que é uma atividade mobilizada pelo movimento de católicos já que ela afirmou que “participa o pessoal das igrejas católicas. As pessoas daqui da comunidade. Toda a comunidade. São João, São Bartolomeu, Boiadeiro”.

A Sociedade 1° de Maio foi fundada em 1° de maio de 1977 através de um movimento comunitário provocado pelas ações de Antônio Lazzarotto, hoje já falecido, e Vera Lazzarotto, sua esposa. Antonio e Vera chegaram na Enseada do Cabrito através do Padre Gaspar Kuster, atuante pároco do Subúrbio Ferroviário, para desenvolver um trabalho com pescadores e pessoas simples. Morando sobre as palafitas e aplicando o método Paulo Freire, aproximaram várias pessoas e famílias no intuito de orientá-las a se organizar para a reivindicação de seus direitos, na busca de qualidade de vida, moradia digna e identidade social.

Vera e Antonio se conheceram em um encontro internacional da Fraternidade Leiga de Charles de Foulcaud, um grupo de religiosos. Ambos vieram morar em Novos Alagados em 1976. Na época as pessoas dessa comunidade moravam em palafitas. Eram cerca de 100 famílias, totalizando 500 adultos e crianças, vivendo sobre os mangues, com pouca salubridade, carentes de tudo, desde saneamento

básico, habitações de qualidade, saúde e educação. Eram denominadas “Comunidade Beira Mangue” e tidas pela sociedade no entorno como uma comunidade de prostitutas, vagabundos, maconheiros e bandidos.

As crianças do bairro sofriam ainda mais com esta discriminação, a ponto das escolas públicas não as aceitarem. Dessa maneira, já com CNPJ, a comunidade através de reuniões e assembléias, decidiu pela criação de uma escolinha comunitária que nasceu na palafita, num barracão com a colaboração das mães e dos pais que deram a idéia. Depois outras práticas sócio-educativas foram sendo desenvolvidas como atividades desportistas, culturais, criação dos grupos de capoeira, maculêlê, samba de roda e Grupo de Jovens. A SPM foi se fortalecendo, se articulando com outras associações através do Movimento de Defesa do Favelado, onde se conectou com outras comunidades que lutavam pelos direitos do cidadão.

Em 12 de outubro de 1978 foi inaugurada a Escola Popular Novos Alagados (EPNA), com espaço para 74 alunos, um barracão de madeira de 60 metros quadrados sobre as palafitas. Em 1980, foi inaugurada a Creche São José Operário (CSJO), um espaço para crianças até 6 anos. Em 1982, a Escola Comunitária do Boiadeiro (ECB) e, um ano depois Escola Primeiro de Novembro (EPN). Em 1993, o Cluberê dos Meninos de Rua de Novos Alagados e em 1997, foi fundado também o Centro Profissionalizante 1o de Maio (CEPRIMA).

Cada uma desses centros de práticas educativas surgiram a partir de necessidades que assolavam a comunidade de Novos Alagados, as primeiras construídas na beira do mangue. A mobilização para a construção da Creche São José Operário, por exemplo, surgiu depois que aconteceram incidentes com crianças menores de 6 anos que as levaram a óbito. As mães tinham que sair pra trabalhar e acabavam deixando-as sozinhas, presas nos barracos ou soltos no manguezal. O Cluberê por sua vez surgiu da necessidade de tirar os menores das ruas, livrando-os do trabalho infantil ou do risco de envolvimento com drogas e criminalidade.

A SPM é uma associação de moradores que surgiu com os objetivos de organizar a comunidade para a resolução de suas necessidades e problemas e reivindicar direitos como moradia digna, saúde, educação e cidadania. No surgimento da SPM estava em pauta a questão da urbanização já que a

comunidade representada pela associação morava em palafita e não havia sequer água encanada ou saneamento básico. Com o tempo novas bandeiras surgem entorno dos objetivos, como a questão da profissionalização, preservação do meio-ambiente, o desenvolvimento de atividades de prevenção, de orientação às famílias sobre a questão do alcoolismo e outras drogas.

Em outras palavras é um exemplo de auto-organização comunitária cuja área de atuação é a mobilização comunitária voltada para o desenvolvimento social local. Através deste movimento da população do bairro a comunidade é atendida em diversos aspectos pela SPM, da educação formal à educação não-formal. Hoje conta com 3 escolas comunitárias, 1 creche, 1 instituição de reforço escolar e oficinas artísticas, 1 centro de profissionalização, 1 cooperativa de reciclagem e um trabalho com idosos. Dentro das oficinas artísticas está a filarmônica. As atividades encontram-se espalhadas pelo bairro, distribuídas por algumas localidades como o Boiadeiro, 1º de Novembro, Beira Mangue, São João e Cabrito de Baixo.

A origem de recursos para manter a SPM são as doações e convênios, seja com o Estado, seja com o Município, além da mobilização comunitária que promove eventos para arrecadar fundos. Segundo Jerry, atual presidente da SPM, para continuar oferecendo os serviços à população local é necessário manter uma estrutura cara e sem esses convênios não seria possível continuar a funcionar.

Através da prefeitura é financiado o projeto que atende a escola e a creche, pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O Governo do Estado e a AVSI (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional) contribuem para os cursos profissionalizantes. Tem também o Grupo Encontro, formado por profissionais em educação que trabalham o método Paulo Freire e que contribuem na parte pedagógica realizando trocas de experiências, treinamentos, capacitações e encontros. Além da parte pedagógica eles captam recursos e fazem uma doação para ajudar na parte financeira o funcionamento da escola. Estão hoje em busca de novos recursos para a cooperativa de catadores, além de terem entrado com um projeto para a Filarmônica no edital da FUNCEB, e na SECULT para o projeto Segundo Tempo no Cluberê.

Ainda em processo de expansão das suas atividades, a SPM atende variadas idades, desde crianças, adolescentes, adultos e até idosos de seus 60 a 70 anos.

São famílias que normalmente vivem do mercado informal, do bolsa-família ou do sub-emprego. São domésticas, marisqueiras, pescadores, biscateiros que ganham menos de um salário ou até mesmo meio salário mínimo. São famílias que eventualmente apresentam algum tipo de problema com o alcoolismo, violência doméstica e até mesmo fome.

Para atender essas pessoas a SPM conta com um corpo de 70 pessoas distribuídas entre funcionários, voluntários, colaboradores e dirigentes. Desses, por volta de 45 são os educadores. Desses, aproximadamente 50 % têm nível superior, mais ou menos 30% têm nível médio e 20% são colaboradores, que assumem a função de assistentes, com uma escolaridade mais baixa, porém em processo de capacitação passando por orientações, cursos e treinamentos. Jerry, o atual presidente da SPM, relata que já contam inclusive com pedagogos e que isso é resultado da linha de atuação da associação. Esta condiz com um processo cíclico em que o indivíduo é preparado para o mercado de trabalho, lançado para expandir os conhecimentos acadêmicos e depois retorna pra comunidade para dar sua contribuição, de maneira voluntária, sem obrigações.

Não existem assalariados. Todos são colaboradores que são remunerados em seus serviços prestados de acordo com aprovações de projetos, convênios e parcerias. A mesma regra são para os educadores. Uma boa parte deles são voluntários enquanto outros já têm uma ajuda de custo paga a partir de projetos específicos. Mesmo quando acabam os projetos, o comprometimento dos educadores os mantém atuando em prol da SPM. Eventualmente, são utilizadas como estratégias algumas iniciativas para arrecadar fundos como fazer atividades colaborativas, bazar e promoções. Segundo Jerry, hoje se consegue pagar educadores, mas com determinada dificuldade. A SPM sofre com um atraso de seis meses para um grupo que participa de convênio com a prefeitura. Segundo Neide, professora da Escola Popular Novos Alagados, ela e outras colegas não param de dar aula porque tem o compromisso com as crianças e famílias que são atendidas.

A SPM oferece à população seu projeto de educação formal um total por ano de aproximadamente 900 a 1000 vagas. No ano de 2010 tiveram 794 alunos matriculados nas três escolas e na creche: 354 na Escola Popular Novos Alagados (Educação Infantil à Quarta Série); 280 na Escola Comunitária 1° de Novembro (Educação Infantil à Quarta Série); 160 na Escola Comunitária Boiadeiro (Pré até a

terceira série); e 150 crianças de 0 a 5 anos na Creche São José Operário, em regime de semi-internato. Quando há sinal de evasão escolar, há um grupo de serviço social formado por educadores que vai fazer o acompanhamento na família. Através de diálogo acaba por descobrir os reais motivos e causas da criança não estar freqüentando as aulas de forma normal, integral. Geralmente são problemas com alcoolismo, drogas, violência doméstica ou até mesmo fome. A partir daí se discutem ações para resolver a questão.

Além das escolas que atuam em possibilitar a educação formal, tem também o Cluberê, onde além de reforço escolar, trabalha-se a parte lúdica, criativa e desportiva, como o desenvolvimento de diversas atividades, inclusive com crianças que passam por dificuldades psico-motoras de aprendizado. Acontecem oficinas diversas incluindo capoeira, música, dança, futebol, dentre outras. O CEPRIMA já é de educação técnica com cursos profissionalizantes. Segundo Jerry “a profissionalização que é uma grande preocupação da Sociedade 1° de Maio, mas que infelizmente o governo não está correspondendo atualmente de forma tranqüila”. Hoje conta com curso de informática e com curso de gráfica, mas há uma demanda ainda não resolvida por um curso de mecânica, de Web Designer, marcenaria, corte-costura, construção Civil. Segundo seu presidente estas demandas já foram solicitadas através de projetos ao Governo do Estado e que até o momento não foram correspondidos.

O UFBERÊ é um projeto que também envolve a profissionalização de jovens e adolescentes, porém na área de música. É uma filarmônica com uma característica de formar cidadãos e capacitar para o mercado de trabalho. Há inclusive vários jovens que já estão no mercado da música participando do Teatro Castro Alves, na Orquestra Juventude de Salvador, em bandas de axé, bandas de pagode, ou em contratos temporários, convidados a tocar em eventos como aniversário, casamento. Dois deles já passaram no vestibular de música da Universidade Federal da Bahia e outros buscam fazer concursos com bandas oficiais como da Marinha, da Polícia Militar, do Exército. Mesmo galgando seus lugares nos degraus da fama todos continuam freqüentando a UFBERÊ.

Além desses projetos que representam a espinha dorsal do trabalho comunitário da SPM, outros vão se construindo de acordo com a necessidade. Como falado anteriormente, a evasão escolar é controlada através de

acompanhamento junto às famílias, onde estão na maioria das vezes a causa real da irregularidade da frequência dos alunos. A partir da constatação do problema que envolve as famílias das crianças são propostos outros projetos para envolver outros setores da comunidade. São cursos profissionalizantes no intuito de organizar grupos de produção e estimular a organização cooperativa. Então estão em processo de organização grupos produtivos de culinária e corte e costura.

Tem a cooperativa de reciclagem, a última ação criada, que está em processo de organização. A união de duas necessidades, uma social, de transformar lixo em renda, e outra de preservação do meio-ambiente, já que se esta iniciativa surge em virtude da quantidade de detritos que aparece no mangue. Através de assembléias e reuniões decidiu-se agregar os catadores que trabalhavam individualmente na formação de uma cooperativa. Hoje o grupo de reciclagem tem 15 associados que se revezam no funcionamento na coleta e triagem. Vendem esse material de forma coletiva, sem passar pelo atravessador, porém estão em busca de agentes financiadores para melhorar a estrutura. A Sede fica na entrada do Parque São Bartolomeu, porém Jerry relata que é pequena e que ainda pode ser melhorada a estrutura da cooperativa. Segundo ele a idéia é ampliar, ter estrutura de carros, de prensa, “precisa ter um caminhão pra fazer esse transporte porque às vezes o lucro fica no transporte”.

Há também o Grupo Semente Produtiva, uma ação voltada para as pessoas da terceira idade. Este grupo tem ações ocupacionais de artesanato, orientação à saúde e contação de história. É um projeto voltado para os idosos da comunidade que têm muita história pra contar, de lutas que participaram em Novos Alagados ou em suas terras natais. É considerado pela SPM um projeto de fortalecimento cultural e étnico. É uma interessante prática educativa voltada para a valorização da memória e das tradições.

A metodologia geral utilizada é a de Paulo Freire e do pedagogo francês Celestin Freinet. Trabalha a educação popular, a participação e a prática da democracia onde todos têm direito a falar e também a ouvir. Vera Lazzarotto, a coordenadora pedagógica da SPM, orienta as ações relacionadas às práticas educativas da associação e inclusive na relação dos contatos burocráticos com as secretarias de educação. Vale ressaltar que foi através desta vertente de educação para a libertação que se iniciou o processo de formação da SPM. As primeiras mobilizações para a auto-organização comunitária foram feitas mediante uma prática

sócio-educativa libertadora, contextualizada na realidade popular local. Hoje o método continua. Porém já lhe dando com uma associação que cresceu e que conta com outra geração que no ano de 1977, eram alunos, hoje professores e gestores da Sociedade Primeiro de Maio.

A memória da formação da Sociedade Primeiro de Maio é viva em seus atuais integrantes. A participação nas lutas pela moradia, pelos direitos sociais da comunidade, o esforço coletivo para construção da creche e escolas comunitárias. Foi nessa época que a SPM participava do Movimento em Defesa do Favelado quando Jerry e Neide brincavam pelas ruas de Novos Alagados, participavam das oficinas culturais promovidas pelo Cluberê e tinham aulas na Escola Popular de Novos Alagados. Nesta época iniciava-se a participação da SPM em redes de multiplicação e parcerias. O contato com outras favelas que lutavam pelos mesmos direitos colocava a SPM como um ponto em uma rede de movimentos sociais organizados.

Com o tempo a SPM foi construindo sua própria rede sócio-educativa dentro do bairro de São João do Cabrito, com diversos pontos em diferentes localidades. São práticas sócio-educativas alinhadas por um objetivo em comum, conectadas por sua história e pertencimento. São um total de núcleos sócio-educativos interconectados por um projeto político pedagógico, desde creche, passando por escolas, capacitações artísticas até uma cooperativa de reciclagem, seu projeto mais recente. Mas essa micro-rede local não encontra limites no bairro de São João do Cabrito.

Segundo a concepção de Jerry, a participação em redes de multiplicação é essencial para o fortalecimento das práticas e das lutas cotidianas contra a opressão. O que ele fala se confirma pelas obras e projetos da SPM que só são possíveis através das parcerias com outras instituições. Hoje a participação em redes já tem uma conformação diferente. As conexões para as lutas por direitos continuam as mesmas, só mudaram agora a posição e as estratégias. Hoje a SPM mantém obras, suas instituições educativas e as buscas agora são para manter o trabalho, conquistar mais espaço, qualificar mais as práticas socioeducativas e resolver problemas locais. Há uma participação na rede entidades de Novos Alagados, conexão constante com a rede de entidades locais e com a rede de escolas comunitárias no Subúrbio e também da rede educativa do projeto Ágata Esmeralda.

Além de seu aspecto de envolvimento local a SPM participa de redes em outras instâncias. Está envolvida no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e participação no Fórum de Catadores no Estado da Bahia. Representantes da SPM participaram em novembro de 2010 do Encontro Nacional de Catadores em Belo Horizonte e em dezembro houve o encontro em São Paulo com o presidente na época Luís Inácio Lula da Silva com todos os catadores do Brasil. Há uma conexão com o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, que não é sistemática, porém há abertura ao diálogo amigável com Raimilton, coordenador do MCPS. Jerry comentou essa relação por conta do fato de o MCPS estar mais perto, dentro do contexto do parque e que há uma determinada prontidão quanto à mobilizações em relação ao tema.

Depois de uma história de tantas lutas, de ocupações, de organização de uma comunidade pobre a SPM tem como principal problema e dificuldade a manutenção dos trabalhos que desenvolve. O que dificulta a manutenção de uma associação de moradores que começou num barracão por cima das palafitas e que hoje conta com uma rede de práticas sócio-educativas que faz parte da história local? Para manter os trabalhos consolidados é necessário administrar os recursos escassos, negociar com os poderes públicos, buscar novas maneiras de arrecadar verbas. Quando se presencia esta dificuldade no dia-a-dia é que se percebe como em nossa sociedade os recursos para o desenvolvimento de trabalhos sociais que podem contribuir para a sustentabilidade local são sempre escassos, diante das crescentes necessidades.

Esta realidade é agravada pela ação dos próprios poderes públicos, que deveriam estar aplicando os recursos do contribuinte para a manutenção de importantes trabalhos sociais como representa a SPM, porém estão promovendo um processo de fiscalização que visa muito mais fechar escolas comunitárias na Cidade de Salvador e no Estado da Bahia com o discurso de que estas devem seguir diversas regras, parâmetros e orientações estruturais. A SPM sofre essa pressão das exigências do Ministério Público. A questão é que certas exigências requerem determinados reparos estruturais e recursos para se efetivar esses reparos. O poder público não dá subsídios para que a população se apodere de seu desenvolvimento local apesar de ter ação efetiva de fiscalização. Segundo Jerry , apesar do trabalho da SPM ser de autogestão, esses subsídios são necessários para amenizar as dificuldades em tempos de crise, mas o Estado não cumpre seu papel e nem quer permitir que outros cumpram:

Porque se o Estado estivesse... O poder público, se ele estivesse fazendo o trabalho deles evidentemente que não iria existir escola comunitária, não iria existir creche, por quê? Eles estavam dando atendimento, mas você chega nas comunidades, chega na periferia, é um bando de criança à toa. É uma escolinha onde só atende 20 a 30 crianças onde você tem uma gama de 100 a 200.

A contribuição da SPM para o desenvolvimento local fica muito clara quando observamos as diversas unidades sócio-educativas funcionando. Aos olhos de um leigo, pode vir a parecer que Novos Alagados desde a sua formação inicial, na década de 1970, evoluiu naturalmente em conjunto com a sociedade tornando-se um bairro em chão firme onde antes era uma favela sobre palafitas. É claro que é importante a atuação da Sociedade 1º de Maio e evidentemente que a comunidade não iria ter progressos como os conquistados até hoje não fosse as constantes lutas e reivindicações de um movimento comunitário organizado em uma associação de moradores. As mudanças vieram com a mobilização e participação da população materializada nesta organização social que configura-se hoje enquanto uma rede sócio-educativa no bairro de São João do Cabrito. Foram gradativamente obtendo-se conquistas, através de uma união em busca de direitos, seja melhorias na infraestrutura urbana ou a na organização social para educação dos filhos. Se pudéssemos resumir em uma expressão a essência das conquistas da SPM poderíamos dizer que foi o “desenvolvimento social”.

Como primeiro princípio para atingir tal desenvolvimento social a comunidade que ali morava passou a se unir e auto-organizar em torno de objetivos em comum. Segundo Jerry, as famílias aos poucos foram se integrando ao objetivo da SPM e isso trouxe conseqüências, até os dias de hoje, na auto-estima das pessoas que com a lição da busca coletiva de melhorias foram aprendendo a buscar também melhorias para as próprias famílias:

[...] o dinheiro que era pra comprar dois litros de cachaça só comprava um e outro comprava o saco de cimento. O dinheiro que era pra fazer bobagem, “não agora vamos investir na melhoria da casa, na melhoria da família, vamos comprar uma camisa, em vez de comprar uma sandália vamos comprar um sapatinho”. Então você vai percebendo no aspecto local tanto essa questão do aspecto pessoal como também do próprio ambiente.

Com o tempo, depois de algumas conquistas foram surgindo outras questões mais além a serem resolvidas e que foi objeto de atenção daquele movimento comunitário como a questão do lixo, da profissionalização, preservação do meio-ambiente, o desenvolvimento de atividades de prevenção, de orientação às famílias sobre a questão do alcoolismo e outras drogas. É relevante assinalar como a experiência da SPM contribuiu com conquistas reais para o desenvolvimento local através da implementação de práticas sócio-educativas, desde o início, desde a formação da instituição.

A SPM está hoje ocupando o território do subúrbio, mais especificamente o bairro de São João do Cabrito, através de uma rede sócio-educativa de instituições. A SPM promoveu ao longo de sua existência práticas educativas e, com isso, a possibilidade real de formação e ascensão social para pessoas pobres e discriminadas. Segundo Jerry a SPM conta com pessoas que estudaram quando crianças nas suas escolas e hoje já adultos, trabalham na instituição já com nível superior completo. “Que passou aí pelos primeiros grupos, que já foi pra escola, que já foi pra universidade, que já se formou e que está aqui, na equipe hoje”. Além desses há outros ex-alunos da SPM que já se formaram na universidade e não estão diretamente envolvidos com os trabalhos da associação, mas são moradores do bairro. São pedagogos, administradores, técnicos na área eletro-eletrônica, técnicos da Petrobrás.

Quanto às contribuições da SPM para a preservação do PMP Jerry explicou que está relacionada com o contexto identitário que representa para uma população afrodescendente como é a população de Novos Alagados:

Pessoas que têm raízes, que têm cultura e que têm justamente esse referencial com o parque. Até porque lá foi o Quilombo dos Urubus. Lá tem toda uma história de luta, de resistência, de muitas batalhas e o próprio ambiente natural de floresta, de parque, de aproveitamento. Uma área que tem muitas ervas medicinais. Então isso tudo a comunidade já se apropriava de estar ali participando.

Jerry explicitou a participação ativa do povo de santo dos vários terreiros nas suas oferendas e festas que aconteciam muito no parque. Isso também foi sempre debate acirrado nas assembléias e reuniões, até porque com o passar do tempo começou-se a perceber a degradação e a ocupação desordenada do parque sendo

necessário começar uma mobilização para chamar a atenção das autoridades e também junto com os grupos locais pra que os olhares fossem voltados essa realidade local. Foram muitas manifestações, muitos debates, muitas reuniões, muitos grupos ambientais no intuito de preservar. Jerry explicitou o quanto a SPM está preocupada com isso porque diversos projetos foram apresentados por grupos ambientalistas e na prática nunca foram implementados. Apesar do descrédito da perspectiva entorno do parque os grupos ao redor dele ainda continuam sua resistência.

A SPM é considerada por Jerry como a organização social pioneira nessa causa. Desde a década de 70 já estavam estimulando o debate, trazendo as autoridades para a realização de reuniões. Relatou que houve mobilização de atividades dentro da área do parque, chamando a atenção da mídia com intenção de dar uma visibilidade e já mobilização “o grito de socorro do Parque São Bartolomeu”. O que impulsionou tal envolvimento é o fato de o parque ser parte do contexto territorial de Novos Alagados.

4.1.2 Movimento de Cultura Popular do Subúrbio: uma rede de empoderamento sociocultural do território.

Meu contato com o MCPS iniciou-se com Genilda. Ela integra a equipe do Plano Integrado de Desenvolvimento Social, projeto implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). O MCPS foi contratado como Operadora Social pelo projeto e Genilda, após participar do Curso de Mobilizadores Sociais se incorporou na equipe de Acompanhamento de Empreendedores Individuais e Familiares do Projeto.

Em novembro de 2010 fui apresentado a Raimilton como o qual realizei entrevista na própria sede do MCPS. Neste mesmo dia pude conhecer o educador entrevistado. Geovanil tem 20 anos de idade, morador de São João do Cabrito desde que nasceu, solteiro, sem filhos, instrutor de informática, tem ensino médio completo, está trabalhando no Movimento de Cultura Popular do Subúrbio há mais de 1 ano, orgulhoso por já ter algumas turmas formadas. Tem uma renda mensal de 500,00 reais ganhas pelas aulas com as turmas do curso de Inclusão Digital. No ano

de 2009, entrou no MCPS, através de sua participação no grupo *Movinegração* que foi formado especificamente com a função de mobilizar a comunidade do subúrbio para a comemoração do Dia da Consciência Negra.

Acredita que desenvolvimento local esteja associado à idéia de crescimento específico de um lugar e ligado a uma idéia de coletividade o que significa “desenvolvimento de uma comunidade, de um grupo”, afirma o jovem Geovanil. Para ele o que envolve esse crescimento são aspectos como o social, o urbanístico, o nível de conhecimento, as melhorias urbanas, melhoria na qualidade de vida e a melhoria de renda. Geovanil acha que é tudo isso se transformando em um resultado em cadeia:

Então acaba sendo um resultado de cadeias. Como é que vou explicar? Melhora um pouco as ruas. Se melhora um pouco as ruas melhora um pouco a qualidade das pessoas transitarem. Melhora um pouquinho a iluminação, melhora um pouco o índice de assaltos. Então assim por diante, então uma coisa vai levando a outra e aí seria várias melhorias num grupo local que daria esse crescimento (Geovanil).

O significado de sustentabilidade por sua vez foi imediatamente associado à idéia de *auto* - sustentável. Nas palavras dele seria justamente “seguir com as próprias pernas” e exemplificou através da referência à sua busca na vida, a partir de uma perspectiva pessoal:

[...] seguir com as próprias pernas. Que é o meu caso, é o que eu busco. Eu quero ser auto-sustentável. Mas enfim, é isso, é seguir com as próprias pernas pra poder ser dono de sim mesmo e ser auto-sustentável (Geovanil).

Ao ser pedido que resumisse o conceito de desenvolvimento local sustentável juntando as partes já conceituadas de *desenvolvimento local* mais *sustentabilidade* afirmou logo primeiramente que:

[...] a coisa fica até um pouco óbvia, a gente imaginar o desenvolvimento sustentável aqui, a gente vai pensar no parque. Não tem outra forma da gente não levar um pouco da visão para esse lado. A gente vai pensar em formas desse parque ajudar essa comunidade, principalmente as mais próximas daqui (entrevistado Geovanil).

Geovanil pensa como ideal a busca por transformar o parque em um ponto de referência que as pessoas desejem conhecer. Utilizou como exemplo um famoso restaurante no bairro de Plataforma. Na sua visão este bairro “sobe um pouquinho o nível de renda social. Você vê que o pessoal lá tem um poder aquisitivo melhor” e

associou isso ao fato de ter “lugares mais badalados”. Acha que o parque deve se tornar atrativo, mas “utilizando essa responsabilidade social do parque, esse nicho, socializando isso com a galera de um modo geral”. A perspectiva de Geovanil sobre o termo *responsabilidade social* está associada a um paradoxo sobre o parque: é uma potencialidade para o desenvolvimento local sustentável podendo oferecer vantagens para a população, mas sua preservação depende da responsabilidade de cada componente dessa mesma população que não tem tido cuidado com a natureza:

[...] quem polui em grande parte, quem degrada em grande parte é a gente mesmo por falta de conhecimento ou por falta de parar e pensar “pô, isso aqui poderia ser utilizado de uma forma melhor pro meu benefício, eu poderia estar preservando essa área” (Geovanil).

A consideração de sua responsabilidade se torna mais clara quando Geovanil aponta espontaneamente algumas idéias que poderiam funcionar como soluções, mesmo sem ter sido interrogado sobre isso. Não compreendi precisamente se estas idéias são originalmente suas, se surgiram imediatamente no meio da entrevista, dentro de seu processo discursivo espontâneo, ou se está baseada exatamente na construção em diálogos coletivos anteriores. Porém em meio às incertezas nos surge o fato de que essas idéias passaram a existir por conta de uma vivência extraordinária no território do parque:

E aí viriam idéias, sei lá. Bolsas ecológicas, formar um grupo de bolsas ecológicas, por alto assim, grupos de reflorestamento, um grupo que pudesse fazer visitas ao parque, guias. Teve uma vez que a gente teve que entrar a gente precisou de um guia por causa da máfia, aí eu fui lá até lá em cima e é bem legal. E assim por diante...seria...muito bem, eu mesmo moro aqui há tanto tempo, desde pequeno e não sou tão freqüentador do parque. Tudo por causa dessa questão, da violência, e a gente mesmo já auto-acha, então (Geovanil).

Na visão do educador o que impede realmente a visitação das pessoas ao parque não é exatamente a violência nem a poluição. Em sua opinião é o imaginário socialmente construído sobre a violência e a poluição que afasta as pessoas, que faz com que as pessoas que moram nas proximidades não o visitem. Essa é uma visão muito importante a respeito do papel das idéias sobre o território na construção (ou desconstrução) de uma identidade social. Ele disse já ter ouvido muitas vezes as pessoas dizerem que é “tudo poluído” e afirmou que é uma generalização baseada no desconhecimento sobre a verdadeira realidade:

Cheguei a beber água de alguns rios daí. Nem tudo... Realmente os primeiros rios que está demais [...] Mas tem nascentes mais lá pra dentro que eu cheguei a beber água sem problema algum (Geovanil).

Há uma diferença fundamental entre o jovem educador Geovanil e a senhora Neide. Para ela o que realmente impede a utilização e visitação ao parque são a efetiva polui o e violência, constituindo seu abandono. Para ele o abandono se dá como conseq ncia de uma idéia construída e disseminada sobre essa violência e polui o.   claro que ambos partem de situa es diferentes. Ela conhece o parque desde pequena, acompanhou todo o processo de abandono e degrada o depois de ter passado toda a vida usufruindo de suas belezas. Ele passou a conhecer pessoalmente o parque há pouco tempo, quando este já não mais estava apto   visita o. Das cinco ou seis vezes que foi ao parque, algumas ainda era pequeno quando acompanhava os pais. Não lembra muita coisa dessa época. Através da experiência com o grupo *Movinegra o* fez duas visitas com intuito de se apropriarem da questão do parque já que esse foi o tema do dia 20 de novembro.

O grupo desbravou as matas e andou bastante guiado por Bimbau que “sempre fez essas excursões pra lá”. Bimbau   morador de Ilha Amarela, fundador do grupo Arca de Olorum, bloco carnavalesco e um dos coordenadores do MCPS. Geovanil tem boas lembranças das caminhadas. Recordou que andou bastante tendo experiências de rela o direta com as matas como cortar as pernas no capim e tomar banho na barragem, conhecendo “ reas não poluídas ainda”. Tudo isso funcionou como uma verdadeira prática sócio-educativa para o grupo todo que passou a compreender o parque de maneira diferente:

Fomos até l  a barragem, que tem lá em cima. Mergulhamos l  e tivemos uma outra visão diferente até pra gente mesmo , quando a gente foi l : “ah   maluco de levar o celular”. Aquela coisa toda. “vamos ver água poluída” e aí passou pela primeira cachoeira, aquele primeiro ponto ali: “ah,   poluído” [...] Entrou um pouquinho mais ali e já percebemos que tem um potencial legal, que não   bem assim não (Geovanil).

Depois de passar por esse processo formativo o grupo *Movinegra o* foi às escolas para mobilizar os estudantes para a passeata do 20 de novembro, passando sala por sala, em todos os colégios públicos e particulares da redondeza e também alguns colégios de Pirajá. Para Geovanil esse ano a passeata foi bem focada no Parque São Bartolomeu, teve o tema Maria Zeferina. Essas visitas às escolas tiveram uma propaga o sócio-educativa muito positiva, chegando a despertar

interesse de uma escola particular contribuindo para desfazer os mitos construídos sobre o PSB:

Teve um colégio particular aqui mesmo, as crianças querendo visitar e a diretora do colégio hiper-afim querendo participar e querendo que eles vissem também isso que a gente falava, ia lá falar dessa questão do parque. Essa nova visão de que não é tudo sujo, não é tudo ruim. Não está tudo acabado. Porque a impressão que dá pro pessoal é que tá tudo acabado mesmo, que as árvores não dão mais frutos. Que se você vier aqui só vai haver drogas. É uma visão assim mesmo (Geovanil).

Esta mobilização da *Movinegração* se configurou enquanto uma prática sócio-educativa peculiar, conseqüência de uma mobilização cultural, o que serviu para a formação de identidades históricas de moradores do subúrbio, além de formar cidadãos multiplicadores e mobilizadores socioculturais. Foi um aprendizado vivenciado coletivamente, que gerou um movimento de re-territorialização. Ao ser perguntado sobre o significado do parque para sua história enquanto morador local Geovanil constatou que houve uma mudança em relação à suas lembranças de infância:

[...] hoje em dia eu acho que é uma riqueza abandonada, eu diria assim. Porque é distanciado da gente ao mesmo tempo tão próximo e a coisa fica tão distante e a gente não se apropria, não conhece. O pessoal não conhece nem a história do Parque São Bartolomeu, o que envolve isso aí. As lutas que houve então a importância histórica que isso aí tem e se acabando e indo embora e passando pela gente assim (Geovanil).

A sua percepção sobre os diversos aspectos da importância do parque se demonstrou aguçada. Ao ser questionado sobre a importância do parque Geovanil respondeu com conhecimento de causa:

Histórico por conta das histórias do remanescente de quilombos. O que houve aí foi o Quilombo dos Urubus não é? Ecológico porque é a única reserva de Mata Atlântica sitiada em área urbana, é pra gente pensar.[...] Cultural porque acaba sendo base pra muitas dessas atividades culturais (Geovanil).

Dentre essas atividades culturais no parque foi destacada a relação da Cia. de Dança Omi Onã, um grupo de dança afro que certa feita fez um banner com fotos deles no parque. Geovanil demonstrou em seu relato que tinha um envolvimento nesta ação e que compreendeu bem a relação mútua de afirmação da identidade do grupo e do território:

Fizemos fotos deles no parque, eles fantasiados e tal, pelo parque e aí apoiou essa atividade cultural dele e deu visão ao parque também. A foto deles na cachoeira e nas pedras (Geovanil).

Ao ser perguntado o porquê deste grupo ter escolhido o parque Geovanil respondeu que é um lugar importante, e tem afinidades como grupo justamente na questão do candomblé e da identificação das áreas sagradas. Essas fotos serviram para um banner de divulgação de apresentação no Cine Teatro Plataforma.

Quanto à importância econômica a percepção de Geovanil aponta idéias para geração de renda através da utilização do parque como “ponto de referência pra a atividade sustentável”. Isso envolveria a formação de guias de visitação, atração turística, criação de restaurante para as pessoas poderem fazer refeições apreciando a vista privilegiada do parque. Para ele isso tudo poderia acontecer caso “se quebrasse esse estigma aí do perigo, do tudo poluído, ou se tentasse resolver ou amenizasse esses problemas”. Violência e poluição são considerados os principais problemas porém há um que agrava:

os dois mais gritantes [violência e poluição] são esses e o pior de todos é justamente a difamação do local.[...] o que acontece é isso o pessoal , eles moram próximo daqui mas não pensam nessa visão de como é o parque mesmo, acham que se for lá vai ser morto estuprado a qualquer hora do dia[...] não é bem assim não (Geovanil).

Geovanil reconhece que há violência até por ser uma região abandonada e muitas vezes servir de refúgio para bandidos, porém sua preocupação decorre justamente de um tipo de preconceito criado inclusive sobre as pessoas que moram na comunidade de São Bartolomeu. Alguns alunos dele são da comunidade, moram dentro da área do parque e sabem o que acontecem lá. Então Geovanil não tem essa visão somente porque visitou o parque algumas vezes, mas sua vivência com pessoas através das aulas que dá no MCPS.

Como solução para tais problemas Geovanil aponta atividades mais focadas para resolver a questão da poluição. Também foi reafirmada a questão da visitação como uma ação que poderia contribuir na melhoria da situação do parque. Fica claro que vislumbrou tal solução a partir da vivência passada com o grupo *Movinegração*, por ter enxergado resultados na metodologia que empregaram de mobilização nas escolas fortalecida pela verdade que passaram a descobrir com suas próprias visitas e desmistificações pessoais sobre a realidade do parque:

Então a partir do momento que passa a ser visitado e reconhecido por mais pessoas, a coisa vai tomando um reconhecimento melhor: “vamos olhar lá pro parque. Já tem um tanto de pessoas aqui falando que ali é legal, que ali

tem isso, que ali pode ser um local de atividades culturais”. Então a gente tem que focar, como foi no Cine Teatro de Plataforma (Geovanil).

A participação no MCPS é bastante óbvia no seu processo de formação socioeducativa. Sua referência é a atuação cultural e o Cine Teatro Plataforma é realidade histórica importante para o MCPS. Apesar do *Movinegração* ter se diluído um tempo depois de ter cumprido sua participação na passeata do 20 de Novembro, sua relação com o MCPS ainda é constante. Geovanil é educador em curso de inclusão digital. Utiliza metodologia própria seguindo as restrições do MEC para utilização de *software* pagos em Pontos de Cultura, então trabalha com os livres. Ao ser questionado sobre a existência de alguma atividade de conscientização em relação ao parque Geovanil revela que “ainda não teve assim esse ponto de vista, esse tino”, porém explicou que muitas vezes já utilizou em seus exercícios do editor de texto a abordagem de temas como o do quilombo de Zeferina para os alunos escreverem:

Faz um texto aí boto esse tema. Não sei se é bem focado no parque ou dá essa visão, seria um jeito de rever isso aí, mas pra a vida mesmo, assim a gente foca mais nos interesses deles com a informática. Então o pessoal tem interesses diferentes (Geovanil).

por conta da participação e experiência no *Movinegração*, Geovanil chegou a abordar informalmente em sala a experiência, porque ainda estava fresca na memória. Porém admitiu que na turma mais recente já houve essa intenção. Quando chegou a utilizar o tema do parque em alguns momentos houve fortalecimento da discussão a partir da auto-identificação de moradores do São Bartolomeu:

Muita gente já morava lá no Parque São Bartolomeu e aí acontecia essa questão desses textos focados, eu acredito que eu nem tenho ainda um texto falando do histórico do parque. Aí falaram “ah, isso aqui é o Parque São Bartolomeu?”. “sim.” Aí entrava a discussão, aí já se apropriava da questão e ta (Geovanil).

O Movimento de Cultura Popular do Subúrbio (MCPS) foi fundado em 11 de novembro de 2002 a partir da junção de 4 grupos de teatro e de dança da comunidade do Lobato com os objetivos de potencializar ações e atividades culturais da região do subúrbio ferroviário de Salvador e fomentar a estruturação de grupos. Esses primeiros 4 grupos juntaram-se para aglutinar outras iniciativas culturais e mobilizá-las para uma busca coletiva de apoio para suas produções e construir estratégias para fortalecer o desenvolvimento artístico e social dos grupos culturais

do subúrbio. A vertente educativa dessa nova organização não-governamental que surgia estava justamente na idéia clara sobre a necessidade da promoção de capacitações, aprofundamentos das pesquisas artísticas em curso, intercâmbios culturais entre grupos e no entendimento da cultura como instrumento de transformação social.

A expansão inicial de seu trabalho se deu em parceria com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e as escolas estaduais e municipais do subúrbio, quando passaram a se assumir enquanto realizadores de práticas sócio-educativas de disseminação da cultura. Em 2004 colheram os primeiros frutos, com o projeto “Arte Cultura e Paz para a Cidadania” patrocinado pela Petrobras, o que veio a fortalecer suas práticas de arte-educação nas escolas e praças públicas do subúrbio. Depois disso no ano de 2005 o MCPS implementou os projetos “População Cultural” e “27 de Março – Teatro na Rua” apoiados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e a Fundação Gregório de Matos, respectivamente.

A reabertura do Cine - Teatro Plataforma e a criação do Centro Cultural Plataforma, em 2006, também está na história do MCPS, resultado de uma intensa mobilização sócio-educativa, manifestações culturais e reivindicações frente aos poderes públicos. Neste mesmo ano executou os projetos “Arte Cultura e Lazer Ambiental”, “Zeferina” e “Sociedades Quilombolas do Século XXI” tendo como parceiros e financiadores o Centro Ecumênico de Serviço Social (CESE) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE).

Através de parcerias, atividades culturais e ações sociais, o MCPS vem mobilizando anualmente, desde 2004, eventos como o “Cortejo Afro e Performático” em comemoração ao dia Nacional da Consciência Negra e o “27 de Março” no dia Internacional do Teatro e Nacional do Circo. Essas ações são verdadeiras passeatas culturais, uma prática sócio-educativa singular onde os jovens participantes estão aprendendo a se reafirmar, reconhecer sua cultura e, no próprio processo de organização e interação sociocultural acessam informações sobre a história local com uma profundidade não encontrada nas escolas do ensino formal.

Uma parte do público a quem se destinam as ações do MCPS são jovens e adultos que participam dos grupos culturais Associação Unidos do Lobato, Grupo Cultural Swing Mania, Grupo Cultural Herdeiros de Angola, Grupo Cem por Cento

Afro-Indígena, Grupo Cultural Zumbi dos Palmares, Grupo Teatral É ao Quadrado, Grupo Cultural Face Oculta. São cerca de 345 integrantes com uma escolaridade variada, do nível médio ao nível superior. Neste caso a prática sócio-educativa encontra-se no processo de formação da cidadania e fortalecimento da identidade política no próprio cotidiano do movimento. A outra parte do público é atendido com a implementação dos diferentes projetos que alcançam os bairros de São João do Cabrito, Rio Sena, Alto de Santa Terezinha e Lobato. Neste caso a escolaridade é varia do nível primário ao nível médio e a faixa de idade atendida é de 8 a 70 anos.

Em convênio com a SECULT, o MCPS ganhou em 2009 o status de Ponto de Cultura ¹². Nesta condição promove atualmente cursos de gestão cultural, inclusão digital, intercâmbio entre os grupos culturais e capacitação social e artística pelo projeto “Usina de Capacitação Sócio-Cultural”. É uma continuidade do trabalho que vem desenvolvendo durante todos esses anos desde a sua fundação.

Com a Petrobrás atualmente está em fase de renovação do projeto “Arte Cultura e Paz para a Cidadania” pelo quarto ano que incide nas atividades das 12 oficinas de Arte-educação em 6 escolas públicas do subúrbio: no São João do Cabrito Colégio Estadual Democrático Bertoldo Cirilo dos Reis, Aristides Souza de Oliveira; em Plataforma a Estadual Dr. Luiz Rogério de Souza; em Rio Sena a Escola Municipal Cidade de Itabuna; e no Lobato a Escola Estadual de 1º Grau Ailton Pinto de Andrade e Escola Estadual Ivone Vieira Lima. Hoje há cerca de 17 pessoas trabalhando nessas oficinas. O grupo indica uma pessoa que já está ali mais pra ministrar uma oficina dentro daquele segmento que ele atua na escola.

A causa do parque é levada nessas oficinas. Segundo Raimilton, depois do Centro Cultural Plataforma que foi alvo de muitas manifestações, hoje o foco do movimento é o parque sendo que todas as atividades sempre têm esse tema, inclusive com ações na área do parque. A comemoração do dia 20 de novembro (dia da consciência negra) e do 24 de agosto (dia de São Bartolomeu) feita no ano de 2010 por exemplo, tiveram caminhada pela Rua São Bartolomeu, a rua de acesso principal ao parque, antecedida de debates nas escolas, com questões como “Por que o parque é tão rico e está assim desse jeito?” e “no quê que esse parque

¹² “São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas.” Fonte: <
<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>, acesso em

contribuiria para melhorar a situação aqui desse entorno?”. Essas ações costumavam envolver concurso de redação como lembra Raimilton:

Me lembro aqui tinha um concurso de redação que, poxa, foi muito proveitoso [...] íamos pras escolas pra fazermos a exposição do quê que era o trabalho e aí em determinado momento trazíamos essas escolas para os meninos virem com a gente acompanhar outros meninos [...]pra estar falando sobre o parque e a partir daí a garotada anotando e depois fazia a redação deles. Premiamos com uma bicicleta o primeiro lugar. A participação foi assim muito legal. Aí no dia do evento de divulgação do resultado, fizemos o evento aqui no parque, trouxemos essas escolas e aí foi muito massa (Raimilton).

No ano de 2011 o MCPS foi contratado como Operadora Social para trabalhar no Plano Integrado de Desenvolvimento Social da Bacia do Cobre (PIS COBRE), projeto do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Regional (CONDER). O objetivo desta intervenção, que faz parte do Programa Estadual de Habitação de Interesse Social Dias Melhores, é:

Melhorar, sobretudo quanto aos aspectos sociais, econômicos e de segurança humana, as condições de habitabilidade das famílias que residem nas poligonais de integração social atendidas pelo Projeto, proporcionando-lhes condições de sobrevivência, com garantia a convivência familiar e comunitária, empregabilidade e acesso a direitos e políticas sociais¹³.

O MCPS entra então como parte dos objetivos específicos já que estes prevêm contribuir com a produção e gestão participativa dos espaços urbanos e promover o fortalecimento das organizações e estruturas sociais. Enquanto Operadora Social o MCPS ganhou a responsabilidade pela Sensibilização e Mobilização de outras Organizações da Sociedade Civil, pela efetivação de um Curso de Mobilizadores Sociais, a viabilização do Plano Local de Desenvolvimento Comunitário (PLDC) e do Fórum Local de Desenvolvimento Comunitário, além do Acompanhamento das Atividades dos Subprojetos. Há hoje 11 pessoas do MCPS trabalhando nesse subprojetos.

A metodologia geral do MCPS engloba o método de ação dos grupos culturais participantes como provocadores da discussão acerca dos direitos, formação para cidadania através de atividades lúdicas e participativas e desenvolvimento de senso

¹³ Fonte : SEDUR / CONDER. Plano Integrado de Desenvolvimento Social: Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia, maio de 2009.

crítico a partir dos projetos. Então o foco geral desse método é estar atraindo cada vez mais grupos e ampliando a possibilidade de participação e expressão da cidadania, através da ocupação e apropriação simbólica do território, num verdadeiro processo de re-territorialização.

Existe um esforço dentro da lógica de atuação do MCPS para que os projetos e atividades possam se pulverizar pelos grupos que fazem parte, atingindo seus territórios específicos, fortalecendo as ações locais e ganhando uma abrangência maior para o movimento. Segundo Raimilton, um exemplo disso é a parceria com a Associação Cultural Arca de Olorum (ACAO), em projeto de geração de renda em que procura-se formar cooperativa de corte e costura. Hoje contam com 19 máquinas que estão no espaço da ACAO, em Rio Sena. Isso reitera a característica de rede sócio-cultural do MCPS.

O MCPS é uma rede que nasceu como tal. Uma rede de grupos representada juridicamente por uma organização não-governamental que contribui para uma maior articulação e visibilidade desses grupos. É interessante notar a diferença entre o MCPS e a SPM neste sentido de formação de rede sócio-educativa. A SPM, como vimos, nasceu de uma associação de moradores que constituiu uma rede sócio-educativa ao longo do tempo no bairro de São João do Cabrito, enquanto o MCPS já nasceu com o intuito de agregar grupos existentes e formar uma rede com alcance em todo o subúrbio da cidade. Segundo Raimilton esse foco de rede vem servindo para angariar melhores resultados. Dessa maneira é que se pode afirmar que o MCPS é uma rede aberta em contato com outras instituições parceiras e também outras redes. Como exemplos tem-se a proximidade com a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, conhecida como rede CAMMPI, e com o Fórum de Entidades do Subúrbio (FES).

Paradoxalmente um dos problemas apontados por Raimilton é justamente a dificuldade de uma coalizão mais permanente com as diversas organizações do subúrbio:

Aí nós nos juntamos muito em momentos críticos sabe? Uma interdição do governo, aí todo o mundo faz aquela articulação. Amanhã ou depois vai cada um pro seu cantinho (Raimilton).

Esta observação do coordenador do MCPS demonstra uma expectativa frustrada de poder de articulação com o maior número de organizações possíveis dentro de um projeto em comum de reivindicações. Talvez por ter como exemplo a

rede CAMMPI, que já chegou a ser considerada a décima melhor experiência de Governança Local do Brasil em 2007, pelo Prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal. Raimilton citou durante a entrevista a campanha que a Rede CAMMPI está travando chamada “Se a copa é boa, a gente também quer”:

[...] existe agora um debate muito forte aí sobre copa, olimpíadas e já no subúrbio você não vê um movimento nesse sentido de puxar parte desses investimentos. Não tem porque a gente está muito centrado no nosso espaço (Raimilton).

Outra dificuldade por que passa o MCPS é a dificuldade de organização enquanto entidade social, como se propõe. Raimilton relatou que ainda há algumas deficiências de organização no MCPS quanto a fazer uma prestação de contas mais aberta e participativa, mostrando à sociedade de maneira transparente quais os projetos e quanto foi investido por cada projeto. Isso é indício de um outro problema, porque as causas apontadas pela dificuldade em gerar esse sistema aberto de prestação de contas são justamente os riscos de difamação e más interpretações:

Temos essa vontade de fazer isso, não conseguimos ainda, ainda também sabendo que isso também gera riscos né? Porque se de repente você entra aqui vê lá : “Projeto de Cultura” aqui estampado na parede. “60 mil reais pra...é o quê 60 mil pra um ano né?” Cada ano é 60 mil.[...] isso aqui é um espaço que transita muita gente, desperta a curiosidade: “Aquele povo lá ta cheio de dinheiro”.[...]É aquela visão né? Acha que isso aqui é pra o umbigo de alguém né? Ta recebendo dinheiro, é pra distribuir [...] Porque tem muita gente que claro, que reconhece, que faz essa coisa mas tem muita gente também meu velho que quer mais é jogar pedra na vidraça. Não está nem aí. Não querem nem saber, não querem nem participar pra entender como é que é o processo. Quer ficar de fora mesmo (Raimilton).

Raimilton alegou que a falta de um conhecimento efetivo das pessoas em geral sobre o MCPS aliada à difamação de organizações não-governamentais na mídia têm determinada responsabilidade por esses fatos. O que mais dificulta é a falta de reconhecimento pela contribuição que MCPS vem dando para o desenvolvimento local e para a preservação do PMP. Durante todos esses anos, desde a sua fundação, o MCPS vem contribuindo primeiramente para o fortalecimento dos grupos, da cultura e, conseqüentemente, para o fortalecimento da memória do subúrbio.

A união dos grupos permite uma maior efervescência cultural no território e a possibilidade de afirmação de identidades neste. Um dos maiores reflexos do

processo de empoderamento cultural do território foi a conquista de uma das principais bandeiras do MCPS, a luta pela reabertura do antigo Cine-Teatro Plataforma, agora o Centro Cultural Plataforma, no ano de 2007. O MCPS teve participação direta, junto com outros grupos que integram hoje o Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio¹⁴, um modelo de gestão cultural participativa.

As mobilizações nas escolas, e as passeatas com todas as manifestações culturais, organização de seminários vem gerando um debate na sociedade do subúrbio, uma consciência em relação à importância do parque. Além disso o MCPS vem viabilizando projetos que geram inclusão digital e contribuem para que haja formação de artistas e de grupos artísticos e culturais. O MCPS, como é notável, vem mobilizando grupos e comunidades e conseguindo resultados satisfatórios com a ampliação das discussões no campo da valorização das raízes culturais afro-brasileiras e fomentando a implementação de políticas públicas sócio-culturais.

Podemos enumerar as ações desenvolvidas durante esse tempo que vem contribuindo para o desenvolvimento local: Cortejo Performático no dia 27 de março – dia Mundial do Teatro e Nacional do Circo; Cortejo afro 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra; Apresentações artísticas em praças públicas; Apresentações artísticas em Escolas públicas; Seminários realizados: Hip Hop no Subúrbio; seminário Sociedades Quilombola do Século XXI; Saúde Sexual e Direitos Humanos; Apoio as manifestações das comunidades ligadas ao Movimento; Cursos de artesanato – Pintura em tecido; Curso de Corte Costura – Moda Afro - Cidadã, MAC.

4.2 O bairro de Ilha Amarela, o parque e Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela: uma experiência de militância socioambiental

O bairro de Ilha Amarela (Figura 7), onde está localizada a Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela (AMNEIA), situa-se a oeste do Parque Metropolitano de Pirajá, no Subúrbio Ferroviário, entre os bairros de Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha e Plataforma. Possui uma população de 6.534 habitantes

¹⁴ Detalhamentos sobre a história do Centro Cultural Plataforma e o Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio acessível em: < <http://www.plataformacultural.com>>

morando em num total de 1.670 domicílios (IBGE, 2000). Organizado espacialmente por uma via principal onde se concentram a maioria dos comércios e serviços, a Rua Cabaceiras, o bairro conta com 5 vias basilares de acesso local: a Rua Curralinho, a Rua do Cipó, Rua das Palmeiras, Rua Boa Vista e Rua Boa Esperança de Ilha Amarela de onde se vê as árvores do PMP. No limite com o bairro de Rio Sena está a Estrada Cobre, pista que adentra o parque e se estende até o bairro de Pirajá.

Espalhadas por suas ruas encontram-se 7 escolas sendo uma municipal, uma comunitária e 5 particulares, 10 Igrejas, 1 posto de saúde 3 Organizações Não Governamentais, sendo uma ONG local, uma cooperativa e a Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela que não tem sede própria mas funciona com atividades em dois anexos: a Biblioteca Parque São Bartolomeu e o Centro de Cidadania Digital.

Contam os seus moradores que o bairro de Ilha Amarela guarda o nome que tem por conta de uma epidemia de febre amarela que assolou uma comunidade indígena que habitava no local. Passou a ser chamada de “ilha” pelas semelhanças deste conceito geográfico à descrição das características de seu relevo, topo do subúrbio ferroviário, chegando a cotas de 100 metros de altitude, cercado por córregos e nascentes. Por Ilha Amarela passa o Rio Mané Dendê, que nasce pelo bairro de Rio Sena, passa pela Cachoeira de Oxum e deságua na Enseada do Cabrito após se juntar com o Rio do Cobre. O Rio Mané Dendê já estava poluído desde o ano de 2000 por um total de 155 casas do bairro que sem canalização de esgotos contribuía para sua degradação (IBGE, 2000).

Andar por Ilha Amarela é como caminhar num pequeno vilarejo do interior. Não há um comércio muito desenvolvido e mesmo na sua rua principal há uma tranqüilidade difícil de encontrar em outros bairros da cidade. Algumas de suas ruas não têm pavimentação e é muito comum casas com quintais arborizados. O transporte é precário e a população não conta com áreas de lazer, problema denunciado na mídia desde 2008¹⁵. Neste contexto encontra-se a Biblioteca Parque São Bartolomeu (BPSB), na Rua Cabaceiras, do lado da venda de Isaías e em frente à torre da Telemar. A biblioteca é o principal patrimônio da AMNEIA, funciona num espaço doado pela família de um antigo diretor, hoje já falecido. São dois vãos que eram a sala e um dos quartos da casa. A sala hoje funciona como a recepção

¹⁵ A Tarde On-Line em 06 de junho de 2008

da biblioteca, separada da calçada apenas por uma grade de ferro e uma cortina. Defronte tem um ponto de ônibus. O antigo quarto tornou-se o local onde são armazenados e organizados os livros em pequenas estantes.

Soube da existência da AMNEIA e da BPSB quando assisti a uma reunião realizada no dia 17 de novembro de 2010 referente ao Curso de Elaboração de Projetos Sociais no Kilombo Kiôô, uma ONG no bairro de São João do Cabrito. O curso foi realização do Plano Integrado de Desenvolvimento Social¹⁶ e concentrava organizações comunitárias de toda a região denominada pelo plano de PIS COBRE (Poligonal de Integração Social da Bacia do Cobre). Fui à reunião no intuito de fazer contatos e conhecer mais organizações que atuam no tema do PMP. Foram 23 pessoas na sala participando e representando diversas organizações. No momento do intervalo conversei com as pessoas explicando meu intuito e o tema da minha dissertação. Foram-me indicados os contatos de 4 organizações que estavam atuando da área do parque: Associação Criança e Família e Associação do Rio Mané Dendê, ambas no bairro de Terezinha; Cooperativa de Reciclagem e Serviços do Estado da Bahia (COOPERES) e a AMNEIA em Ilha Amarela.

Havia observado a BPSB quando passava num ônibus que me levava a conhecer as experiências em Terezinha. A primeira visita foi realizada em 1º de dezembro de 2010. Após contato telefônico, cheguei à biblioteca e conheci a educadora entrevistada. Fui muito bem recebido, por ela própria, que me mostrou as instalações, escutou com atenção a proposta de meu estudo e se disponibilizou sem nenhum problema para fornecer a entrevista demandada pela pesquisa, realizada neste primeiro encontro. Senti que havia alguma insegurança em responder algumas questões colocadas, mais por medo de gerar mal entendidos, talvez por termos nos conhecido haja pouco tempo e algumas perguntas serem de cunho muito pessoal sobre o perfil social.

¹⁶ Projeto que faz parte do Programa Estadual de Habitação e Interesse Social Dias Melhores realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

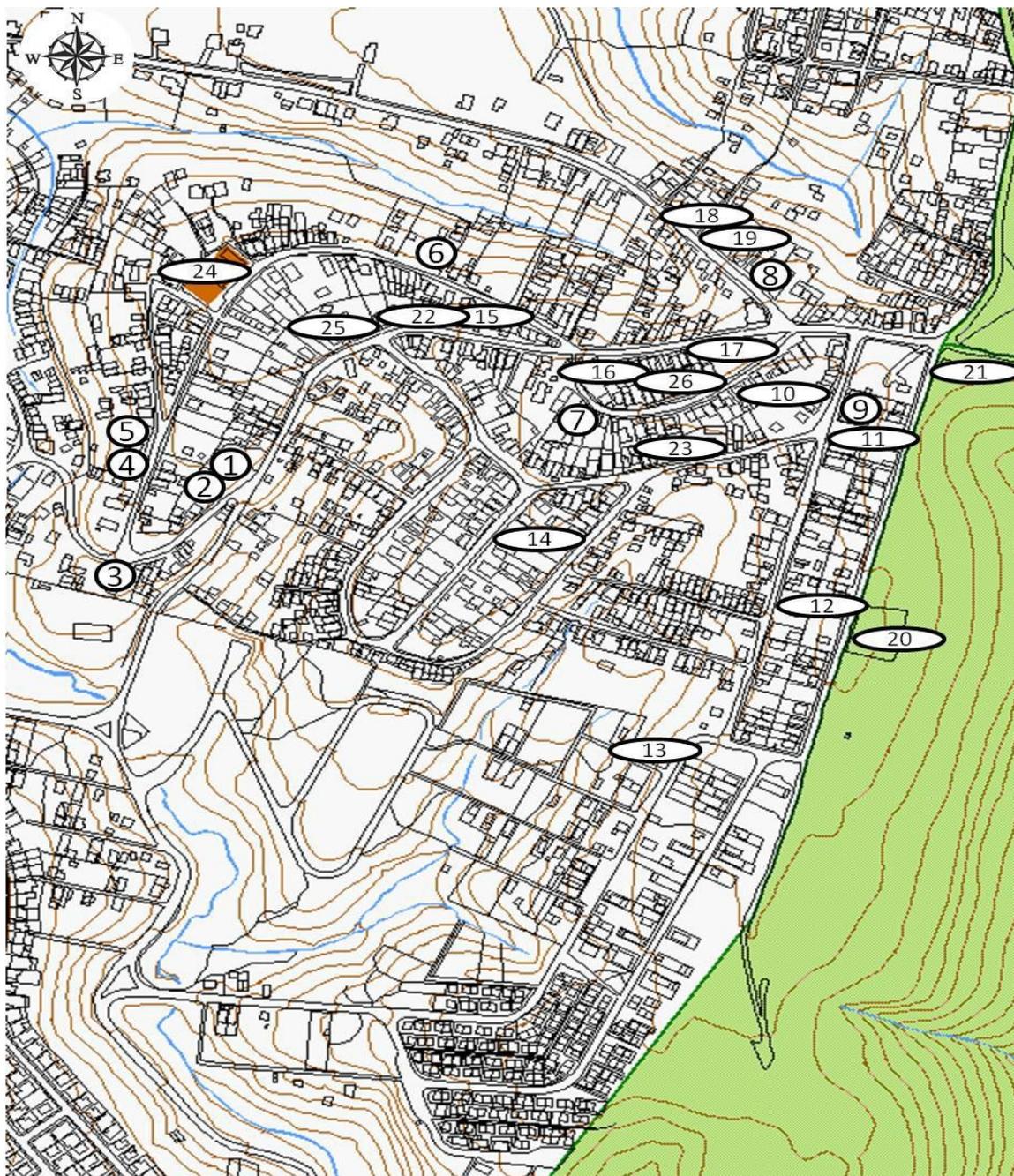


Figura 7 – Bairro de Ilha Amarela – Georreferenciamento¹⁷

Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do Cd- Room da Lei de Ordenamento e Uso do Solo da Cidade de Salvador, 2004.

¹⁷ 1. Escola Meu Amanhã; 2. Igreja Batista; 3. Igreja Petencostal Deus é Amor; 4. Escola Meu Amanhã (2); 5. Escola Tia Toly; 6. Igreja Petencostal; 7. Colégio Santos Carneiro; 8. Igreja Batista Tabernáculo da Paz; 9. Centro Educacional e Profissionalizante de Ilha Amarela – Vereador Palhina; 10. Agência Baiana de Desenvolvimento Social (ABDS); 11. Assembléia de Deus; 12. Lar Beneficente Nossa Senhora de Lourdes; 13. Escola Números; 14. Escola Municipal Manuel Henriques da Silva Barradas; 15. Igreja Batista Lírio dos Vales; 16. Igreja Internacional da Graça de Deus; 17. Assembléia de Deus; 18. Igreja Batista Tabernáculo de Deus Forte; 19. Igreja Petencostal Hosana; 20. Cooperativa de Reciclagem (COOPERES); 21. Posto de Saúde; 22. Biblioteca Parque São Bartolomeu 23. Centro de Cultura Digital- AMNEIA; 24. Escola Municipal Joaquim Magalhães; 25. Escola Loyola; 26. CRAS

Ana tem 43 anos. Nasceu no Paraná, mas veio para Salvador ainda criança, quando tinha 7 anos de idade. Passou dois anos no bairro do Peru, no Largo do Tanque, depois veio para Ilha Amarela onde está há 34 anos. Está divorciada e tem dois filhos, um de 15 e outro de 17 anos. Estudou até completar o 2º grau e hoje exerce a profissão de dona de casa e acompanhante de idosos, apesar de na carteira de trabalho constar como auxiliar de enfermagem. Trabalha na AMNEIA desde 2000, envolvida com a fundação, vive da ajuda da família. Tem uma relação de carinho e dedicação à biblioteca e ao ato de leitura. Seu pai foi um dos líderes fundadores da AMNEIA e a memória de sua ação está presente em toda a família. Apesar de falecido deixou um legado que marca positivamente a educadora entrevistada.

Sobre o conceito de Desenvolvimento Local Sustentável, a entrevistada resumiu explicando que para ela é o “crescimento físico, intelectual e ético”. Na sua concepção o Desenvolvimento Local está relacionado ao crescimento da comunidade, porém não somente o crescimento físico porque a comunidade:

[...] cresceu em tudo, cresceu em população, cresceu em comunhão de vizinhança porque a gente tem até hoje um trabalho, todo o mundo conhece nosso trabalho, todo o mundo se integra no trabalho comunitário e é isso, é o bem comum desenvolvendo cada vez mais para o melhor até mesmo a geração de hoje, acolher essas crianças, da melhor forma possível. Eu creio que seja isso (Ana).

Esta percepção está compatível com a relação estabelecida entre a militância da AMNEIA através de suas práticas sócio-educativas na comunidade de Ilha Amarela. A entrevistada apresentou um conceito relativamente amplo de desenvolvimento local, considerando-o a partir da percepção de seu contexto de movimentação comunitária inserida no processo de urbanização do bairro. A consistência de seu conceito se fortalece quando responde à pergunta sobre o conceito de sustentabilidade, que foi colocado por mim como um complemento do desenvolvimento local. Para ela a sustentabilidade está relacionada à idéia de apoio mútuo. Ela responde a partir de sua realidade pessoal já declarada no início da entrevista:

Hoje eu respondo por mim que não sou empregada. Eu sou uma pessoa que vivo da ajuda, compreendeu? Eu acredito que seja por aí. É viver da ajuda do outro que se preocupa e que pode te ajudar, que se dispõe a te

ajudar. Não espera que você vai pedir, mas você se sente ajudado por todos, não só financeiramente mas em todo o aspecto (Ana).

Compreendendo que sua situação na BPSB é de voluntariado, e que já houvera me falado sobre a profissão de acompanhante de idoso que na verdade se iniciou com o pai e a mãe, dentro da própria família, perguntei se ela também assume a posição de ajudar, e não somente de ser ajudada. Neste momento surge outro conceito por parte da entrevistada de que “sustentabilidade é partilha propriamente dita”. Na sua perspectiva a sustentabilidade surge como consequência da partilha como uma prática cultural, uma manifestação espontânea:

[...] eu posso dividir, eu posso fazer o bem, posso partilhar com meu irmão. Se ele necessita você vê que ele precisa [...] Não espera ele pedir. Você já dá aquilo que ele precisa, no momento que ele precisa, é isso. É partilhar o que você tem de melhor na sua vida, porque você ganha em dobro, quanto mais você dá maior é seu recebimento, sua recompensa. E por que não partilhar? Isso é sustentabilidade. É viver do que você pode e compartilhar o que você tem com o outro. Não guardar pra ti (Ana).

Há na entrevistada uma idéia de que sustentabilidade envolve atos de doação enquanto um exercício cotidiano que leva a ganhos coletivos. É uma concepção que considera que a cultura do apoio mútuo poderá gerar bens para todos. Por outro lado quando usa a expressão “viver do que você pode”, nos dá a entender que devem existir limites humanos para haver sustentabilidade. Esses limites são citados mais adiante, no decorrer da entrevista, quando fala sobre sua relação com o parque. Ela explica que um dos principais problemas do parque é que tem “muito proprietário e ninguém faz nada”. Seu relato soa como um protesto em relação à irresponsabilidade daqueles que vêm ocupando áreas que deveriam ser protegidas sem nenhum cuidado com sua preservação:

A nascente é aqui eu boto minha casa aqui, mas não lembra que o lixo da minha casa vai pra dentro da nascente e que se for assim ela morre. Eu mato a natureza e inconscientemente buscando uma coisa que eu não preciso. Muitos têm. Mas o querer ter mais é o que prejudica toda a vida. Eu diria assim, toda estrutura do ser humano (Ana).

Desta maneira a preservação da natureza acarreta a conservação de um bem social e a ambição desmedida, por sua vez, prejudica tanto a natureza quanto as pessoas. Ao ser questionada se conhecia o parque a entrevistada se recusou a dizer que sim, porém relatou ter participado de algumas caminhadas propostas por senhor José Gilson, vice-presidente da AMNEIA, e ter atuado na gestão social do meio-

ambiente através do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu¹⁸ (CEASB). Revelou que em uma dessas visitas chorou junto com o parque, demonstrando uma ligação emotiva e uma tristeza com sua degradação. A referência que tem em relação à natureza está na memória de sua infância, da época em que chegou para morar em Ilha Amarela e que presenciou a convivência harmoniosa das pessoas com as águas do PMP:

[...] quando eu cheguei aqui era um ponto de encontro das famílias, era área de lazer e a comunidade daqui que já tinha população, já tinha povoado, pequenos mas eram povoados, você contava as casas mas eram povoados certo? E eles, essas famílias, viviam à margem do rio ali, daquela maravilha, daquela riqueza, desde a nascente do Cobre (Ana).

Apesar de responsabilizar o crescimento populacional pela degradação de algumas nascentes e de “toda riqueza natural da Mata Atlântica” explicou que na realidade é “bom o crescimento populacional, mas é triste porque o desrespeito com a natureza desfaz todo o potencial de uma vida feliz”. Nas declarações da entrevistada fica evidente sua esperança em relação a possibilidades de sustentabilidade socioambiental. Sua posição não é a de contrapor a sociedade à natureza, mas a de conceber que há maneiras diferentes de encarar a convivência entre as partes:

O Parque São Bartolomeu é a essência daqui de toda estrutura populacional. Você ainda sente assim essa energia da mata atlântica. É pouquinho, mas ainda vibra por isso a gente trabalha nessa questão educacional com a Biblioteca Parque São Bartolomeu. Porque a gente tem a essência, a gente tá no coração dele (Ana).

A educação aparece como um fator de militância para consolidar esse ideal de relação socioambiental com o parque. É interessante notar que a entrevistada afirmou não se considerar uma educadora e que a atuação dela se resume a “partilhar um pouco do que sabe com as outras pessoas”. Eu coloquei o meu ponto de vista dizendo que se ela provoca reflexões é uma educadora, no intuito de gerar alguma ponderação. Perguntei então como era o cotidiano dela na biblioteca e se ela exercia a função de mediadora de leitura:

¹⁸ O CEASB teve origem no Movimento de Defesa do Parque São Bartolomeu /Pirajá. Foi Criado em 1987 por intelectuais, lideranças comunitárias, representantes de religiões de matriz africana e cristãs. O CEASB desenvolveu, entre os anos 1996 e 2.000, o Programa Memorial Pirajá, em cooperação com o CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, voltado para a mobilização social e preservação do Parque São Bartolomeu / Pirajá. Fonte: <http://www.ceasb.org.br>

Também. Mais mediadora é a equipe que fica aqui e que vai pra escola e partilha esse tesouro viajando nos contextos. Eu sempre gosto muito de falar, de indicar para as pessoas: quer conhecer? Viaje. E é isso que eu faço aqui. Eu viajo e procuro levar comigo todos que aqui vêm buscar alguma coisa (Ana).

Com uma postura muito humilde e tranqüila a entrevistada ainda apresentou alguma resistência em revelar que seu papel tinha alguma importância. Manteve-se firme na posição de exaltar o trabalho da equipe que vai fazer as mediações de leitura, defendendo que eles são os educadores e simplificando a sua ação. Chegou a revelar que não se consegue imaginar entrando em uma escola para fazer atividades, por isso não se considera educadora. Explicou que permanece mais dentro da biblioteca em trabalhos internos. Ainda investigando seu papel de educadora questionei se atendia a comunidade e conversava:

Minha atividade é mais interno, zelar. Porque aqui é um tesouro como nós falamos e um tesouro você tem que cuidar. Você tem que estar ali zelando pra que ele se mantenha firme e estruturado pra o seu propósito [...] Mediar, eu medio, assim nessa condição. Veio fazer pesquisa, vamos viajar juntos (Ana).

Pela primeira vez descreveu-me seu papel de educadora. Apesar de não admitir de maneira nenhuma encontrei o sentido de continuar a entrevista. O seu zelo pelos livros como portais de conhecimento e do livre pensar, aliados à sua humilde presença como co-participante de um processo sócio-educativo impulsionado pela leitura. Fui mais adiante e questionei se já aconteceu de surgir diálogos sobre o parque. Recebi uma resposta curta e incisiva: “sempre”.

Obviamente pelo próprio nome da biblioteca a primeira questão que ocorre naqueles que a visitam é “o que tem haver Parque São Bartolomeu, nosso Bartolomeu, com a biblioteca?”. A entrevistada relatou sua resposta habitual explicando que a biblioteca nasceu onde mora, no coração do parque. Sua resposta estava cheia de significado, e falava no Parque São Bartolomeu com uma veemência poética. Percebi pelo modo que articulava as palavras qual a pegada a seguir. Lancei de mim a opinião de que ela recebe as pessoas, já provoca e esse trabalho é cotidiano de quem está buscando o conhecimento. A entrevistada assume um papel de já estar gerando conscientização, fomentando idéias e compartilhando informações sobre a importância do Parque São Bartolomeu.

Seu conhecimento sobre o parque tem uma sensibilidade muito própria. Apresenta uma consciência histórica, cultural e ambiental bastante interessante, inclusive fazendo referências aos lugares no território onde se sucederam os acontecimentos históricos da Batalha de Pirajá e como Ilha Amarela fez parte dessa história:

Então aqui foi um dos caminhos que os soldados fizeram de Escada, Plataforma que passa por aqui pra Pirajá. E a Batalha foi justamente em um pedaço ali atrás do Posto Médico, teve logo abaixo um pouco, foi onde aconteceu a Batalha de Pirajá e lá dentro, perto das margens das cachoeiras você tem uns vestígios da população antiga. Aqueles escravos, aqueles prisioneiros que fugiram para tentar sobreviver e se instalaram lá (Ana).

A memória da entrevistada sobre o território é muito bem articulada com informações sobre sua ocupação recente. Relata que conheceu “todos esses terreiros, tudo à margem do rio, porque aqui era ilha então essa ilha, ela era tomada assim por esse rio Mane Dendê.” Depois com o tempo vieram as construções que mexeram com a terra o que desestruturou o que “era um rio só”. Esta foi a versão para o porquê do bairro ter em seu nome o termo *ilha*, o que apresenta uma relação territorial muito próxima com um dos principais recursos naturais do PMP.

Ao ser questionada sobre a importância do parque em seus quatro aspectos (ambiental, histórico, cultural e econômico), a entrevistada enfatizou em primeiro lugar que as pessoas também são “uma das jóias dentro deste baú”. Há uma referência de que o Parque São Bartolomeu tem uma importância socioambiental reafirmada por uma concepção integrada em que tanto os seus aspectos físicos quanto educacionais são “um tesouro, o berço de uma vida feliz e próspera”. Quanto à importância cultural explicou que quando chegou para morar no bairro sua família encontrou “vestígios que a primeira população deixou e que é uma cultura”. Ela se referiu à existência prévia de terreiros de candomblé no território do parque, morando em comunidades à beira do rio. Lembrou que até hoje “tem o terreiro da família da finada Célia” que faleceu recentemente e deixou os filhos regendo sua “comunidade integrante do parque”.

A entrevistada apresenta uma interessante leitura sobre a noção de sustentabilidade no parque. Antes haviam poucas comunidades, porém com o crescimento da população decorrente de um processo de urbanização vários impactos surgiram degradando as riquezas naturais. Por um lado avalia que as

peças vêm ocupando áreas de maneira inconseqüente, matando nascentes, poluindo rios. Por outro lado considera que são as próprias pessoas parte dessa riqueza que é o parque. Entendo que por conhecer práticas sócio-educativas antigas de ocupação humana que não impactavam o ambiente ainda acredita mesmo na possibilidade de uma ocupação sustentável.

A entrevistada acha que a responsabilidade deve ser dividida entre governo e população, cada um fazendo sua parte para resolver os problemas do parque. Em sua opinião o Governo pode e deve buscar soluções enquanto a população tem que respeitar. Na verdade, ela coloca a questão do respeito como um dever incluindo também o poder público. Ao ser perguntado se existe espaço dentro do parque pra lazer, a entrevistada respondeu que “ainda existe, mas o governo precisa fazer a parte dele”. Neste momento ela expõe que a AMNEIA está agindo em defesa do parque, buscando a conscientização da população e que para haver efetividade necessária a ação do governo e prefeitura:

O que a gente pode fazer a gente procura fazer que é conscientizar. É uma função, uma missão também aqui da Biblioteca também. É conscientizar a população de que a gente mora aqui numa margem rica e natural e que é uma coisa que é nossa. Não proprietariamente, mas historicamente e culturalmente, e essa essência é que nos dá vida e nos faz fortes, e a gente precisa deixar ela viva (Ana).

A entrevistada coloca as práticas sócio-educativas desenvolvidas pela BPSB como uma ação de conscientização já realizada cotidianamente como conseqüência do sentido de territorialização já existente em moradores do bairro. Ela e sua família presenciou há muito tempo a existência de comunidades que viviam integradas às belezas naturais e posteriormente assistiu à chegada de pessoas como um modo de vida desconectado desta realidade. Entende que a AMNEIA através da BPSB está fazendo sua parte e que o poder público deve também fazer a parte dele, porém este seu entendimento surge na medida em que a AMNEIA fortalece sua ação agindo frente ao Conselho da Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre.

A entrevistada afirmou saber que há projetos de infra-estrutura para a área, que visam retirar “proprietários que não fazem parte dali”. Ela demonstra que há uma necessidade real de retirar pessoas que invadiram áreas inapropriadas para ocupação humana. Esta concepção atravessa toda a militância socioambiental da AMNEIA já que se considera essa necessidade de retirada uma vez que

compreendem que há um bem maior, público, que está sendo prejudicado por interesses particulares. Ainda assim, há uma visão social forte onde o Estado tem obrigações quanto à necessidade de habitação dessas pessoas:

Esse projeto vem pra isso. Retirar. Não botar esse povo na rua. Fazer um saco, botar tudo dentro e lançar lá no mar e deixar que se acabe por lá. Mas estruturar, acomodar esse povo fora desse berço e organizar. Só isso. Retirar o que não é cabível lá dentro (Ana).

Não há necessariamente uma crença no Estado, mas há na entrevistada a voz de uma organização social militante que efetiva uma cobrança do dever dos poderes públicos para a defesa do parque. O projeto a que se referiu está no âmbito da APA e é batalhado pelo então presidente da AMNEIA, Senhor José Gilson. É interessante como a entrevistada articula essa obrigação legal do Estado com um sentido muito próprio do parque e da natureza:

E esse projeto que a APA, o presidente da associação de moradores, José Gilson, está batalhando. Estamos pedindo a Deus que ele venha, porque nós estamos cansados de sofrer, porque a gente sofre junto né? Se ela é a essência da vida? Você sabe que a árvore tem haver com a nossa saúde. O oxigênio é purificado com as folhagens que troca o ar né? Por que destruir o que a gente precisa pra viver? E é assim (Ana).

Há um envolvimento emocional declarado que emerge do passado, de uma ligação histórica de quem chegou a Ilha Amarela na época em que era predominantemente uma área rural. Aliada a isso uma consciência ecológica teórica dá um tom muito lógico de sobrevivência de uma qualidade de vida. A defesa do parque existe pela AMNEIA ligada à causa social, porque ele é importante para a qualidade de vida das pessoas. Ao responder o que é necessário para uma gestão social voltada para o desenvolvimento sustentável do Parque São Bartolomeu, isso fica bem claro:

Respeitar os direitos do cidadão e da natureza. É isso que a gente tem que fazer. Se eu te respeito, eu te preservo. E se eu te preservo é claro que eu vou fazer o que for de melhor pra o seu bem estar (Ana).

Preservar a natureza é então a auto-preservação do cidadão. Os direitos sociais não estão em contradição com a natureza na concepção da entrevistada. Neste sentido é que se justifica o surgimento de uma biblioteca cuja causa principal que a impulsionou foi a questão ambiental. As práticas sócio-educativas desenvolvidas são uma ação da AMNEIA através da BPSB em toda a região do

entorno de Ilha Amarela. A entrevistada considera a biblioteca um patrimônio da associação que vai às escolas e praças, em um verdadeiro processo de militância socioambiental, levando a conscientização sobre o parque. O trabalho de mediação na biblioteca vai aos lugares, mas acontece também na procura das pessoas pela única biblioteca que se pode contar no bairro, que está sempre de prontidão para passar às pessoas o valor sócio-ambiental local:

[...] desde quando foi implantada a biblioteca a idéia sempre foi essa. Valorização do que a gente tem de melhor na comunidade. Então a gente busca os artistas plásticos, os cantores...enfim toda a cultura e toda a riqueza que a gente tem no bairro a gente busca valorizar e convida pra que eles também venham partilhar isso conosco (Ana).

A Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela (AMNEIA) fundada em 12 de novembro de 2000 surgiu a partir da mobilização de moradores locais para resolver os problemas causados por uma enchente do Rio Mané Dendê¹⁹ em agosto de 1999, afetando cerca de 600 famílias que moravam nas margens do rio, de acordo com José Gilson Pereira de Jesus, atual vice-presidente da associação. Segundo ele a AMNEIA é uma organização não-governamental, uma associação de moradores, cujos objetivos perpassam por buscar recursos, projetos e políticas públicas para a comunidade, visando melhorias no bairro de Ilha Amarela. Dentro dos objetivos encontra-se também a necessidade de revitalizar o PMP que faz parte do contexto territorial do bairro o que caracteriza uma situação onde os problemas ambientais são claramente atrelados aos problemas sociais.

A área de atuação da AMNEIA é caracterizada principalmente por sua militância socioambiental em toda a região, que envolve não somente o bairro de Ilha Amarela, mas a presença nos bairros em seu entorno. Além da ação para conquistas sociais como pavimentação de ruas, iluminação pública dentre outras, há também a ação através de práticas sócio-educativas realizadas pela AMNEIA através de sua biblioteca que traz em seu próprio nome uma homenagem ao parque: Biblioteca Parque São Bartolomeu.

Atua também com práticas de mediação de leitura, inclusão digital e oficinas de construção de instrumentos musicais em escolas públicas e particulares, ONGs,

¹⁹ “Um dos importantes afluentes do Rio do Cobre” (SANTOS, 2010, p.282).

associações, creches comunitárias e igrejas. Além disso, a associação presta apoio a grupos de futebol do bairro, realiza intercâmbio com órgãos públicos para a realização de palestras, oficinas e seminários dentro da comunidade, e age frente ao movimento de associações na APA Bacia do Cobre.

As práticas sócio-educativas da AMNEIA são realizadas com crianças, adolescentes e adultos, de diversas faixas-etárias, de acordo com a demanda apresentada pela realidade de cada organização parceira. A escolaridade das pessoas atendidas é variada. Na sua grande maioria são atendidas pessoas que têm do segundo grau abaixo, mas há também dentre moradores do bairro estudantes universitários que buscam a biblioteca. Quanto ao perfil econômico são pessoas que ganham em média um salário mínimo.

O funcionamento da AMNEIA não conta com funcionários assalariados. Há voluntários e pessoas que recebem uma bolsa auxílio. Para suas práticas sócio-educativas são um total de nove educadores que já completaram o 2º grau. Três 3 mediadores de leitura da Biblioteca Parque São Bartolomeu, quatro monitores do curso de instrumentos musicais e dois monitores do Infocentro. Através de projetos financiados pelo Instituto C&A a associação paga bolsas-auxílio para os mediadores de leitura da BPSB. Os monitores do curso de construção de instrumentos musicais recebem bolsa da FUNCEB e os monitores do infocentro recebem da SECTI.

O Projeto “Formação e Qualificação em Construção e Reparo de Instrumentos Musicais Artesanais Afro-baianos”, apoiado pela FUNCEB, estrutura-se em oficinas de construção de instrumentos musicais ligados à cultura afro-descendente, como o Berimbau por exemplo. Inclui-se como parte do projeto a integração ao momento de leitura já que o educando é incentivando a não só estar na oficina, mas também estar no Clube da Leitura.

O Centro Digital de Cidadania é um projeto de inclusão digital que ocorre em infocentro do bairro, gerido pela AMNEIA e financiado pela SECTI que oferece os computadores e as bolsas para os monitores. O espaço físico foi cedido pela Igreja Católica local à AMNEIA especificamente para desenvolver essa ação. Esse espaço antigamente já fora a sede oficial

No Projeto “Leitura é Vida”, são feitas mediações de leitura em visitas as escolas através de arte-educação. Faz parte do programa “O Prazer em Ler”, do

Instituto C&A, que tem como objetivo “promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura, por meio de ações continuadas e sustentáveis e de articulações com distintos agentes envolvidos com a leitura no Brasil”²⁰. Em Salvador fazem parte desse programa no total 8 organizações, contando com a AMNEIA, nos bairros de Ondina, Cidade Nova, Águas Claras, Cajazeiras V, Sete de Abril, Uruguai, Escada e Calabar. As práticas de mediação de leitura são feitas em escolas na região do subúrbio, levando o nome da Biblioteca Parque São Bartolomeu.

A metodologia geral da instituição é construída de maneira participativa através de dinâmicas e reuniões com os educadores onde se realizam avaliações cotidianas das práticas sócio-educativas. Nestas reuniões são avaliadas a aceitação do trabalho na comunidade, pontos que podem ser melhorados, possibilidades de aprimoramentos. Há uma forte presença de características da cultura afro-baiana, desenvolvimento de estudos sobre raça, etnia negra e a preservação do meio-ambiente, inclusive sobre o PMP. A arte-educação está presente nestas práticas, principalmente no trabalho de mediação de leituras. São realizadas capacitações através de parcerias com outras organizações governamentais ou não-governamentais, a Universidade do Estado da Bahia e a AVANTE.

A AMNEIA participa de 3 redes diferentes de multiplicação e parcerias distribuídas pelos bairros de Ilha Amarela, Pirajá, Fazenda Coutos, Paripe, Periperi, Rio Sena, Terezinha, Itacaranha, Praia Grande e Valéria. Essas redes apesar de serem por diferentes motivos, em alguns pontos elas se tocam, já que algumas organizações fazem parte de mais de uma delas coincidindo ainda mais sua parceria com a AMNEIA. Uma delas decorre das relações locais com escolas e organizações realizadas a partir de suas práticas educativas. São aproximadamente 6 escolas públicas, 5 escolas particulares e 3 organizações não-governamentais. Nas palavras de José Gilson, esta é “uma rede que estamos desenvolvendo buscar o bem coletivo dentro da área, da cultura local, da música, do melhoramento em termos de infraestrutura, saúde, educação, segurança da nossa comunidade”.

Outra rede surgiu especificamente por conta de sua participação no Programa do ICA, e das condições de organização para a participação no Programa Prazer em

²⁰ Mais informações sobre o Programa “O prazer em ler” no Site <http://www.institutocea.org.br/como-atuamos/area-atuacao/Default.aspx?id=1>

Ler. Nesta situação os pólos de leitura devem ser formados por no mínimo quatro organizações sociais de uma mesma região, articuladas para a formulação de um projeto coletivo de fomento à leitura. Uma dessas organizações deve ser a proponente e a responsável pela formação das outras organizações. No pólo de leitura de Salvador a proponente é a [Avante - Educação e Mobilização Social](#) (Ondina), já citada acima. As outras organizações parceiras da AMNEIA são: [Associação Sons do Bem](#) (com sede nos bairros de Cidade Nova e Águas Claras); [Casa do Sol Padre Luís Lintner](#) (Cajazeiras V); [Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli](#) (Sete de Abril); [Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia](#) (Uruguai); [Sofia Centro de Estudos](#) (Escada); [Associação Ideologia Calabar](#).

A terceira rede é formada pela conexão das cerca de 60 instituições de movimentos sociais que participam da Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre. Os contatos são mantidos nas reuniões bimestrais da APA e diálogos através de e-mail e telefone. Uma associação aciona outra de acordo com necessidades que surgem cotidianamente. A AMNEIA tem representação no Conselho da APA e segundo José Gilson, ele mesmo foi quem saiu recentemente fazendo o recadastramento de todos para renovação do conselho.

A AMNEIA assume um papel de mobilizadora, militante socioambiental em prol do Parque Metropolitano de Pirajá e dos direitos sociais das comunidades no entorno. Inclusive em sua concepção, a rede e as parcerias têm uma papel fundamental no fortalecimento das organizações e dos respectivos movimentos sociais na conquista de direitos frente aos poderes públicos. Segundo José Gilson:

Essa rede é uma coisa... Na nossa visão de caminhar sozinho nós não vamos pra lugar nenhum... A gente vê nos embates quando a gente chega em grupo e encaminha as idéias do bem coletivo e de todos a gente fica muito mais fortalecido até pra reivindicar nossos direitos junto aos poderes públicos e fazer políticas públicas sustentáveis para o nosso povo (José Gilson).

A dificuldade maior é a falta de um espaço físico apropriado para associação e seu principal patrimônio que é a Biblioteca Parque São Bartolomeu. Hoje a AMNEIA e A BPSB funcionam num espaço doado por um ex-diretor, hoje já falecido. Com a concessão de sua família cedeu dois vãos que eram a sala e um quarto da casa. A sala funciona como a recepção da biblioteca e o quarto o local onde são armazenados e organizados os livros. Segundo José Gilson, o que falta é somente o

recurso para o material de construção, pois já contam com um terreno, o projeto já está pronto e a mão-de-obra é garantida pelos voluntários da associação que esperam para realizar o mutirão.

Outra dificuldade apontada pelo vice-presidente é a falta de praça e área de lazer para as crianças no bairro e nas escolas do bairro, tanto públicas quanto particulares. José Gilson alega que algumas escolas têm área externa e não abrem para fazer uma escola aberta e parque para as crianças. Além disso, afirma que a situação se agrava com o boicote de políticos na comunidade a outras ações que possam ganhar mais visibilidade que as suas. Dessa maneira as reivindicações frente ao poder público vão sendo dificultadas burocraticamente contra a AMNEIA já que esta não se envolve em políticas partidárias.

Você faz uma ofício aqui e leva na secretaria, “eu quero iluminação do bairro de Ilha Amarela” aí o Secretário liga pro vereador lá aí diz: o rapaz está pedindo aqui” aí o vereador diz “segura aí”. Quer ver um exemplo? Esse é um exemplo vivo que até hoje não chegou a segunda etapa do Banho de Luz da Ilha Amarela porque ele quer botar num momento político e dizendo pras pessoas que é ele quem está trazendo. Mas a solicitação está lá. Nós temos uma que saiu agora com emenda do Ministério da Cidade, seis logradouros para serem pavimentados aqui, mas o projeto já está lá desde 2005 (José Gilson).

O formato do sistema político partidário cujo foco de ações concentram-se entorno da disputa eleitoral atrapalha a luta política da população local para melhoria de suas condições de vida. As afirmações de Senhor José Gilson quanto a esse problema carregam alguma revolta, e com razão. Segundo ele a propaganda da prefeitura sobre o IPTU do cidadão transformado em obras na cidade não se cumpre na prática:

[...] além da gente pagar imposto para fazer obra a gente ainda vai ter que votar em pessoas para dar o poder a eles. É de pai para filho e de filho para pai, e fica naquele jogo de cintura que ninguém nasce no governo assim espontâneo de uma vontade popular, o povo é pressionado com um pouquinho de asfalto que chega aqui na comunidade (José Gilson).

Fazendo resistência à tentativa de domínio dos poderes constituídos a AMNEIA continua agindo e reivindicando os direitos sociais. Tem oferecido significativa contribuição para o desenvolvimento local e para a preservação do Parque Metropolitano de Pirajá. Desde o ano de 2000, o movimento de organização

da comunidade e de luta pelas políticas públicas para Ilha Amarela, demonstra com que objetivo veio a existir a AMNEIA. As práticas sócio-educativas têm em seu processo cotidiano e intrínseco, o papel da conscientização da cultura e a valorização do Parque Metropolitano de Pirajá. Isso se retrata na realização de caminhadas de conscientização com diversos grupos para dentro do parque, inclusive colégios de fora do bairro, como o Sartre e grupos de estrangeiros. A consciência da importância do parque um dia levou a batizarem a biblioteca da AMNEIA de Parque São Bartolomeu, porém isso não indica somente um nome, mas uma característica que acompanha todas as suas práticas sócio-educativas.

A interação viva com as matas, a militância perante o conselho da APA, fora as obrigações cumpridas da AMNEIA frente ao atendimento da comunidade em suas necessidades, estão sempre imersas num objetivo de formar novos militantes, de criar um diálogo entre as escolas e os jovens e a questão da importância do Parque Metropolitano de Pirajá.

4.3 O bairro de Pirajá, o parque e o Instituto Oyá: uma experiência de afirmação da identidade étnica

O Bairro de Pirajá, onde está localizado o Instituto Oyá, é margeado pela BR-324, situa-se a leste do Parque Metropolitano de Pirajá e possui uma população de 32.899 habitantes, 1,35% da população de Salvador e 1,28% dos domicílios da cidade. Divide-se em três localidades principais que são separadas por vales que escorrem suas águas diretamente para o parque (Pirajá Velha, Pirajá Nova e Conjunto Pirajá I). Dentro do bairro nas imediações da Br-324 e da Estrada Campinas de Pirajá, encontram-se garagens de empresas de ônibus, galpões atacadistas e lojas de autopeças.

A Estrada Campinas de Pirajá é uma via coletora, a principal do bairro, que dá acesso às suas localidades. Nela encontram-se mercados de pequeno e médio porte, lojas diversas de comércio e serviço e o centro histórico do bairro, onde estão a Igreja de São Bartolomeu, o Mausoleu de Labatut, e o cemitério. Ligadas à Estrada Campinas de Pirajá estão as vias coletoras Rua 8 de Novembro, Rua Elísio

Mesquita e Estrada de Plataforma que dão acesso às localidades Pirajá Velha, Pirajá Nova e Conjunto Pirajá I, respectivamente.

Distribuídas nessas localidades, o bairro de Pirajá conta com 4 escolas públicas (Escola Teodoro Sampaio, Escola Alexandrina dos Santos Pita, Escola Césare Casali e Creche Municipal de Educação Infantil Pirajá) e 4 organizações não-governamentais, uma de caráter recreativo desportivo, 2 associações de moradores e o Instituto Oyá, que situa-se no Conjunto Pirajá I.

O Conjunto Pirajá I (Figura 8), área planejada, lugar tranquilo de se morar, tem largas vias locais paralelas umas às outras, que separam seus quarteirões de casas. Apesar do uso predominantemente residencial, alguns pequenos comércios para abastecimento local ocupam o centro do conjunto. Em frente ao terminal de ônibus, no mesmo quarteirão, convivem o Batalhão da Polícia Militar, a Escola Césare Casale e a Escola-creche municipal. Ao norte do Conjunto Pirajá, através da Estrada de Plataforma há um acesso para a Estrada da Represa do Cobre, que atravessa o Parque Metropolitano de Pirajá, ligando Pirajá aos bairros de Ilha Amarela e Rio Sena, no Subúrbio Ferroviário.

O Instituto Oyá situa-se também ao norte do Conjunto Pirajá I, na Rua Mário Lago, numa área de acesso direto às matas do parque. Difícil identificar onde inicia e termina o parque e as casas. Algumas casas têm seus quintais voltados para as matas e inclusive alguns moradores tensionam a preservação da área verde, com focos de queimadas em tentativas de expansão de seus terrenos.

Ao entrar no Instituto Oyá percebe-se logo sua estrutura arquitetônica de terreiro de Candomblé²¹. Dentro da área encontra-se uma edificação residencial de Dona Santinha (a Mãe de Santo do terreiro) e sua família, logo em frente o barracão onde acontecem as festas rituais típicas. Ao lado do barracão uma edificação de dois andares com algumas salas e, no andar de cima, um espaço de ensaio, coberto por um telhado mas sem janelas, de onde se tem uma visão panorâmica do parque e também de queimadas e desmatamentos, intervenções invasivas feitas por moradores locais que praticamente já contornam a propriedade do terreiro.

Me recordo que já havia visitado Instituto Oyá no ano de 2002. Fui a uma reunião de mobilização social em defesa do Parque São Bartolomeu. Não houve a

²¹ Ilê Axé Oyá é o nome do terreiro de candomblé que sedia o Instituto Oyá

reunião porém pude conhecer a instituição e saber da existência da experiência de educação. Fiquei muito satisfeito em voltar em dezembro de 2010 durante a pesquisa e conhecer a prática sócio-educativa de perto, constatar sua continuidade e observar seus resultados. Nesta visita acompanhei uma linda festa de encerramento das atividades do ano. Fotografei a apresentação que envolvia dança, música, coreografias e interpretações teatrais, com a temática do Parque São Bartolomeu. As apresentações artísticas, resultado do trabalho do ano todo, foram elaboradas com a cooperação entre professores e alunos.

A entrevista se deu com a tranquilidade típica do Conjunto Pirajá I. Seu nome é Eder, mas é conhecido como Gordo, apelido de infância. Gordo demonstrou-se à vontade para responder as perguntas. Um fator que contribuiu bastante foi a proximidade de nossas faixas etárias. Ele tem 30 anos de idade como eu. Nasceu em São Paulo e veio pra Salvador com um ano e oito meses. Quando chegou aqui na cidade morou em Plataforma, mas ainda pequeno se mudou para Pirajá onde mora até hoje.

O entrevistado é solteiro e tem um filho de sete anos de idade. Tem o segundo grau completo e ao ser perguntado sobre sua profissão declarou que é Educador. Além disso, é um músico já renomado, mestre de bateria do Cortejo Afro²². Ambas as formações se deram em conjunto na sua vivência dentro dos trabalhos do Instituto Oyá desde 1998, quando entrou como aluno. Em 2001 passou a ser monitor, entre os anos de 2003 e 2004 passou a ser instrutor e em 2006, educador. Em geral sua renda mensal é de aproximadamente 600,00 reais adquiridas com o suor de dois trabalhos: como educador no Instituto Oyá e como músico num restaurante do Pelourinho. Hoje atualmente tem uma renda de aproximadamente 450,00 reais porque o restaurante em que tocava está temporariamente sem funcionar.

A junção dos conceitos de *desenvolvimento local* e de *sustentabilidade* aparece em resumo como uma reflexão sobre a necessidade de se incentivar as pessoas para evoluírem na sua escolaridade, uma preocupação com a auto-estima das pessoas. Para o entrevistado o desenvolvimento se atinge a partir de uma ação cotidiana com a comunidade, como uma expansão das práticas sócio-educativas. A influência da arte em sua vida começou cedo, ainda na sua adolescência

²² O Cortejo Afro é um bloco carnavalesco, criado em 2 de julho de 1998, a partir do desenvolvimento das aulas de percussão e formação de percussionistas profissionais no Instituto Oyá.

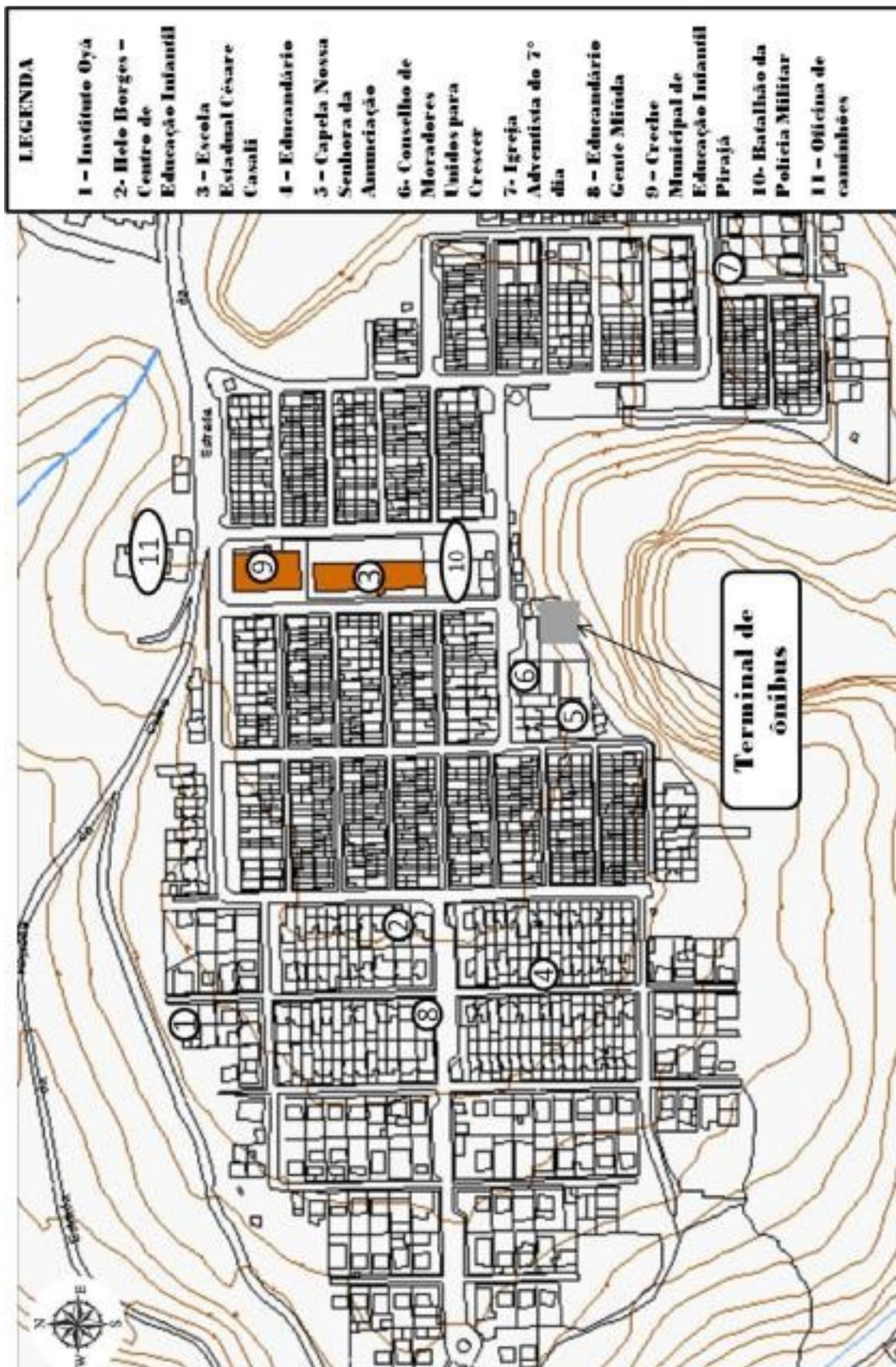


Figura 8 – Conjunto Pirajá I – Georreferenciamento

Elaboração própria a partir da base cartografia do Cd-Room da Lei de Ordenamento e Uso do Solo da Cidade de Salvador, 2004.

Quando eu comecei como aluno aí eu tinha 14 ou 15 anos, eu estava fazendo 15 anos. Aí eu bati o olho na percussão e caminhei, porque até antes eu fazia percussão. Aqui tinha um grupo chamado Swing Negro, que era um grupo percussivo, no mesmo estilo samba-reggae que a gente se reunia os meninos aqui. A gente vinha e tocava, mas era com latas, essas coisas. (Gordo)

Sua experiência histórica com a percussão contribuiu para sua formação de educador e na elaboração do formato pedagógico da sua prática sócio-educativa. Ele revelou que no seu ensino de iniciação musical percussiva há uma abordagem teórico-prática onde dialoga sobre a história da percussão e a importância dos instrumentos. Parece que sua formação artística é influenciada pelas características político-educativas do movimento musical *samba-reggae* que aparece também como uma influência nas práticas do Instituto Oyá:

Todos os instrumentos pra mim são sagrados, têm uma história. Então eu trabalho com a história da percussão e também com a prática. Desenvolvimento humano através da arte, que é a percussão. Trabalho primeiro com desenvolvimento humano, com a criatividade de todos pra depois a gente passar a perceber a importância da música, e quando a gente passar a praticar, ter outra visão. Não só aquela visão de tocar e pronto. Conhecer mesmo. É claro que é evidente que tem um, dois ou três meninos que a gente percebe que tem o dom, mas a intenção mesmo é conhecer a história da percussão através do projeto, através do que eu faço (Gordo).

Podemos compreender a profundidade da relação que o entrevistado faz entre a música e o desenvolvimento humano. Esta concepção também está em sua opinião sobre o conceito de *desenvolvimento local sustentável*, relacionado por ele à conservação do que já foi conquistado e ao crescimento da comunidade. Além disso em uma de suas respostas transparece a visão sobre a ação sócio-educativa onde o desenvolvimento local sustentável significa “sensibilizar e mobilizar a população que pode mais, crescer mais a comunidade”. Acrescenta ainda:

[...] a gente tem que ir num trabalho de formiga, mas todo o mundo junto em busca, incentivando, buscando através de projeto ou não, dentro das famílias e enfim, incentivando mesmo as pessoas. Não só porque eu trabalho no projeto que eu tenho que trabalhar só em cima daquelas pessoas que estão no projeto (Gordo).

A prática sócio-educativa oferecida à comunidade do Instituto Oyá não é colocada como o único meio para se atingir o objetivo almejado, porém naturalmente

o entrevistado ao associá-la como estratégia de ação no território tem como objetivo o desenvolvimento comunitário. Para ele o termo *desenvolvimento local* tem o significado relacionado à chegada de infra-estrutura e valorização sócio-espacial que presenciou ao longo dos anos no bairro de Pirajá. Citou como exemplo, oferta de transporte, asfalto, água encanada, escola, creche, farmácia e banco. Relacionou tudo isso a lutas e conquistas comunitárias, inclusive referenciando a contribuição do Instituto Oyá:

Então pra mim hoje, Pirajá está um bairro bem valorizado, definitivamente. Isso com bastantes lutas e o Instituto Oyá também tem uma parte disso. Quando o Instituto Oyá veio pra cá a comunidade também era bastante carente. Mas com o projeto, pessoas vindo mais, conhecendo mais, entendeu? Aí foi crescendo mais, junto com isso também. Mas antigamente Pirajá era bastante precário, de uma forma geral(Gordo).

A contribuição das práticas sócio-educativas desenvolvidas pelo Instituto Oyá desde a década de 1980 parece importante para a construção da sua identidade social e como referência na sua percepção multi-escalar do território, a de quem vê duas realidades se desenvolvendo no tempo, uma dentro da outra, o instituto Oyá dentro do bairro de Pirajá.

Na verdade, o entrevistado desenvolveu sua identidade profissional a partir de dois aspectos vocacionais, o de educador social e o de músico-percussionista, simultaneamente, porém ligados à sua vivência no parque, no bairro e no Instituto Oyá. Além disso, apesar de ser um músico conceituado, ao ser perguntado da sua profissão sequer citou *músico* ou *percussionista*.

Em relação ao significado pessoal de *sustentabilidade*, o entrevistado identifica a idéia de conservação cultural e ambiental, associados ao Parque São Bartolomeu como duas características da atuação do instituto. Depois foi mais além descrevendo o sentido social da ação do Instituto Oyá:

Eu vejo um coisa sustentável, sustentar algo, ser persistente no objetivo. No caso do parque, um projeto que sempre foi assim, correr atrás, sempre foi em busca disso, de um ideal, de conservar algo, além da cultura, mas também tem a parte ambiental que é o Parque São Bartolomeu. Não é simplesmente um projeto cultural, simplesmente voltado só pra cultura. Tem outras coisas também, sustentáveis ao redor que é a comunidade, a família, o caráter, a auto-estima das pessoas (Gordo).

Eu não havia perguntado até então nada sobre o parque, mas na fala do entrevistado apareceu espontaneamente. Mais do que isso, já fica claro o quanto a

experiência sócio-educativa do Instituto Oyá marcou sua vida e como ele associa sua ação ao conceito de *desenvolvimento local sustentável*. O entrevistado teve uma vivência profunda com o território, sendo o parque uma lembrança de infância:

Antes era um parque que a gente se divertia bastante, que era um parque mesmo. Era a diversão da gente aqui, era a única diversão que a gente tinha era o Parque São Bartolomeu. A gente descia aí tomava banho de rio. Tinha no Parque São Bartolomeu antigamente camarão, tinha mangue, tinha tudo isso. A tarde toda a gente ficava aí brincando no mato, não tinha nenhum tipo de perigo (Gordo).

O parque é encarado como um importante patrimônio local que sempre fez parte da comunidade de Pirajá. Seu discurso carrega um sentimento de perda desse patrimônio que ele e outras pessoas já não podem mais usufruir por conta dos problemas sócio-ambientais por quais passa o parque:

Hoje em dia o parque não é mais assim. As águas são poluídas, as árvores as pessoas estão derrubando pra fazer construções. Não podemos mais ficar no Parque São Bartolomeu hoje, eu digo as crianças de hoje em dia, como a gente teve essa oportunidade de encontrar o parque mais limpo, menos poluído (Gordo).

Houve épocas em que a comunidade de Pirajá podia desfrutar mais dos recursos naturais do parque, porém inúmeros fatores contribuíram para sua degradação. Um crescimento urbano desigual e o descaso do poder público para atender a demandas sócio-ambientais geraram um modo de ocupação do território prejudicial ao PMP. Movimentos sócio-educativos organizados como a SPM, o MCPS, a AMNEIA e o Instituto Oyá, já estavam zelando pelo parque, conscientizando a população e denunciando agressões ambientais.

Esse sentimento de perda seria considerado pelo entrevistado como o fim de uma potencialidade sócio-educativa para as novas gerações. Apesar de não ter abordado diretamente esse aspecto, parece que a formação de sua identidade local de educador social está imbricada às lembranças de como o parque serviu à comunidade. Há ainda esperança que suscita uma identificação territorial do entrevistado, um sonho de que possa novamente vir a ter significado para a população:

Então o Parque São Bartolomeu ajudou bastante e pode vir ajudar de novo porque quando a gente não tinha água aqui ia no Parque São Bartolomeu. Descia pegava água do rio, pegava água da cachoeira, quer dizer pra cozinhar, pra fazer tudo. Tudo isso eu consegui pegar aqui em Pirajá. Por

isso que eu gosto muito de Pirajá, sou muito comunidade, eu gosto mesmo muito daqui porque fez parte, faz parte da minha vida, particularmente falando, da minha família, todos os meus familiares. Hoje vive eu e minha mãe, mas todos os familiares moramos aqui (Gordo).

Por isso o entrevistado diz que a comunidade tem “culpa também, entre aspas” fazendo a ressalva de que essa culpa é pela passividade da “comunidade toda” que assistiu à degradação e “deixou as coisas muito soltas”. Seu pertencimento é forte e sempre quando tece essa crítica à comunidade fala na 1ª pessoa, se incluindo como parte dela, com se já não tivesse se mobilizado e participado de mobilizações:

[...] a gente fazia caminhadas, fazia protestos, levava propostas boas pra câmara de vereadores, mas nunca teve um retorno. [...] Então não é só uma pessoa lutando, um projeto só lutando. Tem que se unir mesmo pra ver se pega o parque e volta a ver o parque como antigamente (Gordo).

As críticas ao imobilismo da comunidade são feitas pelo entrevistado enquanto participante de movimentos em prol do parque que não obtiveram respostas dos poderes públicos e acabou por não conseguir um crescente apoio da sociedade para pressionar o descaso político. É curioso constatar como o entrevistado se coloca como parte integrante tanto do grupo que se mobilizou quanto da comunidade que não se manifestou. Isso dá a entender que se inclui no rol dos “culpados” porque efetivamente não houve continuidade nas mobilizações.

Quando diz que não basta “um projeto só lutando” está se referindo a fato de que o Instituto Oyá acabou se tornando um grupo isolado, que perdeu forças na medida em que não houve conquistas efetivas. O fundamental dessa realidade é que o entrevistado hoje ainda acredita na possibilidade de uma união da comunidade para a revitalização do parque, considerado para ele um patrimônio de suma importância para o desenvolvimento local sustentável.

A opinião do entrevistado quanto à importância do parque tem como base sua memória enquanto habitante do bairro de Pirajá há mais de 20 anos. Porém demonstrou um conhecimento muito bem articulado adotando parâmetros empíricos e teóricos de quatro aspectos perguntados (ambiental, histórico, cultural e econômico). A questão ambiental foi abordada a partir da observação do entrevistado sobre a realidade das áreas verdes de Salvador:

[...] é a única Mata Atlântica que eu vejo que ainda está atualmente em pé, porque as outras estão todas derrubadas, até por enquanto, porque tem pessoas invadindo e tomando(Gordo).

Quanto ao aspecto histórico da importância do parque o entrevistado citou a guerra da independência da Bahia como “uma tradição bastante conhecida” e a vida dos Índios Tupinambá que “usufruíam bastante dessa mata, como a gente também”. A referência histórica sobre a vida indígena no mesmo território em que vive desde a infância parece refletir a vivência ambiental da cultural. Esse tem sido a principal contribuição das práticas sócio-educativas do Instituto Oyá perceptível na sua abordagem da questão dos cultos do candomblé e dos respectivos impasses ambientais relacionados.

Os cultos de Candomblé eram feitos na mata, a partir daí o Instituto Oyá passou a conscientizar os terreiros de Candomblé que existem ao redor para que as oferendas não viessem a prejudicar o equilíbrio ecológico. O entrevistado relatou que houve diálogos educativos sobre formas de se fazer oferendas de uma maneira que não venham a prejudicar o meio-ambiente.

Então a idéia de conscientizar as pessoas do candomblé para preservar o meio-ambiente mostra um esforço para adequar dois aspectos do parque, o cultural e o ambiental, em uma única prática sustentável. O entrevistado se refere à falta de consciência ambiental quando se coloca em oferendas materiais não-perecíveis como sacos plásticos, vela ou champanhe e não se tem o cuidado de voltar para recolher isso depois.

A maneira como o entrevistado discute a questão demonstra sua identidade engajada ao universo do candomblé. Não faz isso como um integrante da religião, mesmo porque não o é, mas como um educador social, integrante do território do parque e que compreende a ligação existencial intrínseca entre o parque e os cultos afros. Ele tem uma relação de pertencimento com essa cultura e um conhecimento adquirido na vivência das práticas sócio-educativas dentro de um terreiro, o Ilê Axé Oyá, e do Instituto Oyá.

O entrevistado assinala também que há a necessidade do fortalecimento das práticas sócio-educativas como uma ação que não se limita aos muros do Instituto Oyá já que para ele “cultural é conscientizar mesmo as escolas próximas”. Essa ação foi colocada como uma conquista do instituto que “conseguiu isso, de falar

mais sobre o Parque São Bartolomeu”. Há uma história de prática sócio-educativa que ele participou em prol do parque:

A história do Brasil está aí. Está junto conosco, então tem pessoas que não conhecem e se pergunta: “o que significa Pirajá?” Os alunos desses não sabem a história do Parque São Bartolomeu. Por que é importante o Parque São Bartolomeu? Quem viveu? Porque guerra do Labatuf? O que significa guerra do Labatuf? Tudo isso a gente buscou dentro do projeto, conscientizar os meninos e hoje em dia teve o retorno, que as escolas, essa daqui mesmo que a gente conhece, a escola Césare Casali, de mês em mês faz uma feira cultural. Faz uma feira com os meninos falando sobre o parque, falando sobre a cultura afro, a cultura de uma forma geral.

Não é através de manifestações e passeatas que o Instituto Oyá vem agindo em prol do parque. Porém mesmo atuando na conscientização, através das práticas sócio-educativas como principal estratégia, o parque continua sendo desmatado e poluído. Segundo o entrevistado há muitos anos atrás as pessoas viviam economicamente da pesca na Represa do Cobre, mas hoje em dia afirma que não “porque pelas águas poluídas o pessoal já tem medo disso”. O parque ainda ajuda segundo o entrevistado, na economia de algumas famílias que colhem frutas como jaca e manga para vender na comunidade.

O entrevistado sonha num parque que poderia dar outros rendimentos econômicos movimentando emprego. Ele se inspira sempre que passa pelo Dique do Tororó e vê seu funcionamento e utilização pela população. Acredita que se houver realmente investimentos no PMP toda a cidade de Salvador estará ganhando um patrimônio. Lembra ainda que no passado queriam “privatizar o Parque São Bartolomeu” e foram as lutas comunitárias que não permitiram a transformação dele em um empreendimento turístico “tipo Costa do Sauípe, que as pessoas têm que pagar pra entrar e uma diária é quase quatro mil”.

A utilização para fins privados da coisa pública é muito bem compreendida no pensamento do entrevistado que apresenta uma visão crítica aguçada das potencialidades não aproveitadas pela população. Baseia-se na observação da realidade baiana e soteropolitana:

Eu vejo futuramente uma economia não só pra comunidade daqui, mas se tornaria um ponto turístico muito bonito. Ia ganhar todo o mundo, não só o Centro Histórico, que também tem história. Pelourinho tem história, mas aqui também tem. Em outros lugares também tem. Aliás, todo Salvador, se você for em cada canto de Salvador tem uma história. Então por que não conservar essa história? Porque aí ganharia todo o mundo, é o meu pensamento (Gordo).

Ao falar da importância econômica do PMP, o entrevistado relaciona suas potencialidades contextualizando com a realidade da cidade. Neste momento, podemos entender realmente sua visão sobre um projeto de desenvolvimento local sustentável. Seria justamente a articulação entre a educação para conscientizar a população, os movimentos sociais para reivindicar a recuperação ambiental e a vontade política para implementar um projeto de aproveitamento econômico e geração de renda utilizando as múltiplas potencialidades do parque.

O entrevistado acha que “se não tiver uma providência rápida não vai ter essa Mata Atlântica que a gente vê aí, próximo à gente, no ar puro que a gente vive.” Na sua opinião os principais problemas que assolam o parque é a violência e a poluição, sendo a primeira considerada a mais grave:

O Parque São Bartolomeu se tornou um local de refúgio pra...vamos dizer assim até marginais. Ficou um local muito violento, um local que até mesmo os policiais não têm muito acesso. Tráfico de drogas tem bastante em Pirajá, dentro do Parque São Bartolomeu também existe isso (Gordo).

A poluição por sua vez acarreta em um problema de saúde pública associado à condição de miséria a que se encontram algumas famílias que vivem ainda hoje dos recursos do parque. Segundo ele, hoje em dia não se pode mais usufruir da água “mas existe gente, pessoas que vivem dentro do Parque São Bartolomeu que bebe da água ainda, que não tem pra onde correr, que pesca ainda e come desse mesmo peixe”.

Sensibilizado com essa questão social o entrevistado pensa que a solução para esse problemas é retomar as mobilizações, “voltar a fazer caminhadas, voltar a protestar, falar mais”. Há uma prontidão de sua parte para se mobilizar entorno da questão, que está baseada nas suas memórias de lutas passadas desenvolvidas pelo Instituto Oyá.

Ao mesmo tempo lembra com saudosismo as mobilizações que hoje não estão mais no foco da instituição, também percebe a importância das práticas sócio-educativas no Instituto Oyá e a respectiva contribuição para a busca de soluções para os problemas de insustentabilidade do parque.

A opinião exposta pelo entrevistado é uma consequência da sua formação, gerada pelas práticas sócio-educativas que envolviam no passado tanto as aulas do Instituto Oyá quanto mobilizações da comunidade e das escolas em prol do parque.

Ao ser perguntado de que forma o Instituto Oyá vem contribuindo para a causa do parque o entrevistado confirmou que há um trabalho feito “constantemente, durante o ano todo”, porém acha que o que se faz ainda é pouco em relação ao que foi feito no passado:

A gente convidava repórteres de todas as emissoras. A gente fazia uma mobilização. Não só de Pirajá, mas de toda a comunidade que vive ao redor do parque e trazia pra vir aqui no parque, e lá tinha atividades. As nossas atividades que a gente fazia do Instituto Oyá a gente colocava na rua, mas dentro do parque, na praça que existe lá que está abandonada no parque (Gordo).

Seu pensamento é de que deveria voltar a fazer as caminhadas que eram realizadas todo mês de setembro e chamar a atenção da mídia. Apesar de colocar que há necessidade de uma ação mais direta para exigir uma intervenção física de revitalização do parque e mesmo achando que a solução passa pela mobilização da sociedade civil, em nenhum momento isso se desconecta de sua visão da educação como uma estratégia fundamental. Sempre está falando em “conscientizar as pessoas” como um imperativo de solução urgente para recuperar o parque. É imprescindível observar como esta concepção está muito relacionada, na análise do entrevistado, a uma necessidade de re-territorialização como resposta a uma sensação de des-territorialização:

A gente descia aí, a gente visitava. A gente fazia tudo aí dentro do parque. Hoje em dia a gente perdeu isso. A gente vai ter que conscientizar as pessoas, principalmente quem está chegando agora, pra conservar isso porque lá na frente a gente não sabe como é que vai ser. Não sabe...a gente teve a oportunidade de usufruir mas as pessoas que estão crescendo, eu falo as crianças e adolescentes que não sabem tanto a importância de conservar isso (Gordo).

Há nesta fala a vontade de fortalecer ainda mais as práticas sócio-educativas e uma preocupação em proporcionar à nova geração uma consciência ecológica o mais próxima possível da sua. Fica evidente que a experiência direta de interação com a natureza como a que teve quando criança fortalece sua opinião sobre a importância do parque. A relação que o entrevistado teve não pode ser superada dadas as faltas de condições para as crianças e adolescentes de hoje em dia poderem presenciar a dinâmica da floresta.

Há o desejo de transmitir à sociedade os trabalhos feitos dentro do Instituto Oyá começando por levar para as escolas de maneira mais sistemática os resultados e sensibilizar as diretoras com isso. Sua utopia em relação às

possibilidades de ação sócio-educativa nos bairros do entorno do parque são fundamentadas em algumas experiências de intercâmbio bem sucedidas, em que “algumas escolas até que nem sabiam de muita coisa do parque e passaram a descobrir depois do projeto do Instituto Oyá”.

Mais do que isso o entrevistado pensa também que uma gestão social voltada para o desenvolvimento sustentável deve ser feita através da união entre os terreiros de candomblé e os projetos sociais que vivem ao redor do parque. Sua proposta tem profundidade e análise crítica quanto à tendência contemporânea de individualizar a ação:

Não é cada um fazer a sua parte. “ah eu faço minha parte, eu não dou mole e tal”. Mas se unir e fazer planejamentos, se planejar, fazer planejamento, até mesmo um projeto. Mas eu creio que planejamento é ideal, voltado pro parque podemos fazer e daí por diante isso crescer. Mas só vai crescer quando todos se abraçarem mesmo, de verdade em ter uma conscientização voltada pro Parque São Bartolomeu (Gordo).

Dessa maneira a união e o planejamento devem estar voltados para uma conscientização das pessoas. O modelo de gestão proposto pelo entrevistado teria como objetivo central uma prática sócio-educativa voltada para o parque, como pudemos ver. Sua inspiração se origina da sua prática cotidiana. Essa entrevista foi realizada justamente no ano em que a temática do Instituto Oyá foi sobre o parque e mais uma vez ele citou a apresentação final, explicando que foi realizada de maneira participativa, com idéias criadas pelos próprios alunos.

Nessa apresentação foram realizadas atividades com esta temática onde os alunos foram encorajados a pesquisar sobre o parque e depois a utilizar as oficinas práticas para a construção do espetáculo. Tudo com ajuda dos professores que também davam idéias, e forneciam as orientações necessárias para a produção.

O entrevistado relatou que havia sempre momentos em que parava sua aula para conversar sobre o parque. Explica que através da percussão pode-se trabalhar naturalmente a história do parque e a história do Brasil. Relatou um diálogo que teve numa dessas aulas em que perguntou para os alunos “o que é que você acha que a percussão pode fazer pra sensibilizar e fortalecer pro parque ser reconhecido?”. Um dos alunos respondeu “podemos tocar, descer tocando aí e chamar a atenção das pessoas”.

Utiliza como metodologia de ensino as brincadeiras através da prática percussiva para passar as teorias das escolas de música e reforçar o aprendizado das crianças. Sua forma de ensinar é influenciada pelo que aprendeu no Núcleo de

Percussão da UFBA. Partindo desses conhecimentos construiu uma metodologia diferenciada pras crianças de oito a dez anos, criando uma maneira de alfabetização percussiva onde o aprendizado da partitura musical e do alfabeto se confundem numa única prática sócio-educativa:

[...] que eles venham brincar com isso, mas lá na frente eles vão perceber que é uma brincadeira séria, que vai servir pra eles, então a metodologia dentro da percussão é essa. [...] Mas a minha aula é voltado mais natural, a coisa mais natural do que aquela coisa rígida que é a percussão. Que as pessoas acham que a percussão é (Gordo).

Sua genialidade é baseada na trama sócio-educativa em que está envolvido: viver da percussão, tocando e multiplicando esses conhecimentos através de outras crianças que encontram essa oportunidade no Instituto Oyá, como ele um dia encontrou. Seus motivos crescem com a possibilidade de fazer algo pelo patrimônio natural que tanto marcou sua infância. O caráter de educador social do entrevistado é decorrência de uma estratégia que se gradua no tempo. Mesmo não sendo da religião do candomblé compreende como compõe a cultura que envolve sua formação identitária e contribui para a luta contra a intolerância religiosa na metodologia da organização que faz parte:

[...] a gente não trabalha com religião. A gente conserva, conscientiza, mostra a importância de cada uma, que pode servir, mas sem entrar naquela coisa religiosa que a gente sabe que é uma coisa mais complexa, porque a gente tem pessoas, os alunos mesmo de nosso projeto tem evangélico, tem católico... (Gordo).

A posição notável que o terreiro Ilê Axé Oyá atingiu em seu território pela importância do serviço de educação que oferece através do Instituto Oyá vem trazendo em primeiro lugar uma vasta contribuição para a sobrevivência de sua identidade religiosa. O sucesso contra a intolerância está na história do entrevistado, que hoje contribui com as estratégias de afirmação da identidade cultural do povo negro:

Há muito tempo atrás quando começou o projeto era uma polêmica danada, sofremos bastante, posso dizer sofremos, porque eu fui fundador do projeto e eu via os meninos querendo participar e algumas pessoas achando que era voltado mais pro lado religioso, que era voltado mais pro candomblé. [...] a gente conseguiu, ainda não como a gente queria, mas conseguiu quebrar um tabu sobre isso mostrando a importância do projeto, o que é o projeto. O projeto não é voltado pra religião nenhuma. É conscientização (Gordo).

Há uma forte diferença entre participar dos rituais sagrados do candomblé e expressar-se artisticamente através da cultura negra reconhecendo sua contribuição para a história da sociedade brasileira, mais especificamente baiana. No Instituto Oyá há um contato com esta cultura em que o entrevistado, um estudioso da arte da percussão, inevitavelmente pesquisa os toques da percussão, inclusive os do candomblé. Dentro do processo criativo para a criação do espetáculo final de 2010, com temática do Parque São Bartolomeu, uma das crianças procurou saber de um desses ritmos:

Outro dia teve até um menino, que disse “ah tem um ritmo que fala das matas” e realmente tem o Oxossi, protetor da mata. Eu ouvi uma história uma vez que Oxossi é um orixá que protege as matas, então tem haver. “Eu não conheço esse ritmo”, aí eu mostrei para ele que ritmo é que é o Agueré (Gordo).

No dia da apresentação me recordo que houve um momento em que um menino entrou vestido com roupas características fazendo movimentos corporais que me lembraram as danças afros. Uma música tribal africana soava nos tambores tocados por outras crianças, ao comando do entrevistado. Ele me lembrou durante a entrevista: “não sei se você percebeu que teve um menino que entrou, você assistiu, entrou vestido, ele ali está representando o protetor das matas”. O entrevistado é efetivamente empolgado com a possibilidade da participação das crianças no processo sócio-educativo. Segundo seus relatos “o menino veio com uma idéia que não existia até então” que foi colocada no espetáculo. O ritmo da dança e do toque percussivo eram o aguerê, do protetor das matas. Sua empolgação é ainda maior na relação que há e entre a cultura e a preservação da natureza.

Então a intenção da gente é dar continuidade a esse trabalho. Eu estava até conversando com Nívia, com Glauber e outros professores pra quando voltarmos de novo o projeto a gente dar continuidade, crescer, fortalecer isso pra que lá na frente a coisa se torne mais forte, pras pessoas conhecerem. Não tem nada disso. A intenção da gente é essa, é se unir mesmo e abraçar isso de imediato (Gordo).

No começo do ano até o mês de março são realizadas aulas abertas, mais voltadas para o Cortejo Afro. É o momento em que os alunos têm a oportunidade de encontrar-se com profissionais já formados, interagirem e participarem dos ensaios preparatórios para o carnaval. Além disso, existe uma vez por semana a aula aberta pra o público, realizada num campo de futebol onde são praticadas perante a população de Pirajá alguns exercícios das aulas de percussão. Com os alunos do Instituto Oyá, sempre no segundo semestre do ano, uma vez por mês é realizada

uma aula aberta, mas a amostra maior é na época do carnaval com o chamado “bandão” do Cortejo Afro, com ensaios na rua:

A comunidade toda faz tipo um arrastão, mas já é voltado para o ensaio do carnaval, treinamento. Então já é uma amostra maior e as pessoas já estão até mais acostumadas. No começo as pessoas achavam estranho, muita zuada. Hoje em dia as pessoas saem, levam seus filhos, caminham junto, apreciam, tiram fotos, então é muito bacana (Gordo).

Houve um projeto idealizado pelo entrevistado junto com outro professor do Instituto Oyá, cujo objetivo é conscientizar através da música. Nomeado de *Musical Parque* envolveria um festival de música ao vivo dentro do Parque São Bartolomeu voltado pra conscientização ambiental e da importância do parque. Segundo ele, não foi possível realizar este projeto como foi sonhado até hoje por conta da ausência de estrutura no parque. É uma idéia que está no papel e que se pretende fazer futuramente, começando pelo Conjunto Pirajá I, iniciando com os pais dentro do instituto e depois expandir o festival para Pirajá e Subúrbio.

Antes de se institucionalizar enquanto organização não-governamental sem fins lucrativos e ganhar o título de “Instituto”, no ano 2000, as práticas sócio-educativas já aconteciam no local do Terreiro Ilê Axe Oyá desde a década de 1980. Segundo Nívia Santana, coordenadora pedagógica, a idéia de construção dessa organização veio de Mãe Santinha que é a lalorixá do Terreiro Ilê Axé Oyá.

Ela conta que desde nova Mãe Santinha tinha um sonho e que já os concretizava desde a adolescência quando ajudava na formação e na alfabetização de crianças e adultos. Depois que ganhou o cargo de lalorixá isso foi se fortalecendo ainda mais, por conta dessa relação do candomblé com a comunidade. No bairro de São Caetano onde morava, tinha um terreiro e uma escolinha onde dava aula para os meninos dos Alagados. Depois conheceu Pirajá, onde foi construído o Ilê Axé Oyá no espaço do terreiro e da casa que ela reside até hoje, e a partir daí com a colaboração dos filhos, foi construindo esse sonho.

A relação do terreiro com as matas é uma relação típica do povo de candomblé, que considera o parque como um local sagrado para suas práticas religiosas. Na década de 1990 Mãe Santinha já se queixava do risco que corria quando descia nas matas para realizar suas atividades sagradas do candomblé e

encontrava jovens armados formando uma nova geração do crime que já não tinham o mesmo respeito que as gerações antigas.

A institucionalização do Instituto Oyá aconteceu por uma necessidade de fortalecer a ação iniciada por Mãe Santinha, por conta da crescente violência no bairro, muito ligada ao tráfico de drogas dentro do parque. No início eram atividades avulsas realizadas por convidados que passavam de um a três meses fazendo oficinas dentro do espaço do terreiro, até que essas atividades foram ganhando visibilidade e se propagando até a formalização da Instituição, como relata Gláuber, Secretário do Instituto Oyá:

O Instituto Oyá surgiu, foi mais uma necessidade de criar um espaço pra aproximar as suas crianças e adolescentes da época da fundação da instituição. Naquele tempo Pirajá era conhecido como o bairro mais perigoso de Salvador e Região Metropolitana. Aí vendo isso a antiga direção percebeu a captação que o tráfico de drogas estava fazendo, então estava se alastrando, então, pensaram: “vamos fazer atividades sócio-educativas pra aproximar esse meninos, convidar eles”. Então tanto que logo no início as atividades aconteciam com professores convidados (Gláuber).

Hoje o Instituto Oyá trabalha com 42 alunos matriculados, da faixa etária de 8 a 17 anos que estudam da primeira série ao terceiro ano do segundo grau. Quando se faz 18 anos o adolescente tem a possibilidade de se profissionalizar se integrando aos projetos independentes do Instituto, o Cortejo Afro e o Balé. Glauber Machado, atual Secretário do Instituto Oyá, relata que independente da escolaridade é comum se atender crianças que não sabem nem ler.

Setenta por cento dos alunos são moradores das redondezas do Conjunto Pirajá I que estudam em colégio público, e que, segundo Machado, se dividem em dois tipos de público:

...tem aquele público que estuda em colégio público, mas tem dois públicos de colégio público. Aquele público que tem os pais que recebem dois, três salários e aquele público que a gente percebe a carência, que o pai recebe um salário, ou então um salário e meio (Gláuber).

Porém o público alvo é variado, há alunos que estudam em colégios particulares do próprio bairro cuja mensalidade é de aproximadamente 120,00 a 150,00 reais e também casos bem específicos, em menor número, de crianças que estudam em colégios particulares maiores, mais bem conhecidos, do centro da

cidade, como tem uma aluna que já participou das atividades que estudava no Salesiano.

Atualmente os recursos vêm de um parceiro que é o Instituto Ayrton Senna que financia o Instituto Oyá. Apesar de ser o principal parceiro o Instituto Oyá busca novas parcerias através de aproximação da comunidade empresarial entorno do Instituto, buscando aumentar o leque de atuação, aumentar e oferecer uma estrutura melhor aos alunos e até mesmo contratar novos profissionais.

O Instituto trabalha com oito educadores, quatro com escolaridade em nível superior e quatro com nível médio, divididos nos eixos de dança, de música, que é percussão e violão, e jornalismo digital (informática) que é atrelado ao acompanhamento escolar, chamado hoje de Extensão Acadêmica em substituição ao antigo termo Reforço Escolar. O Instituto Oyá trabalha com a formação de jovens através da arte-educação, buscando a profissionalização, como diz Machado:

Enfim o objetivo hoje do Instituto Oyá, digo assim, geral, é ter um espaço múltiplo de conhecimento e desse espaço múltiplo a gente visualizar oportunidades de inserção profissional pra esses jovens. A gente entra muito naquela questão do mercado, de estar direcionando esses meninos. Hoje tem essa necessidade. Trabalha com arte, a gente já parte do pressuposto que a arte não é valorizada no Brasil como deveria ser, então a gente tem que dizer que a gente trabalha com arte e que a gente tem que profissionalizar esses meninos, pra futuramente eles atuarem com arte ou então seja uma segunda profissão dele. A gente incentiva que eles procurem novos caminhos. Provocar eles pra que possam abrir a visão deles de mundo (Glauber).

A metodologia geral do instituto é uma construção cotidiana, participativa, que contribua para um processo de empoderamento do aluno. Utiliza-se a arte-educação como afirmação da identidade cultural, do estudo africano, dos ensinamentos e dos saberes, da cultura africana e da oralidade. Segundo Nívia Santana o Instituto Oyá trabalha com a metodologia da liberdade:

Eu acho que a chave do nosso sucesso é aqui, é como eu digo a pedagogia, é a metodologia da liberdade. Do professor se sentir livre pra passar o conhecimento dele e aprender, porque o professor que vem e sabe que ele vai aprender com o aluno, a metodologia melhor é essa da troca, a do conhecimento (Nívia).

Há uma influência de formações em estudos de Paulo Freire que surgiu a partir do intercâmbio com o Projeto Axé. Há também a busca para usar o conhecimento acadêmico de autores como Roger Bastides e Gilberto Freyre para fomentar estudos entre os professores sobre temas como a questão da religiosidade e da intolerância religiosa. A partir da abordagem de autores do mundo acadêmico a metodologia é construída na prática em conjunto com os alunos. Um exemplo disso foi o trabalho final do ano de 2010, com a temática do Parque São Bartolomeu, que envolveu todos os professores trabalhando conectados durante o ano todo preparando os alunos e criando junto com eles.

O Instituto Ayrton Senna dá um apoio técnico e uma formação aos educadores que contribui para a concepção de um plano anual desenvolvido a partir das práticas cotidianas e das respectivas demandas. O projeto do Instituto Oyá tem o nome “Comunidade dos Sentidos” dentro do Instituto Ayrton Senna que trabalha com os alunos o sentimento de pertencimento dentro da comunidade para requalificar sua interação com toda a sociedade a partir de uma temática anual estabelecida a partir de uma demanda local.

Nos anos de 2000 a 2008, o Instituto Oyá passava, segundo Machado, pelo primeiro ciclo, cujo projeto era a Extensão Cultural de Pirajá. A partir de 2009 está se implantando o projeto Educação de Poder. O projeto foi reestruturado para atender a o programa Educação pela Arte do Instituto Ayrton Senna. O objetivo desse programa passa por qualificar a educação complementar à escola, contribuindo para despertar em crianças e jovens habilidades relacionadas à sensibilidade, à percepção e à criatividade. Preparar educadores para transformar potenciais em competências trabalhando três aspectos do ensino de arte: fazer arte, aprender arte e multiculturalismo²³. Dentro desta proposta o Instituto Oyá, como parceiro executor do Instituto Ayrton Senna, trabalhando seu projeto específico conectado às necessidades locais.

O Instituto Oyá já participou de muitas redes de multiplicação e parcerias envolvendo órgãos da Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia e Organizações Não-governamentais como o Projeto Axé e o Ilê Ayê. O Oyá participou do Movimento de Intercâmbio Cultural (MIAC) coordenado pelo Centro de Referência Integral do Adolescente (CRIA), esteve em contato com organizações

²³ Informações disponíveis em <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>

dos bairros de Plataforma, Alto do Cabrito, Santa Terezinha. Essas parcerias aconteceram nos tempos áureos das mobilizações que o Instituto Oyá promovia sobre o Parque São Bartolomeu. Hoje a instituição pretende retomar os contatos e reassumir seu lugar numa rede de mobilização. Hoje continua a parceria com o Projeto Axé e estão sendo retomados contatos com o Fórum de Entidades do Subúrbio. Segundo Nívia Santana, esse ano será um divisor de águas, de retomar algumas ações e também alguns parceiros.

A intolerância religiosa sempre foi um dos principais problemas para o desenvolvimento do trabalho do Instituto Oyá. A resistência de alguns moradores da comunidade de Pirajá, até mesmo vizinhos, e a difamação do terreiro. Nívia relata que já houve criança que chegou para participar das oficinas oferecidas pelo Instituto Oyá que acreditava que dentro de terreiros de Candomblé se matam pessoas. Na segunda semana após ter iniciado as oficinas esta mesma criança chegou a chorar na hora de ir para casa, porque não queria ir embora.

A dificuldade em trabalhar com a escola local tem sido também a de desenvolver as práticas sócio-educativas no território de Pirajá. Segundo Nívia Santana algumas parcerias já foram realizadas com a Escola Estadual Césare Casali que sempre convida o Instituto Oyá no dia 20 de novembro, para a realização de palestras sobre o a Consciência Negra. Porém algumas tentativas de aprofundamento dessa parceria foram frustradas pela falta de vontade ou preconceito de gestores e professores da escola. Nívia relatou que no ano de 2010 articulou uma atividade sobre a data histórica do dia 2 de Julho onde foram convidadas as escolas para que seus alunos pudessem conhecer o Instituto Oyá, e participarem de uma palestra realizada pelo Professor Ubiratan Castro e realizar também um trabalho proposto pelo Instituto Oyá a partir da arte-educação. A escola só compareceu com alguns alunos porque Nívia foi à escola buscá-los.

Ainda continua a violência no bairro, mas o Instituto Oyá vem contribuindo para a mudança desse referencial de violência através de sua práticas sócio-educativas, no período do carnaval, é comum ouvir falar do Cortejo Afro do bairro de Pirajá, de Mãe Santinha de Pirajá. Segundo Nívia Santana a oportunidade de profissionalização baseada numa metodologia de afirmação da identidade cultural tem contribuído muito para o desenvolvimento local. Hoje é comum conhecer ex-alunos do instituto Oyá, cursando a universidade.

Está na história do Instituto Oyá, de maneira marcante, as mobilizações, caminhadas, debates, palestras e intervenções nas escolas relacionadas ao Parque São Bartolomeu. As caminhadas com percussionistas do Cortejo Afro, alunos das escolas próximas chegavam a juntar entre 300 a 500 pessoas que atravessavam o Parque São Bartolomeu. Segundo Machado:

Vou dizer a você assim minha opinião é que o Instituto Oyá, quando foi formalizado, ele tinha um trabalho de mobilizador, porque ele mobilizava vários atores locais. Eram as escolas, eram as comunidades, os centros comunitários, pessoas de certa influência no bairro e mobilizava entorno da questão do parque, das atividades, participava das atividades, participava de fóruns, seminários. Chegou em 2007, o Instituto Oyá foi sede de um fórum sobre a questão do parque quando foi criado um documento do Parque São Bartolomeu, o Memorial de Pirajá²⁴ (Glauber).

Apesar de atualmente o Oyá não realizar mais o mesmo tipo de mobilização de antigamente, como as passeatas até o parque, a questão ambiental está mais atrelada às práticas educativas desenvolvidas, de maneira que a preservação da cultura a que se propõe, está inevitavelmente associada à salvaguarda da natureza. A contextualização do parque está implícita como parte do processo educativo cotidiano. A preocupação em estar criando multiplicadores de consciência sobre o parque é visível na intenção em aproximar os educandos a essa realidade.

²⁴ O Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu desenvolveu, entre 1996 e 2000 um programa que teve como objetivo principal contribuir, por meio da educação ambiental e mobilização social, para a preservação e gestão participativa do Parque São Bartolomeu/Pirajá. Desenvolveu atividades de capacitação continuada de professores da rede pública do entorno do parque; o incentivo ao protagonismo jovem e a mobilização social para proteção do Parque São Bartolomeu e Parque metropolitano de Pirajá. Teve como parceiros: CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Educação; Fundação Odebrecht, UNESCO, Fundação Clemente Mariani e Prefeitura Municipal de Salvador. Fonte: http://www.ceasb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=204

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada investigou as práticas sócio-educativas presentes no território do Parque Metropolitano de Pirajá com o intuito de conhecer quais suas estratégias de desenvolvimento local sustentável enquanto contribuições para uma luta de revitalização e preservação deste importante patrimônio socioambiental do Município de Salvador.

Foi realizada uma abordagem metodológica pluridisciplinar em que se consideraram dados quantitativos e qualitativos. O engajamento do pesquisador delineou um caráter de pesquisa-ação a partir da perspectiva epistemológica do Urbanismo Participativo e da relação entre a educação e o território na construção de estratégias de desenvolvimento local sustentável. As práticas sócio-educativas foram consideradas nesta pesquisa como potencialidades para o estímulo à participação popular e para a formação de uma rede social em prol do Parque Metropolitano de Pirajá.

Após um reconhecimento geral do território do Parque Metropolitano de Pirajá foram escolhidos os bairros de São João do Cabrito, Ilha Amarela e Pirajá. O que atraiu a escolha desses territórios foram práticas sócio-educativas que se estavam ali localizadas, consistentes em seus objetivos e com um histórico de atuação relacionada à busca pela valorização do Parque Metropolitano de Pirajá. Foram identificadas no espaço, georeferenciadas e contextualizadas sócio-espacialmente no bairro em que se situam.

Sobre a Sociedade Primeiro de Maio, o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, a Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela e o Instituto Oyá foram estudadas: a relação com o território e com o parque; a concepção sobre o *desenvolvimento local sustentável*; as estratégias das suas práticas sócio-educativas. Foi escolhido um educador de cada organização com o critério de escolha baseado na relação de comprometimento militante estabelecido. Dos quatro educadores entrevistados apenas um não participou da fundação da organização em que trabalha, mas foi formado sócio-culturalmente por ela quando participou de uma mobilização em prol do parque.

A relação dos educadores foram contextualizadas na história das organizações e as características sócio-educativas gerais, para tanto foram entrevistados seis gestores. As práticas desenvolvidas no território, apesar de terem

uma tipificação estabelecida na pesquisa, apresentam uma similaridade concebida a partir das afinidades históricas e culturais. Todas as quatro organizações trabalham, em seus territórios de ação, questões como desenvolvimento social, mobilização cultural, militância sócio-ambiental e afirmação da identidade.

Porém, cada associação parte de uma prática específica e objetivos próprios construídos de acordo com a causa de sua existência no território. A participação em redes de multiplicação e parcerias também se dá de maneira diferenciada. Seus objetivos são convergentes quando se trata da questão do parque. Efetivamente o parque é parte do território que compartilham e foi colocado como uma referência histórica e cultural para todas as quatro organizações.

A história de lutas, manifestações e agitações culturais das associações locais estudadas integram-se à riqueza histórica encravada no território do parque como um patrimônio imaterial local. Aparentemente desaparecido, o ativismo local em prol do parque continua na militância das organizações locais, presente em suas práticas sociais cotidianas, no dia-a-dia de seus projetos de educação, o que mantém viva a relação de constante re-territorialização do Parque São Bartolomeu, como é culturalmente reconhecido o Parque Metropolitano de Pirajá.

Antes disso, a luta de cada organização pesquisada partiu de sua própria busca para se impor às injustiças sociais urbanas, o que acabou por criarem suas estratégias de desenvolvimento social, mobilização cultural, militância sócio-ambiental e afirmação da identidade, corroborando com Alier (2007) quando diz que essas lutas podem ajudar a efetivar mudanças em prol da sustentabilidade. Dentro da própria história de auto-organização tornou-se perceptível nesta pesquisa a construção de práticas sócio-educativas não-formais que precedem a existência e dão base de sustentação para a consolidação dos projetos mais formais de implementação dessas práticas atualmente, principalmente nas duas associações de moradores estudadas, a SPM e a AMNEIA.

No decorrer da pesquisa, ao conhecer as relações das organizações sociais estudadas, foi constatada uma forte potencialidade de organização de uma rede em prol da revitalização e preservação do parque. De acordo com Gohn (2003) os movimentos populares, heterogêneos em suas demandas, unificados pelo universo das carências socioeconômicas, criariam e desenvolveriam redes com outros sujeitos sociais. Cada associação pesquisada participa de alguma rede de

multiplicação específica, de acordo com seus objetivos, e mantém parcerias obedecendo a uma lógica muito clara da relação direta entre as diversas possibilidades de articulação e a capacidade de manter seu estatuto social, expandir e fortalecer suas ações.

Por outro lado, revela-se também a perplexidade e falta de ânimo frente à luta de preservação deste patrimônio importante para Salvador e as experiências históricas de mobilização em prol do parque não chegaram a se consolidar em uma única grande rede unificada por esse objetivo em comum.

O poder de pressão popular e a organização cívica em torno de caminhadas, protestos e mobilizações parece ter sido desmobilizado diante da falta de resultados efetivos desses métodos no passado, como pudemos ver na história do Instituto Oyá e da Sociedade Primeiro de Maio. Apesar dessa situação essas organizações mantiveram-se ativas e conscientes das práticas sócio-educativas enquanto estratégias, principalmente porque seus educadores sociais de hoje foram formados pelos movimentos sociais de ontem.

O processo de empoderamento cultural do território está na resistência apresentada pelas organizações num constante e cotidiano agir para se reafirmar como é muito mais claro nas ações do Instituto Oyá e do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio. Esta ação representa um esforço constante pela re-territorialização.

Segundo Haesbaert (2009) a criação da multiterritorialidade acontece por conta das múltiplas nuances que estão envolvidas no ciclo de des-territorialização e re-territorialização. Neste está um medir de forças que envolvem a ação (ou não-ação proposital) dos poderes públicos sobre o território, o que implica a mobilização de vontades políticas e econômicas, a resistência da comunidade local, que se dá efetivamente no plano simbólico o que ajuda a manter conquistas mais pontuais no plano político e econômico.

Podemos considerar a precariedade da situação de trabalho das organizações, como um paradoxo em relação ao importante papel que cumprem, de desenvolvimento local. Os projetos prevêem pagamentos pequenos, bolsas auxílio, para pessoas que estão desenvolvendo o papel que o Estado deveria assumir. Há uma economia de recursos quando se trata de pagar esses pequenos projetos.

Muitas vezes a relação das ONGs, são de atravessadores, captadores de recursos, e contratação de serviços por outras ONGs locais, de base, que estão vivendo a realidade a ser transformada por determinados projetos. Como ponto positivo é que muitos desses projetos não são financiamentos temporários, renovando-se ano por ano, alguns chegando a quatro (04) anos de renovação. Como ponto negativo está a questão: até que ponto os critérios para renovação acabam por funcionar como mecanismo de controle dessas organizações?

A partir deste estudo e das respectivas constatações sobre a existência das redes, como elas se articulam, as áreas onde estão mais presentes e mais fortes e as áreas menos potencializadas, sugerimos ações conjuntas para que se pense de forma multi-escalar, possibilitando a avaliação dos impactos considerados às vezes distantes, mas com alto grau de intensidade para a realidade local.

Novas parcerias e articulações devem ser feitas entre as experiências estudadas. A localização dessas associações dentro do bairro ou localidade, que por sua vez encontra-se em algumas das 18 Regiões Administrativas, dentro da Cidade de Salvador e Região Metropolitana nos permite uma avaliação em várias escalas diferentes.

O Parque Metropolitano de Pirajá encontra-se em duas Regiões Administrativas periféricas da cidade. Está dentro da Área de Proteção Ambiental que vai além dos limites do Município de Salvador. É um dos poucos espaços de parques da cidade em que as pessoas podem desfrutar de um contato direto com áreas verdes, ao lado do Parque de Pituaçu, Parque da Cidade, Parque do Abeté e Parque Zoobotânico de Ondina.

Todos têm seus problemas, mas podem ser utilizados pela população e recebem visitas freqüentes, ao contrário do PMP. Justamente em uma região da cidade onde se encontra muita carência para espaços de lazer, a população local se apropria do parque à sua maneira. Foi constatada a presença de campos de futebol rodeados por matas do PMP, tanto nos bairros de Ilha Amarela quanto no Conjunto Pirajá I. Em São João do Cabrito, por sua vez, um campo de futebol foi construído em um aterro de mangue pela Associação Comunitária e Esportiva Protetores do Manguezal, na comunidade São Bartolomeu.

A utilização de certas áreas com finalidades sociais para a construção de equipamentos de uso coletivo de lazer não poderiam ser consideradas ações

depredatórias. O sentimento de pertencimento e apropriação coletiva do território do parque podem nos apontar novas possibilidades para a construção de um modelo de gestão social para a sustentabilidade. Tudo depende dos parâmetros utilizados.

Entendemos que a colocação de cercas reitera a idéia do conflito entre o ser humano e a natureza. Propomos então que ao invés de cercar o PMP para proteger da população ao seu redor, deve haver uma reintegração da comunidade do entorno a partir de práticas sócio-educativas desenvolvidas pelas associações que há anos lutam por sua revitalização.

O fortalecimento das práticas sócio-educativas para fins de mobilização de uma verdadeira participação popular traria muito mais resultados do que as propostas participativas da ação estatal em que as decisões são tomadas por corpos técnicos e depois referendadas por assembleias normalmente esvaziadas. Nestas situações não há um diálogo real entre a população e o projeto a ser implementado, permeado por linguagens técnicas e recheados de promoção social do *status quo* tecnicista.

Em primeiro lugar todo planejamento participativo deveria ser fomentado através de uma pedagogia comunitária voltada para o aprendizado da participação. A pedagogia comunitária voltada à participação deve levar em conta que o aprendizado da democracia é algo a ser alcançado não somente pelas comunidades onde será implantado qualquer planejamento participativo, mas também pelos profissionais que se dispõem a implantá-la, já que ambos igualam-se diante da importância e complementaridade que há entre o conhecimento teórico -formal sobre o assunto e o conhecimento sobre a realidade local.

Para a participação democrática e popular, mais importante do que o método, os quadros e as teorias, são as práticas realizadas com ética e com a humildade necessária ao constante aprendizado que os métodos participativos podem proporcionar. Apesar de todo o planejamento técnico a população local deve ter a possibilidade de escolher as decisões prioritárias para a resolução de questões de sua necessidade.

Além do mais quem saberia muito mais quais necessidades locais senão as pessoas envolvidas localmente, os mais diretamente interessados pelo desenvolvimento sustentável do território local? Fossem os técnicos os primeiros responsáveis na história do planejamento de Salvador hoje teríamos exemplares

modelos de áreas com espaços verdes. Sabemos que as decisões acabam sendo políticas e não técnicas.

Manter a participação social requer uma atenção e um trabalho constante de mobilização correndo-se o risco de limitar a atuação participativa nas poucas pessoas que já apresentam determinada tendência pessoal e histórica para a participação. Ainda assim é preciso rever o conceito de mobilização, se quisermos praticá-la voltada para a construção de uma cultura da participação.

As caminhadas já tiveram um importante papel para aumentar a participação das pessoas. Há necessidade de um objetivo em comum, mesmo que no decorrer do processo se desdobrem mais viáveis, mais próximos de serem atingidos, porém menores. Na realidade isso é estrategicamente necessário para o processo de mobilização social e de estímulo à participação. Os moradores parecem ter necessidades mais imediatas do que a revitalização do Parque e precisam ser satisfeitas.

Tudo depende da vontade política então o correto seria a invenção de políticas públicas formuladas em movimentos pelos educadores sociais. Políticas públicas de educação conectadas com o contexto local como a utilização da lei 10639²⁵ para fortalecer o ensino da vida de Zeferina e as formas sustentáveis de respeito a natureza presentes na cultura do candomblé.

A educação social como verdadeiro fator de integração ao parque. Ao invés de cercar o parque integrar a comunidade através da criação de espaços de sociabilidade e geração de uma cultura de convivência ecológica com a natureza. Havendo um empoderamento, uma política pública que fortaleça ainda mais a ação dessas organizações com certeza surtirão efeitos quanto a um desenvolvimento local sustentável do Parque Metropolitano de Pirajá.

²⁵Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino

a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável** In BECKER, Dinizar Fermiano (org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho In DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). A Perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

AZEVEDO, Paulo Ormino. Parque Cívico-Natural de Pirajá-Cobre In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

BARBIER, René. **A pesquisa-Ação.** Brasília: Líber Livro, 2002.

BARBIER, René. **A pesquisa - Ação na instituição educativa.** Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia Social e Desenvolvimento local In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004.

BOBIO, Noberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed, RJ: Paz e Terra, 1987.

BONETI, Lindomar Wessler. **As políticas públicas na contemporaneidade** In LIMA JR, Arnaud Soares. HETKOWSKI (orgs.). Educação e contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2006.

BECKER, Dinizar Fermiano. **Sustentabilidade: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional** In BECKER, Dinizar Fermiano(org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade.** Companhia das Letras: São Paulo, 1986.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CAPEL, Horácio. **La Morfología de las ciudades: I. Sociedad, cultura y paisaje urbano.** Barcelona, Ediciones Del Serbal, 2002.

CARVALHO, Maria Lúcia A. M. PONTES, Beatriz Maria Soares. **Os esforços de planejamento da área sotropolitana e o espaço do verde** In GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. MENDES, landara Alves (Orgs). Teoria, Técnica, Espaços e

Atividades: Temas de Geografia Contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. RUA, Maria das Graças. ANDRADE, Eliane Ribeiro de. **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Público, privado, despotismo** In NOVAES, Adauto. Ética. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras-Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DIONNE, Hugues. **A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução Michel Thiollent. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

DUARTE, Everaldo. **O Terreiro de Bogum e o Parque São Bartolomeu** In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

ESCOBAR, Javier Orlando Lozano. **Jóvenes Educadores**: Tribus educadoras entre los lugares y las redes. Barcelona: Editora Graó, 2007.

ESPINHEIRA, Gey. **O Parque São Bartolomeu: esquecimento e memória** In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social e Desenvolvimento**: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www.rededlis.org.br/textos>> Acesso em: 18 mar. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Luís Alfredo. **Marx & Marx: a teoria e a prática do marxismo no tempo da Revolução Alemã de 1848**. São Paulo, Ática, 1977.

GUARDIA. Francisco Ferrer. **La Escuela Moderna**. Barcelona, Tusquets Editores, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 7ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOBBSBORN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, Vivaldo da Costa. **Oferendas e sacrifícios: uma abordagem antropológica** In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Parques Públicos na cidade escravista**: a Sociedade Recreadora na cidade de Santos. In: Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo : Cortez, 1998.

MATTOS, Waldemar. **Pirajá** In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social** In MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NAGEL, Lizia Hegel. **O Estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80** In GUIMARÃES, Francis Mary Nogueira (org.). Estado e políticas sociais no Brasil. Cascavel, UNIOESTE, 2001.

NUNES, Eduardo José Fernandes. SOUZA, Dionalle Monteiro de. SANT’ANNA, Igor Rodrigues de. **Agenda 21: Estratégias de Desenvolvimento local na periferia de Salvador**. Revista da FAEEBA, Salvador, nº28, p. 57-66, julho/dezembro, 2007.

NUNES, Eduardo José Fernandes. **Educação, Agenda 21 e Tecnologias Sociais**: uma experiência no bairro de Mata Escura In NUNES, Eduardo José Fernandes. BOSCOLO, Gianni. ATAIDE, Yara Dulce Bandeira (Orgs). Saberes e Patrimônio Material e Imaterial : uma abordagem intercultural. Salvador: DUNEB, 2010, p.89 – 102.

NUNES, Eduardo José Fernandes . Ordenación del territorio y desarrollo regional sostenible de la región sur de Bahia, Brasil. Scripta Nova (Barcelona) **JCR**, Barcelona, v. 45, N.45, p. 1-12, 1999.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. Fonte : <http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>. <Acesso em 10 de dezembro de 2009>

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. **Natureza e Conteúdo das Políticas Públicas na Atualidade**. *Revista da FAEBA*, Salvador, nº 6, p. 160-170, julho/dezembro, 1996.

PINTO, Valdina. **Angolomeian-Bessen-Oxumarê: Nas águas a força da Vida** *In* FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc VaNeide **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, Simone Cardoso; SOUZA, Alexsandra Bezerra de; BESERRA, Theóphilo Michel A. C. **Degradação socioambiental da área de proteção ambiental Bacia do Cobre** - Salvador – Bahia. I Simpósio de Geografia Física do Nordeste. 28 de abril - 01 de maio de 2007, Universidade Regional do Cariri

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo:Contexto, 2001.

RODGERS, Elizabeth Barlow. **Áreas públicas para a vida pública nas cidades: A gestão das áreas verdes em Nova Iorque** *In* MENEGAT, Rualdo. ALMEIDA, Gerson (orgs.). Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004.

ROUANET, Sérgio. **Iluminismo e Contra-Iluminismos-Sobre a modernidade e o seu projeto inacabado** *In* Cadernos de Cultura e a comunicação contemporâneas, FACOM, Salvador, 1994.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **A presença indígena na Baía de Todos os Santos e na área do Parque São Bartolomeu** *In* FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto:Ed. Afrontamento, 1990.

SANTOS, Elizabete *et al* (orgs). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, José Eduardo Ferreiras. **Novos Alagados: histórias do povo e do lugar**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Contexto, 2007.

SERPA, Ângelo. **Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque São Bartolomeu** In FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. História, Natureza e Cultura: Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador: Editora do Parque, 1998.

SILVA, Ronalda Barreto. **As raízes do Neoliberalismo**. Revista da FAEEBA / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I - Ano 1, nº 1 Jan/jun, 1992) - Salvador: UNEB, 1992.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: Além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC(1985-1998)**.Campinas, SP:Autores Associados, 2003

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. **Urbanização e Metropolização no Estado da Bahia: Evolução e Dinâmica**. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1989.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Olhares...** – In COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa educacional. Porto Alegre: Mediação, 1996, p.19-35.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista aplicada aos educadores

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista aplicada aos gestores

APÊNDICE 3 – Fotos Sociedade Primeiro de Maio

APÊNDICE 4 – Fotos Movimento de Cultura Popular do Subúrbio

APÊNDICE 5 – Fotos Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela

APÊNDICE 6 – Fotos Instituto Oyá

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista aplicada aos educadores

1. Sobre a Instituição/escola/organização

- 1.1. Quando foi fundada?
- 1.2. Tipo de organização
 - 1.2.1. Governamental
 - 1.2.2. Não-Governamental
- 1.3. Contato
 - 1.3.1. Responsável
 - 1.3.2. cargo
 - 1.3.3. telefone
 - 1.3.4. e-mail
- 1.4. Quais são os objetivos da instituição?
 - 1.4.1. Algum relaciona-se com o Parque São Bartolomeu?
- 1.5. Qual Área de atuação?
 - 1.5.1. Que tipo de atividade se desenvolve?
 - 1.5.2. Onde são realizadas as atividades?
- 1.6. Qual a origem dos recursos?
- 1.7. Qual é o Público Alvo?
 - 1.7.1. Atende que faixa etária?
 - 1.7.2. Nível de escolaridade e renda?
 - 1.7.3. Quantos matriculados?
- 1.8. Como surgiu essa instituição?
- 1.9. Recursos humanos
 - 1.9.1. quantos funcionários?
 - 1.9.2. distribuídos em que funções?
- 1.10. Qual a qualificação dos professores?
 - 1.10.1. Universitários
 - 1.10.2. 2º grau completo
 - 1.10.3. 1º grau
- 1.11. São voluntários ou assalariados?
- 1.12. Como são remunerados?
- 1.13. quais são os Programas e projetos em curso?
- 1.14. Qual é a metodologia geral?
- 1.15. Participam de alguma rede de multiplicação e parcerias?
- 1.16. Quais as principais problemas e dificuldades?
- 1.17. Qual o efeito desta instituição no desenvolvimento local?
 - 1.17.1. e na preservação do Parque São Bartolomeu?

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista aplicada aos gestores

1. Identificação:

- 1.18. Nome: _____
- 1.19. Sexo
- 1.20. Idade
- 1.21. Estado Civil
- 1.22. filhos? _____
 - 1.22.1. Quantos?
 - 1.22.2. Idades
- 1.23. Escolaridade
- 1.24. Profissão
- 1.25. Tempo de trabalho nesta instituição/escola/organização
- 1.26. Renda mensal
 - 1.26.1. Somente deste trabalho?
- 1.27. Naturalidade
- 1.28. Onde mora?
 - 1.28.1. Há quanto tempo?

2. Sobre o Desenvolvimento Local Sustentável

- 2.1. O que significa pra você “desenvolvimento local”?
- 2.2. O que significa pra você “Sustentabilidade”?

3. Sobre o Parque São Bartolomeu

- 3.1. Você conhece o Parque São Bartolomeu?
 - 3.1.1. Já visitou? Quantas vezes?
- 3.2. O que significa o Parque São Bartolomeu pra você e pra sua memória enquanto morador(a) local?
- 3.3. Na sua opinião qual é a importância do Parque São Bartolomeu?
 - 3.3.1. Ambiental
 - 3.3.2. Histórica
 - 3.3.3. Cultural
 - 3.3.4. Econômica
- 3.4. Quais os problemas por que passam hoje o Parque São Bartolomeu?
- 3.5. Na sua opinião quais as soluções para esses problemas?
- 3.6. Como deve ser uma Gestão Social voltada para o desenvolvimento sustentável do Parque São Bartolomeu?

4. Sobre as práticas sócio-educativas desenvolvidas

- 4.1. O que você ensina ?
- 4.2. Qual a metodologia de ensino utilizada?
- 4.3. Existem atividades de campo?
 - 4.3.1. Onde são realizadas?
 - 4.3.2. Semanal, mensal ou anual?
 - 4.3.3. Quantas?
- 4.4. Alguma atividade considerada educativa ou de conscientização com os pais e/ou familiares das crianças atendidas?
 - 4.4.1. Como são essas atividades?
 - 4.4.2. Qual a regularidade?
- 4.5. Existe alguma prática educativa voltada para a conscientização e/ou educação dos alunos em relação à importância do Parque São Bartolomeu?
 - 4.5.1. Em que consiste essa prática?
 - 4.5.2. Essa prática envolve outras pessoas da comunidade (moradores, instituições, igrejas, associações etc.)?

APÊNDICE 3 – Fotos Sociedade Primeiro de Maio



Figura 9: Escola Popular Novos Alagados
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 10: Centro Profissionalizante Primeiro de Maio
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 11: CLUBERÊ
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 12: Creche São José Operário
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 13: Escola Comunitária do Boiadeiro
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 14: Escola Comunitária 1º de Novembro
Fonte: SANT'ANNA, 2010

APÊNDICE 4 – Fotos Movimento de Cultura Popular do Subúrbio

APÊNDICE 4 – Fotos Movimento de Cultura Popular do Subúrbio



Figura 15 – Movimento de Cultura Popular do Subúrbio
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 16 – Sala de Inclusão Digital do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio
Fonte: SANT'ANNA, 2010

APÊNDICE 5 – Fotos Associação de Moradores Nova Esperança de Ilha Amarela



Figura 17 – Biblioteca Parque São Bartolomeu
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 18 – Centro de Cidadania Digital
Fonte: SANT'ANNA, 2010

APÊNDICE 6 – Fotos Instituto Oyá

Figura 19 – Espaço Sócio-Educativo
Fonte: SANT'ANNA, 2010



Figura 20 – Espetáculo com temática Parque São Bartolomeu
Fonte: SANT'ANNA, 2010